



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
DOUTORADO EM SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO**

**RONEI DE LIMA BRELAZ**

**SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR  
EM ÁREA DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL**

**SANTARÉM-PA  
2024**

**RONEI DE LIMA BRELAZ**

**SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR  
EM ÁREA DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais. Área de concentração: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lilian Rebellato  
Coorientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

**SANTARÉM-PA  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

B835s Brelaz, Ronei de Lima  
Sustentabilidade de sistemas agrícolas de produção familiar em área de assentamento quilombola em Óbidos, Pará, Brasil. / Ronei de Lima Brelaz. - Santarém, 2024.  
179 p. : il.  
Inclui bibliografias.

Orientadora: Lilian Rebellato.

Coorientador: Thiago Almeida Vieira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Biodiversidade e Florestas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

1. Amazônia. 2. Agricultura Familiar. 3. Quilombolas. 4. Método MESMIS. 5. Óbidos. I. Rebellato, Lilian, *orient.*. II. Vieira, Thiago Almeida, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 338.1098115

**RONEI DE LIMA BRELAZ**

**SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR  
EM ÁREA DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais. Área de concentração: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lilian Rebellato

Coorientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

Aprovado em: 04/11/2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LILIAN REBELLATO  
Data: 17/01/2025 11:24:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lilian Rebellato (PPGSND/UFOPA)  
Orientadora/Presidente

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** THIAGO ALMEIDA VIEIRA  
Data: 17/01/2025 09:53:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (PPGSND/UFOPA)  
Coorientador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO  
Data: 14/01/2025 16:50:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (PPGSND/UFOPA)  
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCIETA GUERREIRO MARTORANO  
Data: 14/01/2025 17:34:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucieta Guerreiro Martorano (PPGSND/UFOPA)  
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS  
Data: 14/01/2025 18:16:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marcio Júnior Benassuly Barros (PPGCS/UFOPA)  
Examinador externo ao Programa

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR  
Data: 13/01/2025 16:24:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior (UFPA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DUVAN RICARDO MURILLO ESCOBAR  
Data: 16/01/2025 20:13:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Duvan Ricardo Murillo Escobar (UNICAMP)  
Examinador externo à Instituição

## **DEDICO**

*Aos meus pais, Maria Dália de Lima Brelaz e  
Dagoberto Soares Brelaz;*

*À minha esposa, Andreia de Souza Brelaz;*

*Aos meus filhos, Samantha Eloá de Souza Brelaz,  
Maria Dália de Souza Brelaz e Ronei de Lima Brelaz  
Filho, fontes inesgotáveis de inspiração e amor!*

## **OFEREÇO**

*Aos agricultores familiares quilombolas do Projeto de  
Assentamento Área das Cabeceiras, pessoas  
incríveis e exemplo de luta pelos seus direitos.*

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, fonte inspiradora de vida e inteligência suprema de todo universo, que tem me acompanhado em todos os momentos de minha vida e guiado todas as minhas ações.

Aos meus pais, Maria Dália de Lima Brelaz e Dagoberto Soares Brelaz, pelo apoio incondicional e incentivo aos estudos.

À minha esposa, Andreia de Souza Brelaz, pelo companheirismo, força e incentivo nos momentos mais precisos de minha jornada doutoral.

Aos meus amados filhos, Samantha Eloá de Souza Brelaz, Maria Dália de Souza Brelaz e Ronei de Lima Brelaz Filho, pela confiança, amor e carinho que sempre me dedicaram.

A todos os meus irmãos e suas respectivas famílias que acreditaram na realização deste estudo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lilian Rebellato, e meu coorientador, Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira, pela dedicação, confiança, paciência e compreensão durante a orientação doutoral.

Aos nobres professores da Banca de Defesa, pelo aceite ao convite e contribuição para o aprimoramento do trabalho proposto.

À Universidade Federal do Oeste do Pará por possibilitar a realização do curso de doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento por promover o conhecimento acadêmico-científico e apoio financeiro para a pesquisa de campo.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES pela bolsa de estudo concedida.

Ao meu querido amigo, "Seu Carlitos", presidente da Associação Quilombola da Área das Cabeceiras por permitir a realização deste estudo nas comunidades de abrangência e pelas valiosas informações prestadas.

A todos os quilombolas da Área das Cabeceiras, em especial aos que proporcionaram as informações que subsidiaram esta pesquisa e que foi fundamental

para a construção deste Trabalho de Tese.

E, por fim, a todos que direta e indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos!

*“Quando a humanidade descobriu a possibilidade da agricultura, deu um grande passo – talvez o maior de todos – no sentido da criação da civilização. A partir da atividade de plantar e colher, foi possível aos homens se instalarem em um lugar e ali viverem de forma permanente. Isso deu origem aos primeiros abrigos, às primeiras casas, que por vezes não passavam de cavernas, e às povoações, aldeias, vilas e cidades. Deixamos de ser nômades e nos transformamos em cidadãos, como indica a palavra – habitantes de cidades”*

*(Luiz Alberto Py)*

## RESUMO

O Projeto de Assentamento Especial Quilombola “Área das Cabeceiras” (PAQ), localizado na zona rural do município de Óbidos-PA, é uma modalidade que pertence à categoria de Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado (PAD), e abrange um conjunto de comunidades rurais remanescentes de quilombos que têm a agricultura familiar como principal fonte de subsistência e geração de renda. Por se tratar de uma área de assentamento ambientalmente diferenciado, baseado nos princípios de desenvolvimento sustentável, este estudo tem como objetivo avaliar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas agrícolas familiares em comunidades rurais do projeto de assentamento quilombola “Área das Cabeceiras”, identificando seus fatores limitantes e potenciais. Esta Tese se classifica como uma pesquisa aplicada, que tem como estratégia de investigação o estudo de caso, amparado em uma abordagem de métodos mistos e com os objetivos de caráter exploratório e descritivo. Em termos metodológicos, o estudo foi realizado a partir da aplicação da estrutura operacional proposta pelo método MESMIS (Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade), que envolveu levantamento de dados secundários em pesquisas bibliográficas e coleta de dados primários em pesquisa de campo, principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas e observações diretas. Os dados foram analisados e interpretados conforme os objetivos do estudo e apresentados em forma de quadros, tabelas e gráficos. A principal questão norteadora é: os sistemas agrícolas de produção familiar do projeto de assentamento quilombola “Área das Cabeceiras” podem ser considerados sustentáveis, sob os aspectos ambiental, social e econômico? Os resultados do primeiro ciclo de avaliação do método MESMIS demonstraram que os sistemas agrícolas baseados na produção familiar apresentam fatores favoráveis à sustentabilidade ambiental e social, indicando uma situação potencialmente sustentável. Com relação à dimensão econômica, os resultados demonstraram que os sistemas agrícolas apresentam fatores limitantes à sustentabilidade, indicando uma situação potencialmente insustentável. Esta Tese poderá contribuir na tomada de decisões pelos agricultores quilombolas e servir de base para o planejamento de políticas públicas, assim como para o desenvolvimento de novas pesquisas na região.

**Palavras-Chave:** Amazônia; Agricultura Familiar; Quilombolas; Método MESMIS; Óbidos.

## ABSTRACT

The Quilombola Special Settlement Project “Área das Cabeceiras” (PAQ), located in the rural area of the municipality of Óbidos-PA, is a modality that belongs to the category of Environmentally Differentiated Settlements Project (PAD), and covers a set of rural communities remaining from quilombos that have family farming as the main source of subsistence and income generation. As it is an environmentally differentiated settlement area, based on the principles of sustainable development, this study aims to evaluate the socioeconomic and environmental sustainability of family agricultural systems in rural communities of the quilombola settlement project “Área das Cabeceiras”, identifying its factors limitations and potential. This Thesis is classified as applied research, whose research strategy is the case study, expanded into a mixed methods approach and with exploratory and descriptive objectives. In methodological terms, the study was carried out using the operational structure proposed by the MESMIS method (Framework for the Assessment of Natural Resource Management Systems Incorporating Sustainability Indicators), which involved collecting secondary data in bibliographic research and data collection primary field research, mainly through semi-structured interviews and direct observations. The data were analyzed and interpreted according to the study objectives and presented in the form of tables, tables and graphs. The main guiding question is: can the family production agricultural systems of the quilombola settlement project “Área das Cabeceiras” be considered sustainable, from environmental, social and economic aspects? The results of the first evaluation cycle of the MESMIS method demonstrated that agricultural systems based on family production present factors favorable to environmental and social sustainability, indicating a potentially sustainable situation. Regarding the economic dimension, the results demonstrated that agricultural systems present factors limiting sustainability, indicating an environmentally unsustainable situation. This Thesis could contribute to decision-making by quilombola farmers and serve as a basis for planning public policies, as well as for the development of new research in the region.

**Keywords:** Amazon; Family Farming; Quilombolas; MESMIS method; Obidos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de Localização do município de Óbidos – PA.....	21
Figura 02 - Recorte espacial do território do “Projeto de Assentamento Especial Área das Cabeceiras” no município de Óbidos, Pará, Brasil.....	22
Figura 03 - Quilombolas do baixo Amazonas chegando à comunidade Silêncio para participar do 3º Encontro Raízes Negras.....	35
Figura 04 - <b>A</b> - Título de Reconhecimento de Domínio outorgado pela Fundação Cultural Palmares às comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras, em 2000; <b>B</b> – Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares de Reconhecimento das comunidades das Cabeceiras como “Remanescentes de Quilombo”.....	37
Figura 05 - População quilombola por localização de domicílio no Brasil.....	49
Figura 06 - Localização geográfica da área do “Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras” no município de Óbidos, Pará, Brasil	52
Figura 07 - Reunião com os associados para apresentar a proposta e os objetivos da pesquisa.....	54
Figura 08 - Distribuição da faixa etária por gênero dos agricultores entrevistados do Projeto de Assentamento Quilombola, Óbidos, Pará, Brasil.....	56
Figura 09 - Frequência de visitas pelos agentes de saúde nas residências dos agricultores entrevistados.....	63
Figura 10 - Frequência relativa das doenças mais comuns ente os familiares dos agricultores entrevistados.....	63
Figura 11 - Participação dos agricultores familiares em organizações sociais do Projeto de Assentamento Quilombola, Óbidos, Pará, Brasil.....	64
Figura 12 - Frequência relativa da faixa de renda mensal dos agricultores entrevistados do Projeto de Assentamento Quilombola, Óbidos, Pará, Brasil.....	67
Figura 13 - Esquema geral do método MESMIS: relação entre atributos, dimensões e indicadores de sustentabilidade.....	82
Figura 14 - Ciclo de avaliação da sustentabilidade a partir da estrutura operacional MESMIS.....	83
Figura 15 - Mapa temático de uso e cobertura do solo do projeto de assentamento quilombola da Área das Cabeceiras no município de Óbidos, Pará, Brasil, derivado do processamento de imagens Landsat 5-TM7(25/08/2005 e 10/10/2010) e Landsat 8-OLI (11/09/2015 e 10/86/2020).....	93
Figura 16 - Análise da cobertura do solo dos anos de 2005 a 2020 em projeto de assentamento quilombola da Área das Cabeceiras no município de	

Óbidos, Pará, Brasil.....	95
Figura 17 - Atributos para avaliação do indicador “Extração de madeira”.....	112
Figura 18 - Atributos para avaliação do indicador “Análise visual da qualidade do solo”.....	113
Figura 19 - Atributos para avaliação do indicador “Nível de Erosão”.....	114
Figura 20 - Atributos para avaliação do indicador “Tipo de relevo”.....	115
Figura 21 - Atributos para avaliação do indicador “Uso de agrotóxico”.....	116
Figura 22 - Atributos para avaliação do indicador “Diversidade de culturas”.....	117
Figura 23 - Parâmetros para avaliação do indicador “Acesso à Assistência Técnica”.....	120
Figura 24 - Atributos para avaliação do indicador “Participação em curso de capacitação”.....	121
Figura 25 - Atributos para avaliação do indicador “Disposição final dos resíduos sólidos”.....	122
Figura 26 - Atributos para avaliação do indicador “Tipo de esgotamento sanitário”.....	122
Figura 27 - Atributos para avaliação do indicador “Acesso à água encanada”.....	123
Figura 28 - Atributos para avaliação do indicador “Origem da água para consumo”.....	124
Figura 29 - Atributos para avaliação do indicador “Tratamento da água para consumo”.....	125
Figura 30 - Atributos para avaliação do indicador “Condição de moradia”.....	126
Figura 31 - Atributos para avaliação do indicador “Satisfação com a vida no campo”.....	127
Figura 32 - Atributos para avaliação do indicador “Intenção dos filhos em permanecer na terra”.....	128
Figura 33 - Atributos para avaliação do indicador “Participação em associação”.....	129
Figura 34 - Atributos de avaliação do indicador “Tipo de mão de obra”.....	131
Figura 35 - Atributos para avaliação do indicador “Lucratividade com a produção agrícola”.....	132
Figura 36 - Atributos para avaliação do indicador “Dependência de insumos externos”.....	133
Figura 37 - Atributos para avaliação do indicador “Controle financeiro e administrativo”.....	134
Figura 38 - Atributos para avaliação do indicador “Canais de comercialização”.....	135
Figura 39 - Integração dos indicadores ambientais.....	136

Figura 40 - Integração dos indicadores sociais.....	138
Figura 41 - Integração dos indicadores econômicos.....	140
Figura 42 - Panorama geral dos índices de sustentabilidade ambiental, social e econômica.....	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Nível de escolaridade por faixa etária (%) de agricultores de um Projeto de Assentamento Quilombola em Óbidos, Pará, Brasil.....	57
Tabela 02 - Frequência relativa das características sobre tempo de serviço na agricultura, condição civil, composição familiar e origem dos agricultores do Projeto de Assentamento Quilombola Área das Cabeceiras, Óbidos, Pará, Brasil.....	58
Tabela 03 - Frequência relativa das características referentes à infraestrutura do lar dos agricultores entrevistados.....	60
Tabela 04 - Disponibilidade de bens duráveis nas residências dos agricultores familiares entrevistados.....	61
Tabela 05 - Formas de transporte pelos agricultores familiares entrevistados.....	61
Tabela 06 - Panorama das comunidades quilombolas do projeto de assentamento em relação a oferta de Unidades Básicas de Saúde (UBS).....	62
Tabela 07 - Frequência relativa e absoluta das principais fontes de renda dos agricultores entrevistados em ordem decrescente de importância.....	65
Tabela 08 - Frequência relativa e absoluta das fontes de renda complementar dos agricultores entrevistados em ordem decrescente de importância.....	66

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Territórios quilombolas do município de Óbidos e os respectivos processos de titulação.....	30
Quadro 02 - Legenda de cores para as respectivas notas de sustentabilidade.....	89
Quadro 03 - Relações entre as dimensões da sustentabilidade, eixos críticos, pontos críticos e impactos positivos e negativos para a sustentabilidade.....	104
Quadro 04 - Relações entre os atributos gerais da sustentabilidade, critérios de diagnóstico, indicadores e atributos de avaliação na dimensão ambiental.....	109
Quadro 05 - Relações entre os atributos gerais da sustentabilidade, critérios de diagnóstico, indicadores e atributos de avaliação na dimensão social.....	118
Quadro 06 - Relações entre os atributos gerais da sustentabilidade, critérios de diagnóstico, indicadores e atributos de avaliação na dimensão econômica.....	129
Quadro 07 - Integração dos indicadores ambientais.....	137
Quadro 08 - Integração dos indicadores sociais.....	139
Quadro 09 - Integração dos indicadores econômicos.....	140
Quadro 10 - Síntese dos índices gerais da sustentabilidade.....	142

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOB	Associação Cultural Obidense
ACORNECAB	Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARQMOB	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos
CPI-SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQMO	Associação Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CF	Constituição Federal
CSD	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGS	Índice Geral da Sustentabilidade
IGSA	Índice Geral da Sustentabilidade Ambiental
IGSS	Índice Geral da Sustentabilidade Social
IGSE	Índice Geral da Sustentabilidade Econômica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras do Pará
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MESMIS	Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade
MovMulher	Movimento das Mulheres
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal

PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PAD	Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado
PAQ	Projeto de Assentamento Especial Quilombola
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX	Reserva Extrativista
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMAB	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento
SEMCUT	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SindPesca	Sindicato dos Pescadores
SGRN	Sistemas de Gestão dos Recursos Naturais
STRAAFO	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiar de Óbidos
TQ	Território Quilombola
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
WCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>20</b>
<b>1      CAPÍTULO 1 - DA OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS À TITULAÇÃO DE TERRA QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS-PA.....</b>	<b>27</b>
1.1    INTRODUÇÃO.....	27
1.2    BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BAIXO AMAZONAS.....	30
1.3    ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA ÁREA DAS CABECEIRAS PELO DIREITO À TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	33
1.4    TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DAS CABECEIRAS EM PROJETO DE ASSENTAMENTO ESPECIAL QUILOMBOLA .....	36
1.5    CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40
<b>2      CAPÍTULO 2 - SOCIOECONOMIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL: SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA.....</b>	<b>44</b>
2.1    INTRODUÇÃO.....	44
2.2    REFERENCIAL TEÓRICO.....	47
2.2.1 <b>Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado - (PAD).....</b>	<b>47</b>
2.2.2 <b>Comunidades Quilombolas no Brasil.....</b>	<b>48</b>
2.2.3 <b>Agricultura Familiar Quilombola.....</b>	<b>50</b>
2.3    METODOLOGIA.....	51
2.3.1 <b>Área de estudo.....</b>	<b>51</b>
2.3.2 <b>Tipo de pesquisa.....</b>	<b>52</b>
2.3.3 <b>Procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados.....</b>	<b>53</b>
2.4    RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
2.4.1 <b>Idade e gênero.....</b>	<b>55</b>
2.4.2 <b>Nível de escolaridade.....</b>	<b>56</b>
2.4.3 <b>Tempo na agricultura, condição civil, composição familiar e origem dos agricultores.....</b>	<b>57</b>
2.4.4 <b>Infraestrutura do lar e saneamento básico.....</b>	<b>58</b>
2.4.5 <b>Bens duráveis e tipos de veículos.....</b>	<b>60</b>

2.4.6	<b>Serviços básicos de saúde e doenças mais frequentes.....</b>	62
2.4.7	<b>Formas de organização social.....</b>	64
2.4.8	<b>Fontes de renda primária e complementar.....</b>	64
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	69
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 3 - SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR EM PROJETO DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL.....</b>	<b>74</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	74
3.2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	76
<b>3.2.1</b>	<b>Agricultura Familiar no Brasil.....</b>	<b>76</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Avaliação da Sustentabilidade a partir do Método Mesmis.....</b>	<b>77</b>
3.2.2.1	Entendendo a Sustentabilidade.....	77
3.2.2.2	Método MESMIS.....	79
3.2.2.3	Conceituando indicadores de sustentabilidade.....	84
3.3	METODOLOGIA.....	86
<b>3.3.1</b>	<b>Recorte espacial e temporal do estudo.....</b>	<b>86</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Processo de seleção do público-alvo.....</b>	<b>86</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Tipo de pesquisa.....</b>	<b>86</b>
<b>3.3.4</b>	<b>Método proposto.....</b>	<b>87</b>
<b>3.3.5</b>	<b>Etapas percorridas.....</b>	<b>87</b>
<b>3.3.6</b>	<b>Coleta de dados, mensuração e atributos.....</b>	<b>88</b>
<b>3.3.6</b>	<b>Análise estatística dos dados gerados na quantificação dos indicadores.....</b>	<b>89</b>
3.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	91
<b>3.4.1</b>	<b>Caracterização geral da área de estudo.....</b>	<b>91</b>
3.4.1.1	Aspectos ambientais.....	91
3.4.1.2	Aspectos sociais.....	96
3.4.1.3	Aspectos econômicos.....	101
<b>3.4.2</b>	<b>Determinação dos pontos críticos limitantes e potenciais da sustentabilidade.....</b>	<b>103</b>
3.4.2.1	Dimensão Ambiental.....	105
3.4.2.2	Dimensão Social.....	106
3.4.2.3	Dimensão Econômica.....	107
<b>3.4.3</b>	<b>Seleção e mensuração dos indicadores de sustentabilidade com base nos atributos de avaliação.....</b>	<b>108</b>

3.4.3.1 Dimensão Ambiental.....	108
3.4.3.2 Dimensão Social.....	118
3.4.3.3 Dimensão Econômica.....	129
<b>3.4.4 Apresentação e Integração dos Resultados.....</b>	<b>135</b>
3.4.4.1 Visualizando os resultados por meio de gráficos radiais.....	135
3.4.4.2 Índice de sustentabilidade ambiental.....	136
3.4.4.3 Índice de sustentabilidade social.....	137
3.4.4.4 Índice de sustentabilidade econômica.....	139
3.4.4.5 Análise geral dos índices de sustentabilidade.....	141
<b>3.4.5 Conclusões e Recomendações.....</b>	<b>142</b>
3.4.5.1 Conclusões da Avaliação.....	142
3.4.5.2 Recomendações.....	143
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICES.....	157
APÊNDICE A - Declaração de Concordância.....	158
APÊNDICE B - Parecer do Comitê de Ética.....	159
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	163
APÊNDICE D - Formulário aplicado na entrevista.....	165
ANEXOS.....	170
ANEXO A - Título de Reconhecimento de Domínio - Cabeceiras.....	171
ANEXO B - Título de Reconhecimento de Domínio - Peruana.....	175
ANEXO C - Título de Reconhecimento de Domínio - Ariramba.....	177
ANEXO D - Portaria nº 28, de 12 de março de 2013.....	179

## INTRODUÇÃO GERAL

*Contextualização.* Trazidos da África para a Amazônia, os africanos foram forçados ao trabalho escravo por séculos, principalmente em atividades produtivas, como lavoura, extrativismo e criação de animais (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999). Diante disso, inúmeros conflitos ocorreram, e as insurgências contra o sistema autoritário, empregados pelos senhores de terras, geralmente pelos colonizadores portugueses no território que comporia o atual Brasil, promoveram constantes fugas para lugares distantes e de difícil acesso (O'DWYER, 2002). Nesses lugares, chamados de mocambos ou quilombos<sup>1</sup>, também ocupados por indígenas e outros grupos sociais marginalizados, os africanos refugiados mantinham uma rede de relações que, além de permitir a manifestação de sua cultura e preservação de sua identidade, possibilitava estabelecer trocas comerciais de seus produtos (O'DWYER, 2002; MENDES; CARVALHO, 2023). Foi a partir desse contexto histórico que muitas comunidades de povos tradicionais da Amazônia, especialmente dos afrodescendentes, foram ocupadas e formadas (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999; AMARAL, 2009; ALMEIDA, 2013; ARCHANJO, 2014).

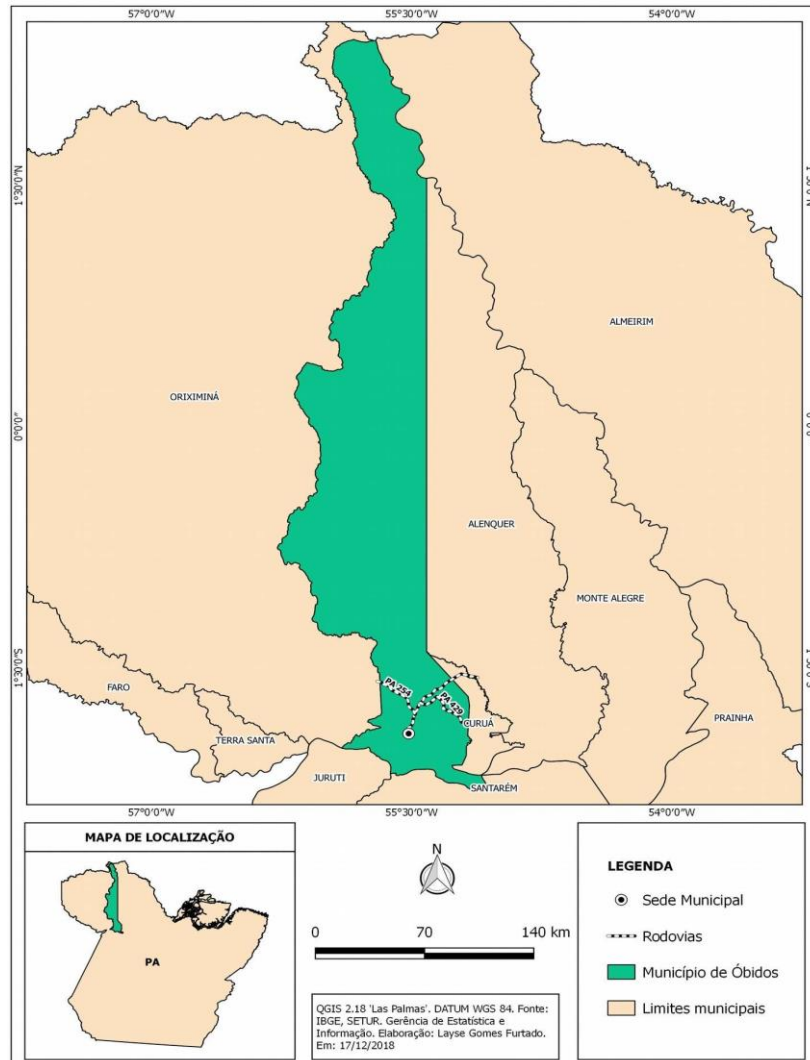
Após um século da abolição, e de muita luta pelas terras ocupadas por seus antepassados, os remanescentes das comunidades dos quilombos conquistaram o direito de propriedade de suas terras por meio do título de reconhecimento definitivo de propriedade, previsto na Constituição Federal de 1988. Contudo, atualmente, apenas 4,3% da população quilombola brasileira (57.442 quilombolas) residem em territórios oficialmente titulados, o que corresponde a apenas 147 territórios quilombolas em todo país. (IBGE, 2023b).

Na Amazônia, muitas comunidades rurais quilombolas obtiveram o “Título de Reconhecimento de Domínio” concedido pelo Governo (TRECCANI, 2006; ALMEIDA; NASCIMENTO, 2022). No Baixo Amazonas, alguns municípios como Oriximiná e Óbidos foram pioneiros na titulação de suas terras quilombolas. Em 1995, a Comunidade Boa Vista do município de Oriximiná foi o primeiro Território Quilombola (TQ) do Brasil a obter o título definitivo de propriedade. Em 2000, as comunidades quilombolas pertencentes à “Área das Cabeceiras”, no município de Óbidos (Figura 1), também obtiveram do Governo Federal, por meio da Fundação Cultural Palmares,

---

<sup>1</sup> Acampamento, lugar ou terreiro onde o escravizado refugiava-se e assumia a sua condição de liberto (FUNES, 1999).

o título de reconhecimento definitivo de suas terras.

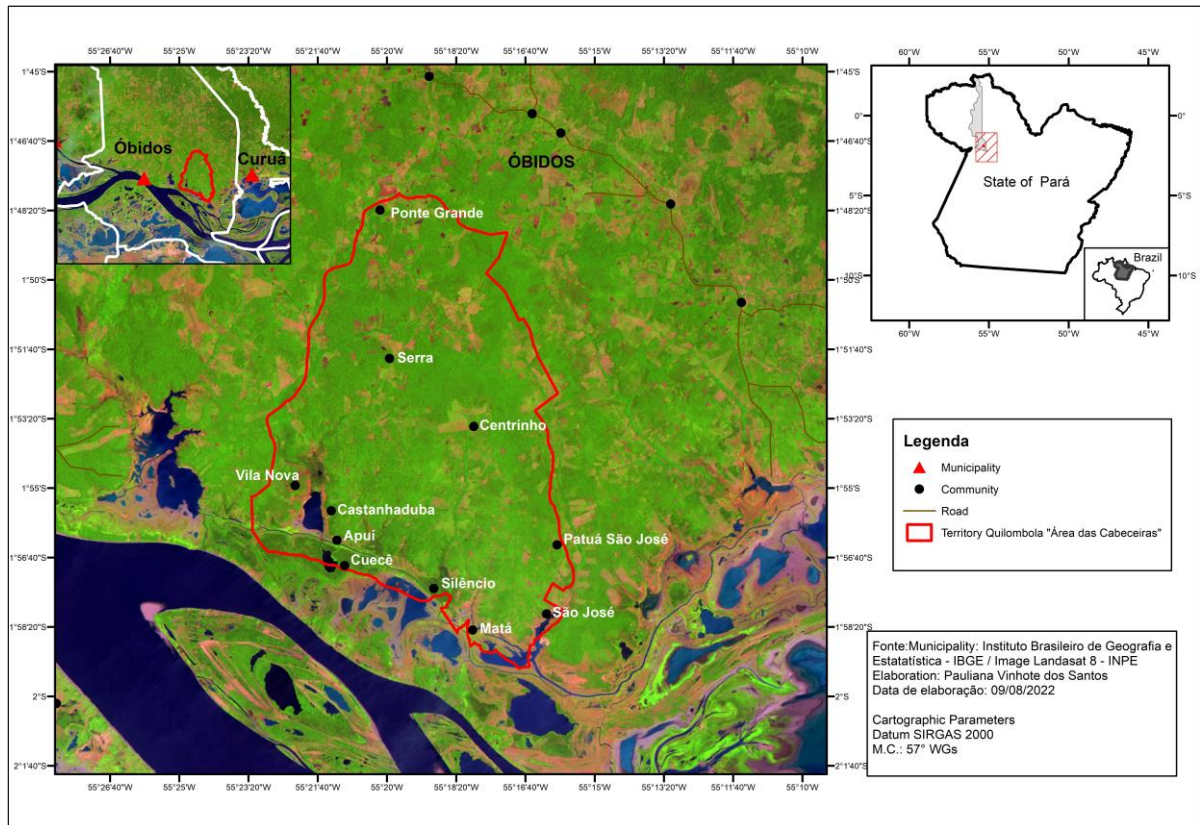


**Figura 1** - Mapa de Localização do município de Óbidos – PA.  
Fonte: SETUR (2018).

Atualmente, as comunidades da Área das Cabeceiras do município de Óbidos fazem parte de um projeto de assentamento, que foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2001, denominado “Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras” (PAQ) (INCRA, 2024). Este projeto de assentamento refere-se a uma modalidade que pertence à categoria de “Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado” (PAD), a qual tem como base o desenvolvimento dos sistemas produtivos de forma sustentável de povos e comunidades tradicionais (GUIMARÃES; MOREIRA; PINTO, 2019).

*Recorte espacial da pesquisa, questões norteadoras e objetivos.* São poucos os estudos que tratam sobre a sustentabilidade dos aspectos socioeconômico e ambiental das comunidades quilombolas do município de Óbidos. Nesse sentido, a

presente pesquisa de tese tem como recorte espacial o território quilombola do “Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras” que é constituído por 11 comunidades quilombolas (Figura 2).



**Figura 2** – Recorte espacial do território do “Projeto de Assentamento Especial Área das Cabeceiras” no município de Óbidos, Pará, Brasil.

Fonte: Santos (2022).

E como base de investigação, a presente pesquisa busca responder às seguintes questões norteadoras:

1. Como se caracteriza as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras do município de Óbidos a partir do contexto socioeconômico e ambiental?
2. Os sistemas agrícolas de produção familiar quilombola podem ser considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico?
3. Quais os pontos críticos que podem limitar ou potencializar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção familiar quilombola?

Diante de tais questões norteadoras, este estudo tem como objetivo geral avaliar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas agrícolas de produção familiar em comunidades rurais do Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras (PAQ) do município de Óbidos, Pará, Brasil, identificando seus fatores limitantes e potenciais.

E como objetivos específicos:

- a)** Contextualizar o processo histórico, sociocultural e político de ocupação e formação das comunidades remanescentes de quilombos que culminou na criação do Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras;
- b)** Descrever o perfil socioeconômico dos agricultores familiares quilombolas da Área das Cabeceiras;
- c)** Caracterizar a área do projeto de assentamento quilombola a partir do contexto socioeconômico e ambiental;
- d)** Identificar os fatores limitantes e potenciais que influenciam na sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção familiar quilombola;
- e)** Definir e mensurar os indicadores de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica por meio de atributos de avaliação;
- f)** Apresentar os resultados de avaliação da sustentabilidade de forma integrada referentes às dimensões ambiental, social e econômica;
- g)** Proporcionar recomendações para auxiliar no desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.

*Justificativa.* Este estudo se justifica em virtude de sua relevância teórica para a evolução da comunidade acadêmico-científica; de sua relevância prática para as famílias agricultoras quilombolas; e de sua relevância social para o desenvolvimento sustentável local e fortalecimento da agricultura familiar.

Do ponto de vista acadêmico ou teórico, são poucas as publicações nessa área, principalmente as que se referem à sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção familiar quilombola na região do Baixo Amazonas. Portanto, este estudo contribuirá com a literatura acadêmica e servirá como referência teórica para estudos futuros acerca do tema na região.

Referente à relevância prática, com as informações geradas a partir do contexto socioeconômico e ambiental dos sistemas agrícolas, este estudo poderá subsidiar às famílias agricultoras quilombolas nas tomadas de decisões sobre os aspectos que eventualmente podem limitar ou potencializar a sustentabilidade de suas unidades produtivas.

Com relação à relevância social, este estudo poderá contribuir com os gestores públicos e entidades governamentais na discussão de propostas de ações ou de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar quilombola e o desenvolvimento sustentável local.

*Método proposto.* O método proposto para avaliar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental foi o MESMIS (Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade) com adaptações para as condições locais do presente estudo. Este método foi criado na década de 1990 no México por uma equipe interdisciplinar e multi-institucional com o objetivo de avaliar a sustentabilidade de sistemas de produção agrícola, florestal e/ou pecuária em comunidades camponesas que praticam a agricultura familiar, em especial a agricultura de base ecológica (LÓPEZ-RIDAURA; MASERA; ASTIER, 2002). Além disso, é um método que identifica, de forma holística e sistêmica, os limites e as potencialidades da sustentabilidade dos sistemas nas dimensões econômica, social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento equitativo e ambientalmente saudável das comunidades rurais (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000; CAMELO; CÂNDIDO, 2013).

*Caracterização do município de Óbidos.* Óbidos foi fundada em 1697, por apresentar caráter exclusivamente estratégico para os portugueses contra as constantes invasões de outros países europeus pelo domínio das terras amazônicas (TAVARES, 2018). Está localizada à margem esquerda do rio Amazonas, bem no ponto onde esse rio é mais estreito e muito profundo e única passagem para navegação. Essa posição geográfica privilegiada possibilitou a construção de uma fortificação colonial para servir de defesa contra os invasores e a base inicial para a construção da cidade de Óbidos (TAVARES, 2018).

O município de Óbidos localiza-se no oeste paraense, na mesorregião do Baixo Amazonas e microrregião de Óbidos, entre as coordenadas geográficas: 01° 55' 03" (S) e 55° 31' 05" (W) (SETUR, 2018). Possui fronteira ao norte com o Suriname; ao sul com os municípios de Santarém e Juruti; a leste com os municípios de Almeirim, Alenquer e Curuá; e a oeste com o município de Oriximiná (Figura 1).

A sede do município situa-se a 37 metros de altitude, localizada em terreno sedimentar da bacia Amazônica. Porém, ao norte do município, essa altitude ascende para mais de 200 m, visto que esta parte se encontra em área serrana do Cristalino (FAPESPA, 2023).

No Censo Demográfico de 2022, foi registrado uma população de 52.229 habitantes, residentes tanto na zona urbana quanto na zona rural. O município possui uma extensão territorial de 28.011,041 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,25% da área total do território paraense, e com uma densidade demográfica de 1,86 hab km<sup>-1</sup> (IBGE,

2023a).

O clima do município é do tipo equatorial, quente e úmido, com temperaturas médias anuais em torno de 25,6 °C, e valores médios de 31 °C para as máximas e de 22,5 °C para as mínimas. A umidade relativa do ar apresenta valores acima de 80% em quase todos os meses do ano. A pluviosidade aproxima-se dos 2.000 mm anuais e as estações chuvosas coincidem com os meses de dezembro a junho e as menos chuvosas com os meses de julho a novembro (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007).

Quanto a hidrografia e a vegetação, o município apresenta respectivamente o rio Amazonas como principal curso d'água, que corta o município de oeste para leste e lança suas águas para o oceano atlântico, e a floresta tropical dividida em três ambientes ecológicos: terra-firme, várzea e igapó (SEMCUT, 2018).

A estrutura socioeconômica do município de Óbidos está baseada principalmente no setor primário como a pecuária, a agricultura e o extrativismo (AIRES *et al.*, 2019; BARROS *et al.*, 2020) Porém, na sede municipal destaca-se a indústria beneficiadora da castanha-da-Amazônia (*Bertholletia excelsa*) como sendo a segunda maior indústria do estado nesse ramo, ficando atrás somente de Belém, capital do estado (AIRES *et al.*, 2019). Outras atividades econômicas como as do setor terciário por meio das atividades comerciais e da prestação de serviços, seja para empresas privadas ou para o poder público, também faz parte da estrutura socioeconômica do município (FAPESPA, 2023).

A pecuária é uma das principais atividades econômicas do município e não se limita apenas na criação de gado, mas também de suíno, caprino, equino, ovino, dentre outros. A pesca é a atividade extrativa animal mais importante do município e divide-se em artesanal (jaraqui, pacu, tambaqui, entre outros) e industrial (mapará, surubim, arraia e dourada). Outra atividade de extrema importância principalmente para as comunidades tradicionais quilombolas na zona rural é a agricultura familiar, com destaque para a produção da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) do qual é produzida a farinha branca, farinha de tapioca, a tapioca (goma), o tucupi e uma variedade de beiju (SETUR, 2018; AIRES *et al.*, 2019; BARROS *et al.*, 2020).

*Estrutura da Tese.* A Tese está estruturada em três capítulos, além da introdução geral e das considerações finais.

O primeiro capítulo discute o processo histórico e político de ocupação e formação de comunidades quilombolas na região do Baixo Amazonas até o processo

de titulação do território e criação do "Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras".

O segundo capítulo descreve o perfil socioeconômico dos agricultores baseados na mão de obra familiar das comunidades quilombolas pertencentes ao projeto de assentamento Área das Cabeceiras.

E o terceiro capítulo propõe avaliar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas agrícolas de produção familiar por meio do método MESMIS, identificando seus pontos limitantes e potenciais.

## **CAPÍTULO 1 - DA OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS À TITULAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS-PA<sup>2</sup>**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo discutirá sobre o processo de ocupação e formação das comunidades quilombolas na região do Baixo Amazonas, em especial dos municípios de Oriximiná e Óbidos, até o reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos e o processo de titulação do território.

O primeiro tópico aborda a história de ocupação dos descendentes dos povos africanos que foram escravizados, desde sua chegada à região do Baixo Amazonas até o processo que culminou na formação das primeiras comunidades negras da região. O segundo tópico trata do sistema de organização e mobilização das comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Amazonas em prol do direito à titulação do território. E o terceiro e último tópico discorre sobre a titulação das primeiras comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e do Brasil, em especial das comunidades quilombolas da “Área das Cabeceiras” do município de Óbidos.

Conhecer a história dos escravizados africanos na região do Baixo Amazonas, é poder “viajar no tempo” e acompanhar os motivos de sua chegada na região, a relação com os colonizadores, as fugas para os mocambos e a luta pela sua liberdade e, mais recentemente, pela propriedade definitiva de suas terras. É compreender um passado marcado pelo não conformismo da condição de escravizado, imposta pelos colonizadores (ARRUDA; PILETTI, 1997) e pela luta à liberdade e à afirmação de sua identidade étnico-cultural.

Os africanos subsaarianos trazidos para o Baixo Amazonas, inicialmente para suprir a demanda local de mão de obra nas atividades produtivas, foram submetidos a todo tipo de abusos e violências pelos seus senhores e autoridades da sociedade colonial. Não suportando mais tais condições, essas pessoas se arriscavam embrenhando-se nas matas distantes, e de difíceis acessos, para retomar sua liberdade e assim poder reconstruir uma nova vida, a partir de sua própria cultura e identidade (ALMEIDA, 2013; ARCHANJO, 2014). E assim foram formadas as

---

<sup>2</sup> Capítulo publicado no livro: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento na Amazônia. Ed.1. Curitiba: CRV Editora, 2021. v. 3. 256 p. (Obs.: Para a defesa de Tese, o presente capítulo foi revisado e ajustado).

primeiras comunidades de negros, provenientes diretamente de diversas regiões africanas, ou de seus descendentes, nascidos no território nacional. Contudo, esse processo de refúgio e formação de comunidades negras na região do Baixo Amazonas não ocorreu de forma pacífica. Como resposta repressiva, houve muito sangue derramado e muitas dessas comunidades foram destruídas pelas autoridades coloniais. Também houve muita luta, resistência e estratégias que culminaram na sobrevivência dos afrodescendentes e possibilitaram a sua existência/resistência na sociedade até os dias atuais (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999, 2000; GOMES, 2011; ALMEIDA, 2013).

Após a abolição da escravatura, redes de relações com alguns setores da sociedade passaram a existir, e uma relação de solidariedade, reciprocidade e identidade, seja em prol de causas comuns, ou meramente por questões comerciais, começaram a entrar na pauta das comunidades em questão (PINTO, 2004).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os descendentes de escravizados foram reconhecidos como “remanescentes das comunidades dos quilombos”, e conquistaram o direito constitucional da propriedade definitiva de suas terras (BRASIL, 1988). Diante dessa prerrogativa, os remanescentes de quilombos intensificaram a luta para que seu direito constitucional fosse de fato efetivado.

A luta pelo direito à titulação do território quilombola perdura até os dias atuais. No entanto, ainda na década de 1990, algumas comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Amazonas conseguiram ter suas terras tituladas pelo governo federal. A partir da organização e mobilização das associações quilombolas do Baixo Amazonas, em parceria com entidades não governamentais e religiosas, os municípios de Oriximiná, Alenquer e Óbidos estiveram entre os primeiros municípios do Pará e do Brasil que receberam, nos anos de 1995 a 2000, o “Título de Reconhecimento de Domínio” para os remanescentes das comunidades de quilombos, com destaque para a comunidade de Boa Vista (Oriximiná), primeiro território quilombola titulado no Brasil (TRECCANI, 2006; ALMEIDA; NASCIMENTO, 2022). As comunidades quilombolas de Oriximiná e Alenquer foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa). As comunidades da “Área das Cabeceiras” do município de Óbidos obtiveram sua titulação pela Fundação Cultural Palmares (FCP) (TRECCANI, 2006; CHASIN, 2009).

O Território Quilombola Área das Cabeceiras foi o primeiro território titulado<sup>3</sup> no município de Óbidos com uma área total de aproximadamente 17.042 ha (INCRA, 2021), situada entre as seguintes coordenadas geográficas: 01° 57' 26" S e 55° 21' 47" W. Segundo o Incra (2024), existem atualmente 772 famílias assentadas, distribuídas em 11 comunidades quilombolas<sup>4</sup>: Castanhaduba, Apui, Cuecé, Silêncio, Matá, São José, Patauá do São José, Vila Nova, Serra, Centrinho e Ponte Grande.

O segundo Território Quilombola titulado<sup>5</sup> no município de Óbidos pelo governo federal ocorreu somente em 2018 quando o Incra (órgão responsável atualmente) concedeu à comunidade Peruana, com 1.945,53 ha e 8 famílias assentadas, o “Título de Reconhecimento de Domínio” de suas terras (INCRA, 2024). Existem mais quatro Territórios Quilombolas em Óbidos que iniciaram o processo de regularização em 2004 e 2006 pelo Incra. O Território Quilombola do Patauá do Umirizal, com dimensão ainda não identificada, está em processo desde 2004. Os Territórios Quilombolas do Arapucu, com 777,91 ha, do Muratubinha, Mondongo e Igarapé-Açu dos Lopes, que juntos possuem 21.910 ha, e da Nossa Senhora das Graças, com 576,60 ha, estão em processo de regularização desde 2006 e ainda aguardam a conclusão pelo Incra. O Território Quilombola de Ariramba, com 10.454,5619 hectares e 27 famílias, obteve a titulação<sup>6</sup> no ano de 2018 pelo Instituto de Terras do Pará (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020) (Quadro 1).

---

<sup>3</sup> Ver documento em anexo.

<sup>4</sup> Além das seis comunidades certificadas como “Remanescentes de Quilombos” pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria, 28, de 12 de março de 2013, atualmente são reconhecidas mais cinco comunidades quilombolas pertencentes à “Terra Quilombola Área das Cabeceiras”.

<sup>5</sup> Ver documento em anexo.

<sup>6</sup> Ver documento em anexo.

**Quadro 1** - Territórios quilombolas do município de Óbidos e os respectivos processos de titulação.

<b>Nome dos Territórios Quilombolas</b>	<b>Associação</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Observações acerca do processo de titulação</b>
Arapucu	Associação de Remanescentes de Quilombo da Comunidade Arapucu	777,91 hectares	Em processo de titulação desde o ano de 2006.
Peruana	Associação da Comunidade Remanescente de Negros da Área da Peruana	1.945,53 hectares	Titulada no ano de 2018 pelo Incra.
Muratubinha, Mondongo e Igarapé-Açu dos Lopes	Associação dos Remanescentes de Quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé-Açu dos Lopes	21.910 hectares	Em processo de titulação pelo Incra.
Área das Cabeceiras	Associação do Remanescente de Negros da Área das Cabeceiras	17,189,6939 hectares	Titulada pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2000.
Nossa Senhora das Graças	Associação da Comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo.	576, 60 hectares	Em processo de titulação pelo Incra desde 2006.
Patauá do Umirizal	Associação da Comunidade Patauá do Umirizal.	Não identificada	Segue em processo de titulação desde o ano de 2004.
Ariramba	Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Ariramba	10.454,5619 hectares	Titulada pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) no ano de 2018

Fonte: Adaptado da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2020).

## 1.2 BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BAIXO AMAZONAS

Diversos autores relatam o processo histórico de luta e resistência para tomada de liberdade, pelos africanos e seus descendentes, trazidos para o Baixo Amazonas, que culminou na ocupação e formação de comunidades quilombolas e posteriormente em áreas de assentamento quilombola (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999; AMARAL, 2009; ALMEIDA, 2013; ARCHANJO, 2014).

A ocupação do Baixo Amazonas sucedeu-se a partir de uma política colonial, no final do século XVII, que tinha como principal justificativa a defesa territorial (com a presença de militares), a catequese (por meio dos missionários franciscanos), e o aldeamento de nativos (com numerosa mão de obra indígena), surgindo assim os primeiros núcleos coloniais, como a Aldeia e a Fortaleza do Tapajós (Santarém), Aldeia de Surubiu (Alenquer), Aldeia e Forte Pauxis (Óbidos), todas elevadas à categoria de Vila, em 1758 (FUNES, 1999; ARENZ, 2017). Em meados do século

XVIII, essa região explorou economicamente a mão de obra escravizada, tendo como principal atividade econômica a lavoura cacauieira, o extrativismo e, posteriormente, a pecuária (FUNES, 1999, 2000; NETO, 2001; ARENZ, 2017; TAVARES, 2018).

Com a promulgação da Lei de 1680<sup>7</sup>, que proibia a escravização de indígenas, e a de 1755, que abolia a escravidão indígena no Grão-Pará e Maranhão (DIAS; BOMBARDI, 2016), houve uma demanda crescente de mão de obra local em função da atividade econômica ascendente. Em razão disso, no final do século XVIII, foram trazidas pessoas da África, na condição de escravizados, para compor a força de trabalho empregada principalmente no sistema de produção agropecuária, e assim, obrigados a trabalharem na economia local (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999, 2000; ARENZ, 2017; TAVARES, 2018).

As relações entre senhores e escravizados, marcadas por atos de violência, tanto física, quanto ideológica, provocavam nessa população uma “contraordem escravista”, a partir da qual tinham a fuga como principal mecanismo de libertação e resistência (ALMEIDA, 2013; ARCHANJO, 2014). Os escravizados planejavam estrategicamente o momento adequado para realizar suas fugas, que podia acontecer de forma coletiva ou individualmente (MENDES; CARVALHO, 2023). Ao fugir da propriedade de seus senhores, aproveitavam a complexidade da região Amazônica, com diversos rios e caminhos naturais, para refugiar-se nas matas tropicais do Baixo Amazonas, formando comunidades clandestinas, conhecidas como mocambos (FUNES, 2000; GOMES, 2011; ARCHANJO, 2014; ARENZ, 2017; TAVARES, 2018).

Desde a formação dos primeiros mocambos, às margens dos “lagos isolados” no noroeste paraense e acima das cachoeiras dos rios Trombetas e Curuá, no final do século XVIII, até o reconhecimento como remanescentes de quilombos<sup>8</sup>, pela Constituição Federal de 1988, aproximadamente dois séculos depois, pode-se dizer que houve pelo menos cinco fases que marcaram a história dos escravizados no Baixo Amazonas (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

A primeira fase, caracterizou-se pela expansão do cultivo de cacau promovida por colonos brancos e pela mão de obra escravizada, proveniente do continente Africano, para servir como força de trabalho nas lavouras cacauieiras e fazendas de

---

<sup>7</sup> Os anos 1680 e 1755 são dois momentos-chave da política indigenista, em que foram promulgadas leis que proibiam todas as formas de escravização indígena” (DIAS; BOMBARDI, 2016, p. 254).

<sup>8</sup> Resultado de um processo recente de reafirmação étnica e reconhecimento jurídico-político enquanto comunidades com direitos diferenciados (ARENZ, 2017).

gado nos entornos das atuais cidades de Óbidos, Alenquer, Santarém e Monte Alegre (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999, 2000; ARCHANJO, 2014; ARENZ, 2017). Ainda nessa fase, após refugiarem-se para os mocambos em áreas de difícil acesso, como nas cabeceiras de rios e lagos do noroeste paraense (atual Óbidos), essas pessoas enfrentaram diversas expedições de tropas punitivas na primeira metade do século XIX (1812, 1821, 1823 e 1827), resultando na destruição de vários mocambos dos rios Trombetas e Curuá (ACEVEDO; CASTRO, 1998; ARENZ, 2017; TAVARES, 2018).

Pode-se dizer que a segunda fase se inicia na década de 1830, com a chamada Revolução da Cabanagem<sup>9</sup>, na qual muitos mocambeiros do oeste do Pará juntaram-se aos cabanos nesse movimento (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Diante dessa posição, muitas comunidades receosas de sofrer retaliação pelas tropas governamentais, retiraram-se para os vales do alto Trombetas e Curuá. Porém, as perseguições continuaram, e a última ação militar foi em 1876 com a destruição de um grande agrupamento de mocambos no rio Curuá. Os que sobreviveram a esse ataque violento estabeleceram-se no vale do rio Trombetas (ACEVEDO; CASTRO, 1998; ARENZ, 2018)

Na terceira fase, aqueles considerados como fugitivos pelo sistema colonial escravocrata, permaneceram nos mocambos do alto Trombetas e de seus respectivos afluentes e das cabeceiras dos “lagos isolados” até a abolição da escravatura, em 1888. Nesses mocambos, seus habitantes caçavam, pescavam e se dedicavam ao cultivo de mandioca, de tabaco, à extração da castanha-da-Amazônia<sup>10</sup>, da salsaparrilha e de outros produtos de interesse econômico local e regional (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999, 2000; ALMEIDA, 2013). Assim esses grupos foram se organizando e, mesmo com as perseguições e discriminações infligidas a eles, aos poucos começaram a se aproximar dos centros administrativos e comerciais. Estabeleciam negociações ou trocas de seus produtos com comerciantes de vilas e cidades próximas e com os regatões que subiam o rio Trombetas,

---

<sup>9</sup> Revolta popular ocorrida entre 1835 a 1840 na antiga província do Grão-Pará, motivada pela extrema pobreza pela qual a região passava e o abandono político após a Independência do Brasil.

<sup>10</sup> Até o final do século XIX e início do século XX, a castanha-da-Amazônia manteve-se em uma situação estável no sistema econômico da Amazônia, sendo o terceiro produto em valor de exportação nos estados do Pará e do Amazonas. Na primeira década do século XX, os municípios de Alenquer e Óbidos, na região do Baixo Amazonas, e o de Baião, no Baixo Tocantins, concentravam a maior produção de castanha no Pará e juntos eram responsáveis por mais de 80% da produção do Estado (ALMEIDA, 2016).

constituindo-se assim num importante fator para a integração dos mocambos na economia regional (ACEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 1999, 2000; AMARAL, 2009; GOMES, 2005, 2011; PENTEADO, 2014; ARENZ, 2017; TAVARES, 2018).

A quarta fase, após a abolição da escravatura, caracterizou-se pela consolidação da vida dessas pessoas no cotidiano da sociedade Amazônica, estabelecendo uma rede de solidariedade nas relações econômicas, sociais e culturais (PINTO, 2004). Nesse período, seus habitantes do Baixo Amazonas, em especial do Trombetas, já se organizavam e articulavam para se inserir nos mecanismos jurídico-administrativos vigentes com o objetivo de regulamentar a posse de suas terras (ACEVEDO; CASTRO, 1998; ARENZ, 2017).

A quinta fase inicia-se no final da década de 1970, com novas interferências<sup>11</sup> impactando a vida dos negros mocambeiros, especialmente àqueles localizados na região do rio Trombetas e de seus afluentes. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, os descendentes de escravizados foram enquadrados no art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como “Remanescentes de Comunidades de Quilombos”, com direito ao reconhecimento de suas terras como propriedade definitiva. Eis o que diz na íntegra o artigo do ADCT: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos* (BRASIL, 1988, art. 68). Diante do amparo constitucional, em 1995 foi editada a primeira determinação normativa delegando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a responsabilidade de realizar as titulações de reconhecimento das terras quilombolas com cláusula *pro indiviso*<sup>12</sup> (CHASIN, 2009).

### 1.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA ÁREA DAS CABECEIRAS PELO DIREITO À TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO

A legislação brasileira só foi reconhecer os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos 100 anos após a abolição. Até então, não havia nenhum

---

<sup>11</sup> Implantação da Mineração Rio do Norte (MRN); obras da Eletronorte e da empresa Andrade Gutierrez; ALCOA (*Aluminium Company of America*); atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); abertura de estrada pelo 8º Batalhão de Engenharia Civil (BEC); criação da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA); e Reserva Biológica do Rio Trombetas.

<sup>12</sup> Cláusula que prevê a titulação coletiva das terras tradicionalmente habitadas por remanescentes de quilombola

dispositivo legal que ordenasse o Estado brasileiro a promover políticas públicas de acesso a terras para os remanescentes de quilombos. Tal reconhecimento só foi possível diante de muito trabalho, organização e mobilização social das comunidades negras rurais que se formaram antes mesmo da promulgação da Constituição Federal (FIABANI, 2008; LEITE, 2010; FUNES, 2015; SUPERTI; SILVA, 2015). Foi somente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que os remanescentes de quilombos conquistaram oficialmente o direito à titulação da propriedade definitiva de suas terras (O'DWYER, 2002).

Com a organização e mobilização das comunidades negras rurais do Baixo Amazonas pela luta ao direito territorial, nasceu o movimento “Raízes Negras” com a realização de encontros intermunicipais, promovidos pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), em parceria com a Paróquia de Oriximiná e Associação Cultural Obidense (ACOB) (AZEVEDO, 2002; PENTEADO, 2014; COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020). O 1º Encontro Raízes Negras ocorreu em 1988 na comunidade quilombola Pacoval, município de Alenquer; o 2º Encontro Raízes Negras, em 1989, na comunidade Jauari, município de Oriximiná (AZEVEDO, 2002; AMARAL, 2009; ARCHANJO, 2015, QUARESMA, 2022). A partir da luta e da mobilização social pela efetividade do art. 68 do ADCT, da Constituição Federal, que garante o reconhecimento territorial às comunidades quilombolas, foi criado, em 1989, a Associação Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, representando 34 comunidades quilombolas da região do rio Trombetas. E em 1995, como resultado da mobilização das comunidades representadas pela ARQMO, veio a primeira vitória com a titulação da comunidade de Boa Vista, que se tornou o primeiro território quilombola titulado do Brasil (FUNES, 2015; MENDES; CARVALHO, 2023). A titulação como território coletivo, foi considerada uma grande conquista para o movimento negro quilombola, reafirmando sua identidade étnico-cultural e estabelecendo um marco na luta pela titulação das terras quilombolas, que motivou outras comunidades do baixo Amazonas e regiões do País a lutar pela mesma causa (AZEVEDO; CASTRO, 1998; FUNES, 2015).

No município de Óbidos, por sua vez, as comunidades rurais remanescentes de quilombos, em especial às comunidades da “Área das Cabeceiras”, também se organizaram para reivindicar do governo federal o direito constitucional à propriedade definitiva de suas terras. Diante disso, em 1990 foi realizado o 3º Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas em uma das comunidades quilombolas da “Área

Cabeceiras”, denominada Silêncio (Figura 3) (PENTEADO, 2014; QUARESMA, 2022).



**Figura 3** – Quilombolas do baixo Amazonas chegando à comunidade Silêncio para participar do 3º Encontro Raízes Negras.  
Fonte: Arquivo CPI-SP (1990).

O movimento quilombola do município de Óbidos, em parceria com a associação quilombola de Oriximiná e com a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)<sup>13</sup>, objetivando fortalecer e conduzir a luta em defesa de seus direitos territoriais, a exemplo dos territórios quilombolas titulados em Oriximiná (TQs Boa Vista, Água Fria e Erepecuru) e Alenquer (Pacoval), fundou em 1997 a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos – ARQMOB. A partir de sua criação, a ARQMOB, como representante legal das comunidades remanescentes de quilombos do município de Óbidos, solicitou ao Inbra a abertura do processo para titulação das terras quilombolas da “Área das Cabeceiras”, a qual ocorreu somente no ano de 1998 (PENTEADO, 2014; COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020).

<sup>13</sup> “Uma ONG que atua junto aos indígenas e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas”

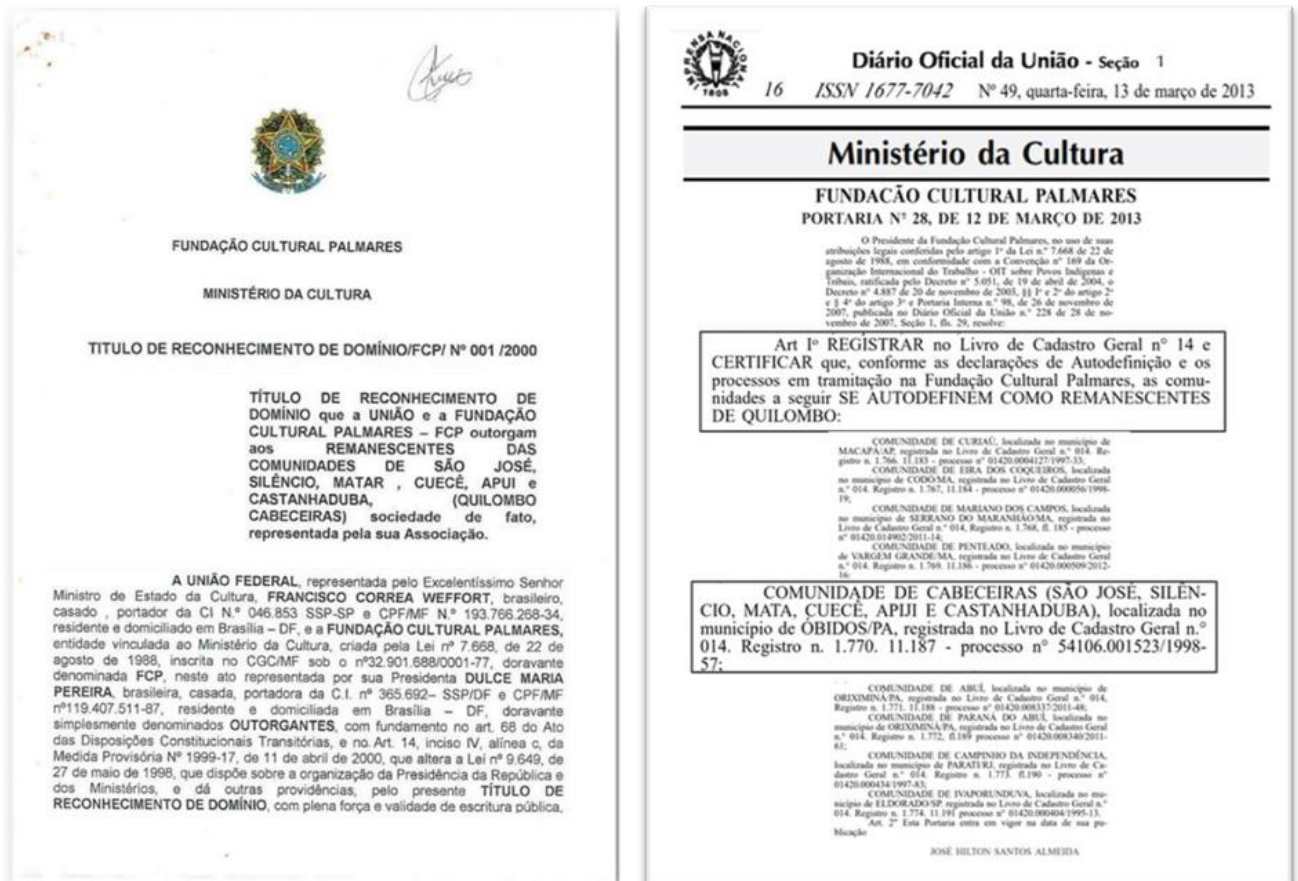
Após abertura do processo, houve diversas reuniões nas comunidades quilombolas da “Área das Cabeceiras”, algumas vezes com a participação de representantes do Incra, para discutir as etapas seguintes, necessárias para o processo de titulação (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020). Com a experiência dos primeiros territórios quilombolas titulados no município de Oriximiná, e com a assessoria da CPI-SP prestada a ARQMOB, foram realizadas todas as etapas necessárias para que as comunidades da Área das Cabeceiras obtivessem o título de domínio da terra (PENTEADO, 2014).

Com isso, aguardava-se somente o recebimento do título, agendado para o dia 20 de novembro de 1999. Todavia, em decorrência de disputas internas no governo federal sobre a competência para regularização das terras quilombolas, a cerimônia de entrega foi cancelada. Embora o Incra tenha acompanhado e encaminhado todo o processo que envolvia o “Território Quilombola da Área das Cabeceiras”, a competência para titulação foi delegada ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP). Com novas mobilizações e pressões por parte dos quilombolas das Cabeceiras, a Fundação Cultural Palmares, em 8 de maio de 2000, resolveu outorgar aos remanescentes das comunidades de quilombos o “Título de Reconhecimento de Domínio” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020).

#### 1.4 TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DAS CABECEIRAS EM PROJETO DE ASSENTAMENTO ESPECIAL QUILOMBOLA

Após muita luta e mobilização dos quilombolas pelo direito à propriedade definitiva de suas terras, reivindicando a efetividade do art. 68 (ADCT) da Constituição Federal, o Baixo Amazonas foi a região a conquistar as primeiras titulações dos Territórios Quilombolas (TQ) do Brasil: em 1995, o TQ Boa Vista (Oriximiná); em 1996, os TQs Água Fria (Oriximiná) e Pacoval (Alenquer); e em 1997, os TQs Trombetas e Erepecuru (Oriximiná) (ANDRADE, 2011; PENTEADO, 2014; ARCHANJO, 2015; ARENZ, 2018; COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2020; MENDES; CARVALHO, 2023). A titulação pelo Incra vigorou até outubro de 1999, quando o Ministério da Cultura assumiu a responsabilidade, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), de realizar a titulação de territórios quilombolas (CHASIN, 2009). Tal competência perdurou até o ano de 2003, quando o governo federal voltou a delegar ao Incra a responsabilidade pelas titulações. (TRECCANI, 2006; PENTEADO, 2014).

No município de Óbidos, o “Território Quilombola Área das Cabeceiras”<sup>14</sup> foi oficialmente titulado em nome da Associação das Comunidades de Remanescentes de Negros das Cabeceiras (Acornecab). Foram seis comunidades quilombolas das “Área das Cabeceiras” que receberam da FCP o “Título de Reconhecimento de Domínio”: São José, Silêncio, Matá, Cuecé, Apui e Castanhaduba. Contudo, somente no ano de 2013, por meio da Portaria nº 28, de 12 de março de 2013, que a FCP conferiu a “Certificação de Reconhecimento” das comunidades das Cabeceiras como “Remanescentes de Quilombos” (Figura 4).



**Figura 4 - A** - Título de Reconhecimento de Domínio outorgado pela Fundação Cultural Palmares às comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras, em 2000; **B** – Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares de Reconhecimento das comunidades das Cabeceiras como “Remanescentes de Quilombo”.

Fonte: Adaptado do documento de Titulação de Reconhecimento de Domínio/FCP/Nº 001/2000 (A) e do Diário Oficial da União de 13 de março de 2013 (Portaria nº 28, de 12 de março de 2013).

O “Território Quilombola Área das Cabeceiras” foi o primeiro território titulado no município de Óbidos com uma área total de aproximadamente 17.042 ha (INCRA,

<sup>14</sup> Titulação concebida em referência às comunidades remanescentes de quilombos que se estendem ao longo das margens dos lagos “isolados” do município de Óbidos.

2021), situada entre as seguintes coordenadas geográficas: 01° 57' 26" S e 55° 21' 47" W. Segundo o Incra (2024), existem atualmente 772 famílias assentadas, distribuídas em 11 comunidades quilombolas<sup>15</sup>: Castanhaduba, Apui, Cuecé, Silêncio, Matá, São José, Patauá do São José, Vila Nova, Serra, Centrinho e Ponte Grande.

A Superintendência Regional do Incra no estado do Pará resolveu, por meio da Portaria nº 24, de 25 de outubro de 2001, em seu art. 2º, criar o “Projeto de Assentamento (PA) Especial Quilombola Área das Cabeceiras”<sup>16</sup>. Nas titulações outorgadas tanto pelo Incra quanto pela FCP, consta-se em suas cláusulas que os projetos de assentamentos especiais quilombolas destinam-se às atividades extrativistas, agroextrativistas e agropecuárias, sob a perspectiva de preservar o meio ambiente, garantir a autossustentabilidade das comunidades remanescentes de quilombos e preservar seus aspectos social, cultural e histórico (TRECCANI, 2006). Portanto, é uma modalidade de projeto ambientalmente diferenciado, visando a proteção ambiental e a melhoria na qualidade de vida dos assentados a partir de ações de fomento às comunidades remanescentes de quilombos para explorar melhor suas terras e os recursos naturais. Na atualidade, essas ações são promovidas por meio de acesso a créditos especiais, para implantação de infraestrutura, e de assistência técnica para adoção de novas práticas de manejo e adequado uso da terra.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os danos causados aos africanos e afrodescendentes escravizados no Brasil são, até hoje, sentidos por esse grupo que ainda vive em condições de desigualdade social, econômica e política no País. Mesmo após a abolição de 1888, o estigma do preconceito e da discriminação ainda tem perdurado até os dias atuais.

Hoje, os afrodescendentes de escravizados lutam também pelo direito à propriedade definitiva de suas terras, que foram herdadas pelos seus ancestrais, quando ali outrora refugiaram-se e formaram comunidades, alterando o uso para sua reprodução física, social e cultural e reafirmando sua identidade étnica (SANTOS;

---

<sup>15</sup> Além das seis comunidades certificadas como “Remanescentes de Quilombos” pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria, 28, de 12 de março de 2013, atualmente o “Território Quilombola Área das Cabeceiras” já abrange mais cinco comunidades quilombolas.

<sup>16</sup> “Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento PA ESPECIAL QUILOMBOLA ÁREA DAS CABECEIRAS, Código SIPRA. 4101)0 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário”.

CONCEIÇÃO; NASCIMENTO SILVA, 2020).

Para efetivação de seu direito constitucional à propriedade definitiva de suas terras, as comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Amazonas se mobilizaram e realizaram vários encontros. A partir daí, foram criadas as associações das comunidades remanescentes de quilombos dos municípios do Baixo Amazonas para fortalecer o movimento e iniciar os trâmites protocolares e burocráticos, exigidos pelos órgãos federais. Ainda na década de 1990, o Incra outorgou o título de propriedade coletiva ao primeiro território quilombola do Brasil, localizado no município de Oriximiná. Também nessa década, outros territórios quilombolas do Baixo Amazonas foram regularizados e titulados pelo Incra.

As comunidades quilombolas do município de Óbidos também participaram desses movimentos sociais, sendo fundada a associação quilombola do município de Óbidos, a ARQMOB, para representar as comunidades quilombolas nos procedimentos burocráticos para titulação. O “Território Quilombola Área das Cabeceiras”, foi o primeiro do município de Óbidos a obter o título de domínio da terra coletivo.

Das 18 comunidades remanescentes de quilombos do município de Óbidos, o “Território Quilombola Área das Cabeceiras” é o que soma maior número de comunidades oficiais envolvidas, composta atualmente por 11 comunidades quilombolas. No município de Óbidos, são essas comunidades que serviram como refúgio durante o regime escravocrata, e que representam a história e a cultura dos afrodescendentes, simbolizando assim a luta e resistência para alcançar sua liberdade e o direito à propriedade de suas terras.

Essas comunidades quilombolas da “Área das Cabeceiras” que atualmente fazem parte do projeto de assentamento quilombola têm exercido ao longo dos anos a agricultura de base familiar como principal meio de subsistência e geração de renda. Assunto que será abordado no próximo capítulo desta Tese, em que será analisada a socioeconomia dos agricultores familiares do “Projeto de Assentamento Quilombola Área das Cabeceiras”, no município de Óbidos.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. 2ª ed. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, R. R. Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal - RN. **Conhecimento histórico e diálogo social**, 2013.
- ALMEIDA, J. J. Os Primórdios da Exploração da Castanha-do-Pará na Amazônia (Séculos XVIII-XX). In: **6ª Conferência Internacional de História Econômica e VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2016. p. 1-32.
- ALMEIDA, M. R. G; NASCIMENTO, E. F. Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. **Interações**, v. 23, p. 923-1286, 2022.
- AMARAL, A. J. P. Remanescente das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia - conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença. **Cadernos do CEOM**, v. 22, p. 179-205, 2009.
- ANDRADE, L. **Terras quilombolas em Oriximiná**: pressões e ameaças. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.
- ARCHANJO, E. C. O. F. **Oriximiná terras de negros**: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013). 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- ARCHANJO, E. C. O. F. Quilombos de Oriximiná (Pará – Brasil): escravidão, fuga e memória no século XIX. **Revista. História**, Anápolis, v.3, n.2, p. 52-70, 2014.
- ARENZ, K. H. Sacacas, ramadas e esmolações: crenças e práticas religiosas nas comunidades quilombolas no noroeste paraense. **Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**, v. 12, p.129-15, 2017.
- ARENZ, K. H. O primeiro quilombo reconhecido: a Comunidade Boa Vista e os Missionários do Verbo Divino no Alto Trombetas em Oriximiná, Pará (1980-1995). **Canoa do Tempo**, v. 11, p. 56-77, 2018.
- ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.
- AZEVEDO, I. M. (Org.). **Puxirum**: memória dos negros do Oeste Paraense. Belém: IAP, 2002.
- BARROS, M. J. B.; BRITO, E. L.; CONCEICAO, F. S.; AZEREDO, R. F. Territorialização da política pública do PAA e o caso da AACEPPAMO, município de Óbidos, Amazônia Paraense. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 3, p. 1603-1627, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Superintendência Regional do Pará. Portaria nº 24, de 25 de outubro de 2001. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/portaria-n24-de-25-de-outubro-de-2001/>>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Relação dos Projetos de Reforma Agrária**. Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 até 12/09/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reformagraria/assentamentosgeral.pdf>> Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria, 28, de 12 de março de 2013. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 13 mar. 2013. Disponível em: <[http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2013/03/13/Secao-1?view\\_page=16](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2013/03/13/Secao-1?view_page=16)>. Acesso em: 10 maio 2021.

CAMELO, G. L. P.; CÂNDIDO, G. A. Potencialidades e Limitações dos Agroecossistemas Familiares de Cultivo do Abacaxi em Touros –RN. HOLOS, v. 6, p. 3-27, jan. 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1124>> Acesso em: 06 nov. 2023.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Comunidades Quilombolas de Óbidos**: TQ Cabeceiras, a conquista do Título. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/quilombolas-de-obidos/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CHASIN, A. C. M. 20 anos de regularização fundiária de territórios quilombolas: um balanço da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição Federal de 1988. **Revista Política Hoje** (UFPE. Impresso), v. 18, n. 2, p. 158-183, 2009.

DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A. O que dizem as licenças? Flexibilização da legislação e recrutamento privado de trabalhadores indígenas no Estado do Maranhão (1680-1755). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 249-280, 2016.

FIABANI, A. **Os novos quilombos**: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. 2008. 275 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

FUNES, E. A. **Áreas das Cabeceiras - Terras de Remanescentes**: Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuecé, Apuí e São José. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999.

FUNES, E. A. **Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas**. São Paulo: Fundação Pró-Índio, 2000.

FUNES, E. A. **Comunidades Mocambeiras do Trombetas**. Fortaleza: UFC, 2015. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19861/1/2015\\_capliv\\_eafunes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19861/1/2015_capliv_eafunes.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2021.

GOMES, F. S. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. POLIS, 2005.

GOMES, R. S. Fuga, sublevação e conflito: faces da resistência política na Amazônia colonial (sec. XVIII). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. 2023a. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/obidos.html>> Acesso em: 27

jun. 2023.

LEITE, I. B. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos. In ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007, 206 p.

MENDES, R. S.; CARVALHO, L.G. Entre diálogos e conflitos: o processo de regularização fundiária do território quilombola alto trombetas II. Amazônica: **Revista de Antropologia**, v. 15, n. 1, p. 172, 2023.

NETO, J. M. B. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

NUNES, S. F.; AIRES, A. P. A.; RAVENA, N.; CARVALHO, A. C. Dinâmica do desmatamento no município de Óbidos (PA) e o estudo da gestão do Programa Municípios Verdes (PMV). **Semioses** (Rio de Janeiro), v. 13, p. 68-95, 2019.

PENTEADO, O. **Estudo de caso**: titulação Terra Quilombola Cabeceiras — “sem medo de amanhã não poder estar aqui”. São Paulo: Comissão Pró-Índio/ Movimento Regional por la Tierra, 2014.

PINTO, B. C. M. **Nas Veredas da Sobrevivência**: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2004.

QUARESMA, E. S. **Encontros Raízes Negras**: Identidade e representação quilombola na Comunidade do Pacoval - Alenquer/PA. 2002. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.

SANTOS, P. R.; CONCEICAO, F. S.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. Territórios e territorialidades quilombolas do município de Óbidos-Pa: o caso do quilombo da Área das Cabeceiras. **Revista Presença Geográfica**, v. 07, n. 02, p. 156-170, 2020.

SALLES, V. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Textos reunidos/ Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SALLES, V. **Os Mocambeiros e outros ensaios**. Belém: IAP, 2013.

SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Quilombolas communities in the Amazon: historical and geographical construction, socioeconomic characteristics and cultural heritage in the state of Amapá. **Confins (Paris)**, v. 23, p. 11-31, 2015.

SEMCULT. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Óbidos**: Aspectos Históricos, Geográficos, Físicos, Naturais e Econômicos. Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente. Disponível em: <[http://pesquisador.net.br/obidos/documentos/doc\\_obidos\\_1.pdf](http://pesquisador.net.br/obidos/documentos/doc_obidos_1.pdf)>. Acesso em 23 abr. 2023.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo do Pará. **Inventário da oferta turística Óbidos – PA**. Belém, 2018. Disponível em: <[https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/inventario\\_obidos\\_final.pdf](https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/inventario_obidos_final.pdf)>. Acesso em 20 de nov. 2024.

TAVARES, L. C. **A Folia de São Tomé como traço étnico da cultura afrobrasileira em Óbidos/PA.** 2018. 137 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

TAVARES, L. C.; OLIVEIRA, O. Presença e influência dos escravos africanos em Óbidos – PA. **Revista Ars Histórica**, n. 16, p. 23-40, 2018.

TRECCANI, G. D. **Terras de Quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006. 354 p.

## CAPÍTULO 2 - SOCIOECONOMIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL: SUBSÍDIOS PARA GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA<sup>17</sup>

### 2.1 INTRODUÇÃO

Com a redemocratização e as consequências da modernização agrícola no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, a política agrária nacional, diferentemente do caráter estritamente econômico que se pregava nos anos de 1950 e 1960, adquiriu uma nova concepção de política pública, a partir de temas referentes à distribuição de terra e renda, justiça social e questões ambientais (TORRES, 2000; STAEVIE, 2005). Nessa perspectiva, os movimentos sociais do campo se organizaram e intensificaram sua luta reivindicando o direito pela propriedade da terra (STAEVIE, 2005).

O contexto histórico de pressão popular por terras foi o fator que catalisou a criação de uma política de colonização e integração nacional e que possibilitou a criação dos assentamentos<sup>18</sup> da reforma agrária na Amazônia (ALENCAR *et al.*, 2016; BENTES; MONTEIRO; VIEIRA, 2019). Até 2010, a Amazônia brasileira já abrigava mais da metade (aproximadamente 55%) dos lotes<sup>19</sup> distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010), ocupando uma área de 41,8 milhões de hectares, que equivale cerca de 81% da área destinada à reforma agrária no país (ALENCAR *et al.*, 2016). Esses lotes beneficiam mais de 200.000 famílias pela reforma agrária na Amazônia, as quais são compostas, dentre outros grupos, por agricultores familiares e populações tradicionais<sup>20</sup> (NAASE, 2010; ALENCAR *et al.*, 2016).

Em virtude das especificidades locais da Amazônia brasileira, sejam estas culturais, geográficas, de infraestrutura e ambientais, e considerando a necessidade de produção agrícola e uso sustentável das florestas, os projetos de assentamento

---

<sup>17</sup> Capítulo publicado como artigo científico na **Revista de Gestão Social e Ambiental** (e-ISSN: 1981-982X).

<sup>18</sup> Assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas (parcelas ou lotes), instaladas pelo Incra em um imóvel rural (<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/politica/assentamentos>).

<sup>19</sup> São unidades agrícolas ou parcelas destinadas às famílias agricultoras de um assentamento.

<sup>20</sup> Segundo o inciso I do art.3º do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, “Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

rural para a Amazônia foram divididos em modalidades, as quais são agrupadas em categorias (SOARES, 2017; BENTES; MONTEIRO; VIEIRA, 2019). Dentre as categorias instituídas, foi criada a categoria de "Assentamento Ambientalmente Diferenciado", que tem como base os princípios da sustentabilidade, e abrange as seguintes modalidades: Projeto Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto de Assentamento Especial Quilombola (PAQ) (ALENCAR *et al.*, 2016). Vale destacar, ainda, que as reservas extrativistas (Resex) surgem a partir da reforma agrária e têm como proposta, além de legitimar a posse e reconhecer o direito à terra para aqueles que ali vivem há muitos anos, de ser uma categoria de Unidade de Conservação (UC) que permite o uso dos recursos naturais por populações e comunidades tradicionais de forma sustentável (RUEDA, 1995; FREITAS *et al.*, 2017).

Os projetos de assentamento quilombola, no bioma Amazônia, ocupam uma área de quase 280.000 hectares (ALENCAR *et al.*, 2016). O Pará é um dos estados em que ocorreu as primeiras criações de projeto de assentamento quilombola do Brasil, com destaque para as comunidades remanescentes de quilombos dos municípios de Oriximiná e Óbidos, no Baixo Amazonas. No município de Óbidos, foi criado o "Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras", no ano de 2001 pelo Incra, embora o título de reconhecimento de domínio tenha ocorrido no ano de 2000 pela Fundação Cultural Palmares.

Esse artigo versa sobre o município de Óbidos, localizado na mesorregião Baixo Amazonas e microrregião Óbidos. O município compreende uma área territorial de 28.011,041 km<sup>2</sup>, com uma população de 52.229 habitantes (52% residem na área urbana e 48% na área rural), dos quais 6.815 (13,05%) se autodefinem como quilombolas (IBGE, 2023a). Na área rural, a agricultura familiar e a pesca artesanal configuram como as principais atividades econômicas desenvolvidas (BARROS *et al.*, 2020).

Segundo o Incra (2024), Óbidos possui 14 projetos de assentamentos rurais distribuídos em áreas de várzea e terra-firme. Desse total, 6 (seis) pertencem à categoria de: (1) Assentamento Convencional, na modalidade Projeto de Assentamento Convencional (PAC), e 8 (oito) à categoria de: (2) Assentamento Ambientalmente Diferenciado, dos quais 6 (seis) estão na modalidade de: (a) Projeto de Assentamento Agroextrativistas (PAE), e 2 (dois) na de: (b) Projeto Especial de Assentamento Quilombola (PAQ). Vale ressaltar que o Projeto de Assentamento

Especial Quilombola Área das Cabeceiras, criado no ano de 2000, foi o primeiro assentamento quilombola criado no município de Óbidos e um dos primeiros no Brasil. Segundo o Incra (2024), é o projeto de assentamento quilombola que concentra maior número de famílias remanescentes de quilombos no município (772 famílias), e de acordo com os dados do IBGE (2023b), dentre os 494 Territórios Quilombolas (TQ) oficialmente delimitados no país, o da "Área das Cabeceiras" está entre os 7 (sete) com maior população quilombola residente (2.929 quilombolas residentes).

Com relação às atividades econômicas, embora o extrativismo e a pecuária exerçam papel fundamental na subsistência e renda dos assentados, a agricultura baseada na mão de obra familiar é a principal atividade primária dos sistemas produtivos dos povos e comunidades tradicionais nas áreas de assentamento do município de Óbidos, com destaque para a cultura da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) que alcança em torno de 90% da produção das lavouras temporárias, liderando com a maior produção da região do Baixo Amazonas (FAPESPA, 2022). Diante desse contexto, a pergunta que norteia o presente capítulo é: *Quais as condições socioeconômicas dos agricultores quilombolas assentados do município de Óbidos-PA que exercem a atividade agrícola baseado na mão de obra familiar?*

Apesar da importância cultural e socioeconômica dos assentamentos para os povos e comunidades tradicionais do município de Óbidos, em especial para as comunidades quilombolas "Área das Cabeceiras", que se destaca como um dos territórios quilombolas com maior população do Brasil (IBGE, 2023b), observa-se na literatura científica poucos estudos acerca do tema. Portanto, são necessários estudos que relatem as características desses assentamentos e as condições socioeconômicas das famílias quilombolas assentadas para contribuir com a comunidade científica acerca do tema e possibilitar aos tomadores de decisão intervir positivamente na gestão dos sistemas agrícolas baseado na mão de obra familiar.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi analisar a socioeconomia dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento Quilombola Área das Cabeceiras, no município de Óbidos, a fim de subsidiar políticas de gestão dos sistemas agrícolas de produção familiar para contribuir com o desenvolvimento das comunidades locais envolvidas e proporcionar melhor qualidade de vida às famílias assentadas.

## 2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, apresenta-se o processo histórico e institucional dos projetos ambientalmente diferenciados e o contexto histórico e atual das comunidades quilombolas existentes no Brasil, assim como a atual situação socioeconômica vivenciada pelos quilombolas a partir das práticas agrícolas de produção familiar.

### 2.2.1 Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado – PAD

Na década de 1960, em virtude dos diversos debates sobre as reformas de base e a pressão popular sobre a distribuição das terras no país, iniciaram-se os assentamentos rurais de reforma agrária, culminando com o Estatuto da Terra em 1964 (SAUER, 2005). As primeiras fases do processo de assentamento no Brasil tinham como objetivo beneficiar a terra substituindo a floresta por cultivos agrícolas e pastagens (ALENCAR *et al.*, 2016).

Nesse contexto, muitos assentamentos da reforma agrária na Amazônia foram criados sem considerar a aptidão agrícola, topografia, drenagem, flora, fauna e presença de populações tradicionais (LEITE *et al.*, 2011). Diante disso, os responsáveis pela condução da reforma agrária no Brasil buscaram no final da década de 1990 novas formas de relação dos agricultores com a terra sob a perspectiva de um processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Assim, o tema desenvolvimento sustentável foi inserido na política agrária a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II). Com isso, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), criado pelo Decreto no 1.889 de 29 de abril de 1996, promulgou a Portaria nº 88/1999 que forneceu vários instrumentos legais de planejamento e peças técnicas necessárias para o licenciamento ambiental dos assentamentos, a saber: o reconhecimento do território de populações tradicionais como assentamento e o reconhecimento de populações tradicionais como clientes da reforma agrária (ARAÚJO, 2006). Além disso, a partir dessa Portaria, o Incra criou modalidades de assentamentos especiais, na perspectiva de diminuir ações predatórias contra a floresta: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), e Projeto de Assentamento Florestal (PAF) (LE TOURNEAUM; BURSZTYN, 2010).

Nos projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados busca-se criar condições para um novo modelo agrícola que tenha como principais características a

preocupação com a distribuição de renda, ocupação e o emprego rural, com a segurança alimentar e nutricional e acesso a direitos fundamentais e com o meio ambiente (BRASIL, 2003). Esses projetos de assentamento devem ser direcionados aos povos e comunidades tradicionais, assim como aos agricultores familiares, que estabelecem vínculos diferenciados com o meio ambiente, conservando a sociobiodiversidade, ao mesmo tempo em que garantem a manutenção de seus valores étnicos e identitários (GUIMARÃES; MOREIRA; PINTO, 2019).

A categoria de Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado (PAD), além de garantir segurança fundiária às populações que se baseiam no extrativismo e na agricultura familiar, a partir da "Concessão do Direito Real de Uso da Terra" que ocorre de maneira coletiva, apresenta-se como uma proposta de combinar a agricultura ao uso sustentável dos recursos naturais, sendo uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia (GUIMARÃES; MOREIRA; PINTO, 2019).

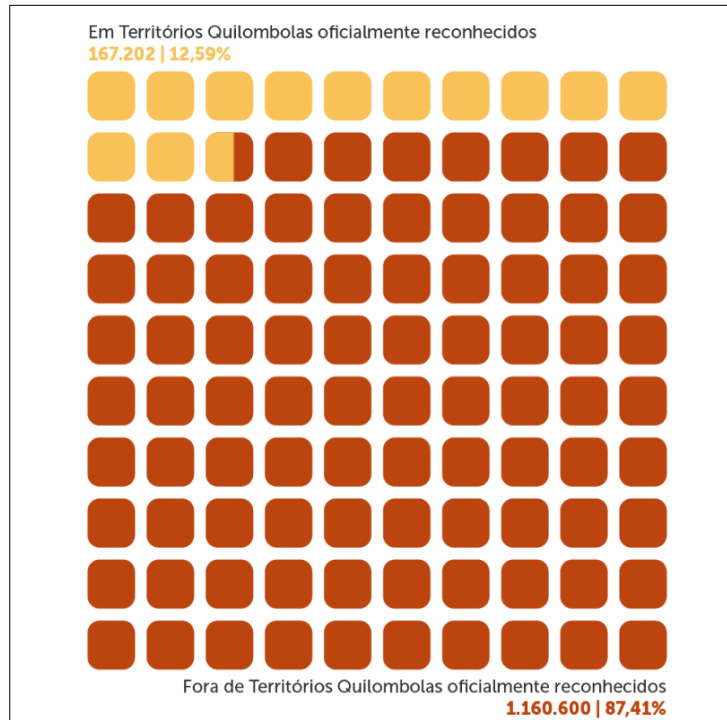
### **2.2.2 Comunidades Quilombolas no Brasil**

Estima-se que quase metade dos africanos trazidos para o Continente Americano teve como destino os portos brasileiros para servirem de mão de obra escrava (ANJOS, 2011). Porém, em virtude das condições de tratamento impostas por seus senhores, os africanos escravizados fugiam para lugares distantes e de difícil acesso, formando assim as primeiras comunidades quilombolas do Brasil (NEME; ANDRADE, 1987; BRASIL, 2012; PAIVA; KLAUTAU-GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2022). Nesse contexto, os africanos e seus descendentes tiveram um papel fundamental na história do Brasil: de um povo que se rebelou contra o sistema escravista e construiu uma forma própria de organização político-social e identidade étnica, com seus costumes, crenças e tradições culturais (VIEIRA; MONTEIRO, 2013).

Atualmente, as comunidades quilombolas no Brasil são identificadas como grupos populacionais étnico-raciais, com características territoriais específicas e trajetória histórica própria, sob a presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida pela escravidão brasileira (BRASIL, 2003; FERREIRA; PONTES; DE PAULA, 2018).

De acordo com os primeiros resultados do Censo Quilombola 2022, o Brasil possui 1.327.802 pessoas quilombolas, correspondendo a 0,65% da população

brasileira. Deste total, apenas 12,6% (167.202 quilombolas) residem em territórios oficialmente delimitados ou reconhecidos<sup>21</sup> (Figura 5) e apenas 4,3% (57.442 quilombolas) em territórios delimitados já titulados (IBGE, 2023b).



**Figura 5** – População quilombola por localização de domicílio no Brasil.  
Fonte: IBGE, Censo Demográfico Quilombola 2022.

Os 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados que abrigam 12,6% da população quilombola brasileira, abrangem cerca de 3.591 comunidades quilombolas em todo Brasil, das quais 2.260 concentram-se na região Nordeste, 595 na região Sudeste, 373 na região Norte, 194 na região Sul e 169 na região Centro-Oeste (FCP, 2023). Os quatro estados brasileiros que apresentam maior número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares são Maranhão (862), Bahia (843) Minas Gerais (454) e Pará (266) (FCP, 2023).

Apesar do reconhecimento de comunidades quilombolas em todo território nacional pelo Governo Federal e os dispositivos constitucionais que lhes amparam,

<sup>21</sup> Foram considerados “Territórios Quilombolas oficialmente delimitados ou reconhecidos” aqueles que apresentavam alguma delimitação formal, ou seja, alguma etapa do processo administrativo de regularização (delimitado, estudo técnico, RTID, portaria, decreto ou titulado) no acervo fundiário do Incra ou dos órgãos com competências fundiárias nos estados e municípios na data de 31 de julho de 2022, data de referência da pesquisa (IBGE, 2023b).

essas comunidades têm enfrentado ao longo dos anos diversos problemas. São questões que vão desde as vulnerabilidades socioeconômicas, como renda familiar insuficiente, insegurança alimentar, falta de saneamento básico e serviço de saúde ineficaz, até a luta pela garantia e defesa de suas terras, como as perdas de territórios em detrimento de ocupações irregulares, desmatamento e perdas de recursos naturais pelo avanço de indústrias e construções de rodovias, dentre outras (FREITAS *et al.*, 2011; VIEIRA; MONTEIRO, 2013).

A maioria das comunidades quilombolas no Brasil é composta por famílias que vivem em áreas rurais, ligados a trabalhos do campo ou a culturas de subsistência, com pouca ou nenhuma instrução escolar, e muitos dependem de programas de transferência de renda, como o programa social Bolsa Família (BRASIL, 2012).

### **2.2.3 Agricultura Familiar Quilombola**

Durante o sistema escravista, no período colonial, os escravizados africanos e seus descendentes refugiavam-se em territórios conhecidos como mocambos, onde realizavam atividades de subsistência, como caça, pesca, coleta e extração de recursos naturais (MENDES; CARVALHO, 2023). Atualmente, o agroextrativismo desenvolvido pelos povos e comunidades tradicionais no Brasil é exercido, em boa parte, por comunidades remanescentes de quilombos que possuem técnicas e manejos tradicionais, herdados da cultura africana, pelos negros escravizados, e da cultura indígena, com quem mantinham contato (FIDELIS; BERGAMASCO, 2013; FERREIRA; PONTES; DE PAULA, 2018). Nesse contexto, as comunidades quilombolas têm seu modo de produção baseado nas atividades extrativas, que se diferenciam em pesca, caça, coleta de recursos vegetais, e nas atividades agrícolas, responsáveis pela subsistência e reprodução biológica e social da família (FIDELIS; BERGAMASCO, 2013; FERREIRA; PONTES; DE PAULA, 2018).

Apesar da agricultura familiar contribuir consideravelmente para a sobrevivência de muitas famílias no país, pois representa um contexto em que é produzido a maioria dos alimentos de consumo (SILVA; MIRA, 2016; DUARTE *et al.*, 2023; PEREIRA *et al.*, 2023), a maioria das comunidades quilombolas ainda vive com uma economia de subsistência e recursos técnicos pouco desenvolvidos, cuja produção agrícola destina-se ao próprio consumo e/ou a pequenas atividades comerciais locais (TEIXEIRA *et al.*, 2011; FIDELIS; BERGAMASCO, 2013). De acordo

com Silva e Mira (2016), ao longo da história, as comunidades quilombolas têm apresentado dificuldades no acesso à alimentação.

## 2.3 METODOLOGIA

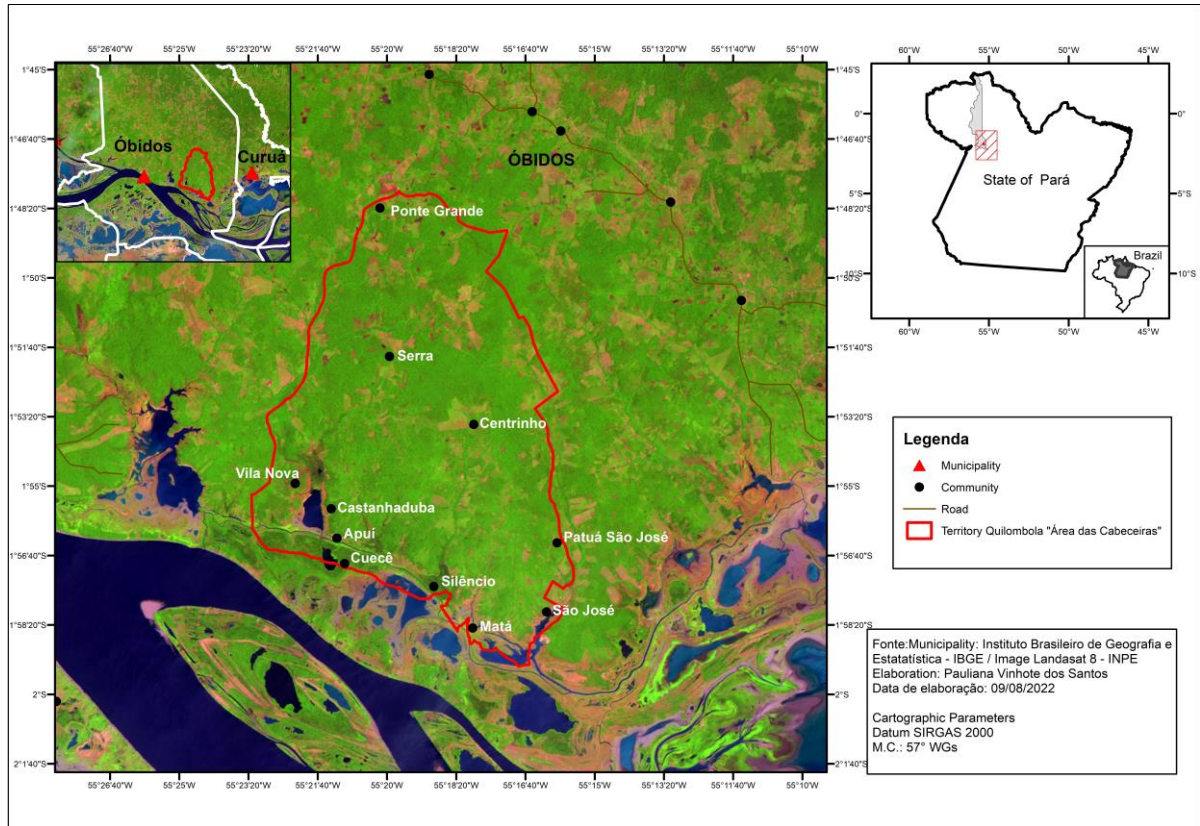
A seguir, apresenta-se a área onde o estudo foi realizado, o tipo de pesquisa e a metodologia empregada, assim como a técnica estatística utilizada para analisar e descrever os dados.

### 2.3.1 Área de estudo

Este estudo foi realizado na zona rural do município de Óbidos, em uma área de assentamento de aproximadamente 17.042 hectares, com as seguintes coordenadas geográficas: 01° 57' 26" S e 55° 21' 47" W. Esta área foi denominada pelo Incra de “Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras” por meio da Portaria n.º 24/2001 (BRASIL, 2001). É um território que abriga comunidades remanescentes de quilombos que compartilham um histórico de formação e luta pelo direito à titulação de suas terras. As 772 famílias assentadas estão distribuídas em 11 comunidades: Silêncio, São José, Patauá do São José, Castanhanduba, Vila Nova<sup>22</sup>, Serra, Centrinho, Apuí, Ponte Grande, Cuecé e Matá (Figura 6).

---

<sup>22</sup> A comunidade Vila Nova, apesar de compor oficialmente o Projeto de Assentamento Quilombola, possui um número muito reduzido de famílias, optando-se por realizar entrevistas na comunidade Patauá do Castanhaduba que, embora não apareça nos mapas oficiais, é uma comunidade com maior número de famílias.



**Figura 6** - Localização geográfica da área do “Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras” no município de Óbidos, Pará, Brasil.  
 Fonte: Santos (2022)

Estas comunidades são caracterizadas por unidades familiares que têm como base econômica a agricultura, o extrativismo (extração vegetal, caça e pesca artesanal) e a criação de animais (MACIEL, 2019). A agricultura das comunidades quilombolas é praticada principalmente por meio do plantio de roça para o cultivo de mandioca e macaxeira usando mão de obra familiar ou organizados em atividades coletivas denominadas de *puxirum*<sup>23</sup> ou mutirão (SANTOS, 2020). Estas práticas desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, além de serem essenciais para a reprodução social, cultural e econômica das comunidades, também abastecem os mercados locais e regional (SANTOS, 2020).

### 2.3.2 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa aplicada, por meio de estudo de caso, em que se

<sup>23</sup> “*Puxirum* significa ajuda mútua, costume transmitido por sucessivas gerações, pelo qual o interessado convida seus pares para uma atividade laboral e, quando futuramente também for convidado, restitui o dia para o outro” (MATOS e FERREIRA, 2019, p.379).

objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática na solução de problemas específicos e na tomada de decisões (YIN, 2010). Investigar empiricamente e em profundidade esse fenômeno trará informações inéditas sobre sistema de produção dessa população na região, como também auxiliará no mapeamento socioeconômico de uma área onde poucos estudos sobre esse tema foram realizados. É uma pesquisa amparado em uma abordagem de métodos mistos (CRESWELL; CLARK, 2013)

Com relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois se pretendeu descrever as características socioeconômicas das famílias agricultoras quilombolas assentadas em Óbidos, e exploratória, para investigar um tema pouco explorado em nível local (PRODANOV; FREITAS, 2013).

### **2.3.3 Procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados**

Os dados foram obtidos de fontes primárias, a partir de pesquisa de campo, e de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico e consultas a bases governamentais (IBGE, Incra, Fapespa). A pesquisa de campo foi realizada a partir de observação *in loco*, registro de campo, reuniões e aplicação de entrevistas semiestruturadas. O roteiro das entrevistas foi previamente elaborado, contemplando perguntas abertas e fechadas, obtendo-se assim informações qualitativas e quantitativas sobre as características socioeconômica das famílias assentadas. Para isso, foram elaboradas questões sobre:

- ✓ Caracterização do entrevistado (sexo, idade, estado civil, origem, nível de escolaridade, tempo de serviço agrícola e composição familiar);
- ✓ Infraestrutura do lar (tipo e condições de moradia, acesso à água potável, tipo de esgoto, energia e destinação do lixo e bens de consumo duráveis);
- ✓ Saúde (Unidade Básica de Saúde na comunidade, visitas do agente de saúde e doenças mais frequentes);
- ✓ Questões organizacionais (forma de organização social);
- ✓ Condições de trabalho e renda (fontes de renda primária, fonte de renda complementar e faixa de renda familiar mensal).

A população-alvo do estudo foi composta por agricultores familiares associados à Associação das Comunidades de Remanescentes de Negros das Cabeceiras (Acornecab). Optou-se por trabalhar com método de amostragem não probabilística por se apresentar o mais adequado às condições do público-alvo e do contexto da

pesquisa. O método de amostragem escolhido foi o *snowball* (“bola de neve”) (BALDIN; MUNHOZ, 2011) que constituiu uma amostra de 100 agricultores participantes.

O projeto de pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética da Universidade do Estado do Pará – Uepa, Campus XII - Tapajós, e aprovado sob o Parecer nº 4.106.923/2020. As entrevistas só foram realizadas no primeiro semestre de 2022 em virtude das medidas sanitárias decretadas pelo município de Óbidos contra o novo coronavírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19<sup>24</sup>.

Para realização das entrevistas, o presidente da associação quilombola, além de autorizar a pesquisa na área de assentamento, concedeu oportunidade ao pesquisador, em reunião com os associados, para apresentar a proposta e os objetivos da pesquisa, o que gerou os primeiros laços de confiança entre pesquisador e entrevistados (Figura 7). Houve também, no momento da entrevista, a anuência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por cada um dos entrevistados.



**Figura 7** – Reunião com os associados para apresentar a proposta e os objetivos da pesquisa.  
Fonte: Ronei Brelaz (2022).

Os dados obtidos foram organizados e tabulados em planilhas do *Excel for Windows*<sup>®</sup> e representados em forma de tabelas e gráficos. A análise foi realizada por

---

<sup>24</sup> Ver atos normativos Covid-19 (<https://obidos.pa.gov.br/covid-19/atos-normativos-covid-19/>)

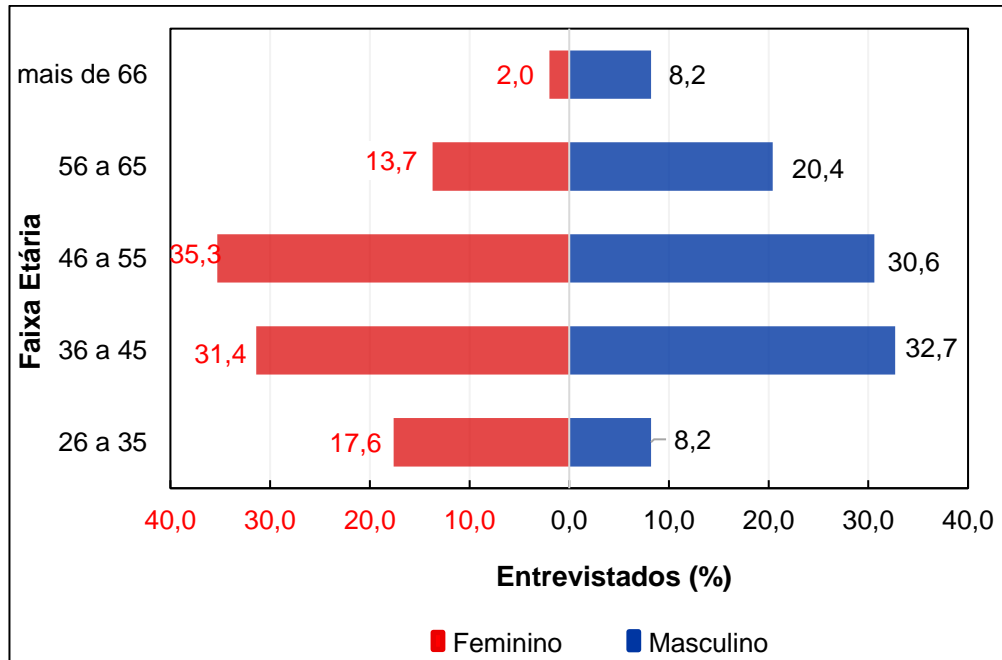
meio de estatística descritiva, a partir da distribuição de frequência, medida de tendência central e medida de dispersão. Informações qualitativas, como trechos das falas dos entrevistados, foram apresentadas como complemento dos resultados quantitativos, proporcionando melhor entendimento sobre o tema investigado.

## 2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.4.1 Idade e gênero

Os agricultores familiares entrevistados possuem idade média de 47,3 ( $\pm 10,1$ ) anos, variando de 26 a 72 anos. Na Figura 8, observa-se que a faixa etária predominante, tanto para homens quanto para mulheres, é em torno de 36 a 55 anos. Essa faixa etária predominante também foi observada em outros estudos no interior da Amazônia, como no município de Araguatins-TO, em que 75% dos agricultores entrevistados apresentaram idade em torno de 35 a 50 anos (ALVES, LOUZADA; SIMONETTI, 2017).

Do total de agricultores entrevistados, 51,0% foram do sexo feminino e 49,0% do sexo masculino. A expressiva participação feminina deve-se às múltiplas tarefas desenvolvidas pela mulher no espaço familiar de sua residência (MARION; BONA, 2016), como os trabalhos produtivos e reprodutivos (SOUSA; VIEIRA, 2022). Além disso, o protagonismo e a força de trabalho da mulher rural não se resumem somente às atividades domésticas, pois elas também realizam atividades na esfera produtiva na família, agregando valor ou sendo a principal responsável na geração de renda e sustento familiar (MENDES *et al.*, 2014; GEORGIN, *et al.*, 2015; MARION; BONA, 2016; FREITAS; WANDER, 2017; MELO; SILVA; MELO, 2017; SOUSA; SERRÃO; VIEIRA, 2021; SOARES *et al.*, 2022).



**Figura 8** - Distribuição da faixa etária por gênero dos agricultores entrevistados do Projeto de Assentamento Quilombola, Óbidos, Pará, Brasil.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

#### 2.4.2 Nível de escolaridade

Entre os entrevistados, a maioria (60,0%) não completou o ensino fundamental, com destaque para os agricultores acima de 46 anos. Apenas 13,0% concluíram o ensino médio e 7,0% revelaram que “nunca sentaram no banco de uma escola”. Observa-se que quanto maior a faixa etária dos agricultores, menor é o seu nível de escolaridade (Tabela 1). Na camada mais jovem, de 26 a 35 anos, 38,5% dos entrevistados concluíram o ensino médio enquanto os acima de 56 anos nem mesmo iniciaram esse nível de escolaridade. Esses dados corroboram com diversos estudos realizados no interior da Amazônia, em que se observou que os agricultores mais idosos tinham menor nível de escolaridade (SANTOS; SANTANA, 2012; RAIOL; ROSA, 2013; ALMEIDA; TOURINHO, 2014).

No presente estudo, os agricultores quilombolas com maior faixa etária relataram sobre as dificuldades de frequentar a escola durante a época da infância e adolescência. Segundo eles, havia uma série de fatores que inviabilizavam sua permanência na escola e continuidade nos estudos. A inexistência de instituição de ensino ou a falta de outros níveis de escolaridade nas comunidades de origem e a dificuldade de deslocamento para outras comunidades adjacentes ou sede do município, aliadas a necessidade de trabalhar prematuramente para ajudar no

sustento e renda familiar, foram alguns dos principais fatores relatados que contribuíram para o baixo nível de escolaridade (VIEIRA *et al.*, 2007; ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2015, VASCONCELOS *et al.*, 2017).

**Tabela 1** - Nível de escolaridade por faixa etária (%) de agricultores de um Projeto de Assentamento Quilombola em Óbidos, Pará, Brasil.

Escolaridade	Agricultores (faixa etária)					Total (%)
	De 26 a 35 anos (%)	De 36 a 45 anos (%)	De 46 a 55 anos (%)	De 56 a 65 anos (%)	Acima de 66 anos (%)	
Sem escolaridade	-	-	9,1	17,6	20,0	7,0
EF incompleto	30,8	53,1	69,7	70,6	80,0	60,0
EF completo	7,7	12,5	15,2	11,8	-	12,0
EM incompleto	23,1	15,6	-	-	-	8,0
EM completo	38,5	18,8	6,1	-	-	13,0
<b>Total Geral</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

#### 2.4.3 Tempo na agricultura, condição civil, composição familiar e origem dos agricultores

Com relação ao tempo de serviço na agricultura, 60,0% dos agricultores entrevistados relataram que trabalham no roçado desde o início da adolescência e 34,0% desde a infância (Tabela 2). Estudos têm demonstrado que é comum os membros familiares, menores de idade, constituírem mão de obra familiar nas atividades produtivas para contribuir com o sustento e renda (COSTA *et al.*, 2013; FREITAS; WANDER, 2017). Contudo, para além da necessidade socioeconômica, os povos e comunidades tradicionais mantêm ao longo de gerações o exercício do trabalho rural desde a tenra idade, contribuindo assim para reprodução sociocultural e identitária desses povos (FREITAS *et al.*, 2011; FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014).

Com relação ao estado civil dos agricultores entrevistados, 58,0% vivem em união conjugal estável, e 28,0% declararam ser casados. Somente 10,0% dos agricultores entrevistados são solteiros (Tabela 2). A constituição do casal e o ingresso de novos membros familiares (filhos), além de reproduzir os valores identitários e culturais dessas comunidades quilombolas (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014), contribui para as práticas agrícolas com o emprego de mão de obra familiar (ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2015).

Metade das residências são compostas por cinco ou mais pessoas. E cerca de 39,0% das residências possuem de três a quatro pessoas (Tabela 2). Além de filhos,

os entrevistados relataram a presença de outros membros familiares como genros, noras, sobrinhos, netos, etc., compartilhando o mesmo espaço físico.

Com relação à origem dos entrevistados, 83,0% são oriundos do próprio assentamento e 14,0% de comunidades adjacentes (Tabela 2). Ao longo da história de formação e ocupação das comunidades quilombolas no município de Óbidos, os africanos escravizados refugiaram nessas comunidades, onde se estabeleceram, criaram relações e constituíram famílias, promovendo sua reprodução social e cultural até os dias atuais (TAVARES; OLIVEIRA, 2018). Para Salomão e Castro (2018), em comunidades tradicionais como as remanescentes de quilombos, o território é uma forma de pertencimento material e simbólico que manifesta a identidade quilombola, pois foram onde eles nasceram e onde viveram e morreram os seus ancestrais. Em estudos realizados com comunidades tradicionais quilombolas em municípios paraenses, foram registrados resultados próximos ao presente estudo, como de Araújo *et al.* (2017), que encontraram um total de 87,2% de quilombolas de origem da própria região, e de Cano (2005) com um total de 86,9%.

**Tabela 2** - Frequência relativa das características sobre tempo de serviço na agricultura, condição civil, composição familiar e origem dos agricultores do Projeto de Assentamento Quilombola Área das Cabeceiras, Óbidos, Pará, Brasil.

Atributos	Características	Frequência relativa (%)
Tempo de serviço na agricultura	Desde a infância	34,0
	Desde a adolescência	60,0
	Desde a fase adulta	6,0
Condição civil	União estável	58,0
	Casado	28,0
	Solteiro	10,0
	Viúvo	4,0
Composição familiar	Até 2 pessoas	11,0
	De 3 a 4 pessoas	39,0
	De 5 a 6 pessoas	32,0
	De 7 a 8 pessoas	15,0
	Mais de 8 pessoas	3,0
Origem dos agricultores	Assentamento	83,0
	Comunidades fora do assentamento	14,0
	Sede municipal	2,0
	Outros municípios paraenses	1,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

#### 2.4.4 Infraestrutura do lar e saneamento básico

Com relação à infraestrutura do lar nas comunidades quilombolas do projeto

de assentamento, 50,0% das residências dos entrevistados são compostas por estrutura de madeira e 45,0% por estrutura de alvenaria, sendo 22,0% de alvenaria com reboco e piso e 23,0%, sem reboco e piso (Tabela 3). As residências de alvenaria, em sua maioria, estão situadas nas primeiras comunidades formadas pelos negros africanos e afrodescendentes durante o período de escravidão, e registradas pela Fundação Cultural Palmares. As moradias de alvenaria prevalecem nessas comunidades, pois foram contempladas, por meio da Acornecab, com os projetos habitacionais do governo federal, semelhante ao que ocorreu nas comunidades quilombolas do Amapá, descrito nos estudos de Superti e Silva (2015). As demais comunidades do projeto de assentamento, posteriormente formadas ou registradas, são predominantemente compostas por residências de madeira.

Com relação às condições de moradia e saneamento básico, cerca de 62,0% dos entrevistados responderam que o número de cômodo é suficiente e 79,0% que as condições de moradia são adequadas, porém necessitam de reforma. A maioria dos esgotos residenciais dos agricultores entrevistados (65,0%) caracterizam-se como fossa negra (Tabela 3). Embora não seja recomendado em virtude dos diversos problemas sanitários e ambientais que podem ocorrer, é a forma mais barata e rápida de aquisição para essas famílias quilombolas de baixo poder aquisitivo.

Não há coleta pública dos resíduos sólidos residenciais, tendo como principal forma de destinação somente a queima (91,0%). Os resíduos sólidos residenciais gerados nas comunidades rurais são aqueles, em geral, provenientes da queda de partes da cobertura vegetal, como folhas, galhos secos, frutos, flores, etc., nos quintais das residências. Esses resíduos são frequentemente amontoados para posterior incineração. Os resíduos orgânicos domésticos são enterrados ou dispostos em locais a céu aberto, podendo ou não ser utilizado como adubo por algumas famílias.

Embora a posição geográfica da maioria das comunidades seja próxima às margens de rios ou lagos, somente 17,0% dos entrevistados fazem uso dessas fontes. Para 60,0%, a água para consumo provém do sistema de abastecimento comunitário (rede pública) e 18,0% de poço artesiano individual (Tabela 3).

**Tabela 3** - Frequência relativa das características referentes à infraestrutura do lar dos agricultores entrevistados.

<b>Infraestrutura do lar</b>	<b>Características</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Tipo de moradia	Casa de madeira	50,0
	Casa de tijolo sem reboco e piso	23,0
	Casa de tijolo com reboco e piso	22,0
	Casa de taipa	5,0
Número de cômodo	Suficiente	62,0
	Não suficiente	38,0
Condições de moradia	Adequado, porém necessita de reforma	79,0
	Inadequado, necessitando de ampliação e reforma	15,0
	Totalmente adequada	5,0
	Totalmente inadequada	1,0
Esgoto	Fossa negra	65,0
	Fossa seca	31,0
	Fossa séptica	4,0
Destinação do lixo	Somente queima	91,0
	Queima e joga em terreno a céu aberto	7,0
	Queima e enterra	2,0
Origem da água	Rede pública	60,0
	Poço semiartesiano	18,0
	Córrego, rio ou lago	17,0
	Poço escavado	5,0
Energia elétrica	Sim	100,0
	Não	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que as comunidades quilombolas estudadas apresentam percepção positiva sobre o espaço no qual estão inseridos (SUZUKI, 2013). Esse aspecto subjetivo reflete o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais que contrapõem a dinâmica do capitalismo e da modernidade (NABARRO, 2014; LOMBAR; CAMPOS, 2019).

### 2.3.5 Bens duráveis e tipos de veículos

Quase todos os agricultores entrevistados (98,0%) possuem fogão a lenha e mais de 80,0% possuem telefone fixo ou móvel, televisão, geladeira e fogão a gás. Cerca de 44,0% possuem rádio e 28,0%, aparelho de som. Somente 11,0% dos agricultores disseram ter acesso à internet e 2,0% possuem computador em suas residências (Tabela 4). Com a chegada da energia elétrica nas residências de todos os entrevistados (Tabela 3), a partir do programa federal “Luz para Todos”, pressupõe-se que houve um aumento no consumo de produtos eletrodomésticos, principalmente

televisão, geladeira e máquina de lavar. O advento do celular com diferentes recursos pode indicar uma substituição de aparelhos como rádio e aparelho de som.

**Tabela 4** - Disponibilidade de bens duráveis nas residências dos agricultores familiares entrevistados.

<b>Especificação</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Fogão a lenha	98,0	2,0
Fogão a gás	90,0	10,0
Geladeira	83,0	17,0
Televisão	83,0	17,0
Telefone fixo ou móvel	83,0	17,0
Liquidificador/batedeira	78,0	22,0
Máquina de lavar	65,0	35,0
Rádio	44,0	66,0
Freezer	35,0	65,0
Aparelho de som	28,0	72,0
Internet	11,0	89,0
Ar-condicionado	3,0	97,0
Computador	2,0	98,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação à aquisição de veículos, observa-se que 84,0% dos agricultores entrevistados possuem carro de tração animal (carroça), 61,0%, motocicleta, e somente 2,0%, carro motorizado (Tabela 5). A maioria dos agricultores entrevistados possuem mais de um veículo para auxiliar em suas atividades rurais. O carro de tração animal, além de ser a aquisição mais viável financeiramente para as condições socioeconômicas dos agricultores quilombolas, é o meio de transporte mais adequado para buscar quantidades maiores de produtos agrícolas em unidades de produção logisticamente inviável para outros tipos de veículo. O uso de motocicleta pelos agricultores está relacionado principalmente aos deslocamentos entre as comunidades do próprio assentamento e também às viagens à sede do município.

**Tabela 5** – Formas de transporte pelos agricultores familiares entrevistados.

<b>Especificação</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Carro de tração animal (carroça)	84,0	16,0
Motocicleta	61,0	39,0
Bicicleta	32,0	68,0
Cavalo	7,0	93,0
Carro motorizado	2,0	98,0
Nenhum veículo	3,0	97,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

### 2.4.5 Serviços básicos de saúde e doenças mais frequentes

Somente as comunidades quilombolas Matá e São José possuem Unidades Básicas de Saúde<sup>25</sup> (UBS), o que corresponde a 18,2% do total das comunidades visitadas (Tabela 6). Essas comunidades, além de atenderem sua demanda local, oferecem serviços básicos de saúde também às comunidades pertencentes ao projeto de assentamento quilombola e, em situações de emergência, a outras comunidades não quilombolas adjacentes, onde não possuem tais serviços.

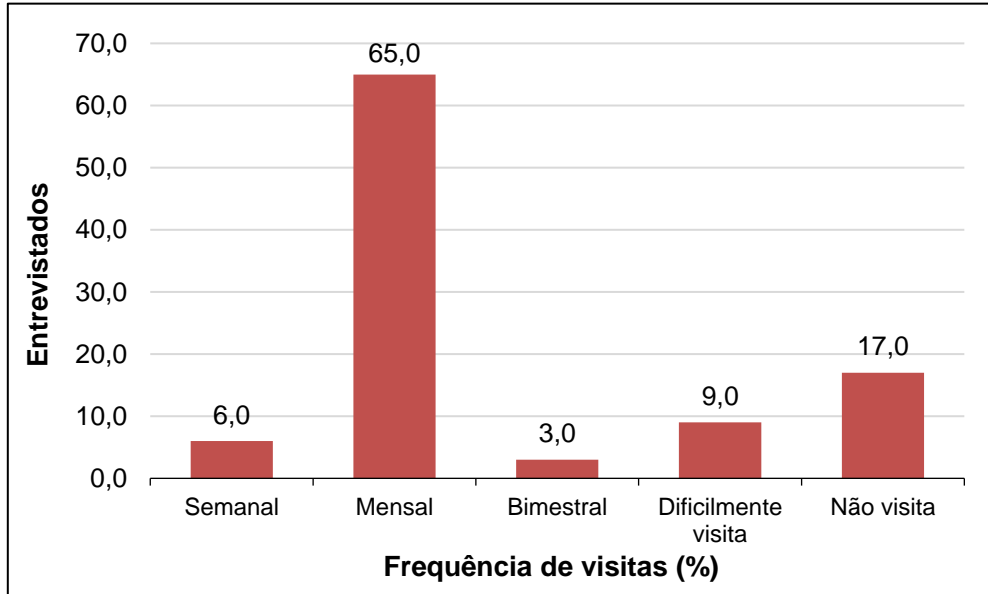
**Tabela 6.** Panorama das comunidades quilombolas do projeto de assentamento em relação a oferta de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

<b>Comunidades Quilombolas</b>	<b>UBS</b>	<b>(%)</b>
Comunidade Serrinha	Não	81,8
Comunidade Apui	Não	
Comunidade Castanhaduba	Não	
Comunidade Centrinho	Não	
Comunidade Cuecé	Não	
Comunidade Patauá do São José	Não	
Comunidade Silêncio	Não	
Comunidade Patauá do Castanhaduba	Não	
Comunidade Ponte Grande	Não	
Comunidade Matá	Sim	18,2
Comunidade São José	Sim	
<b>Total Geral</b>		100,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo coletados em 2022.

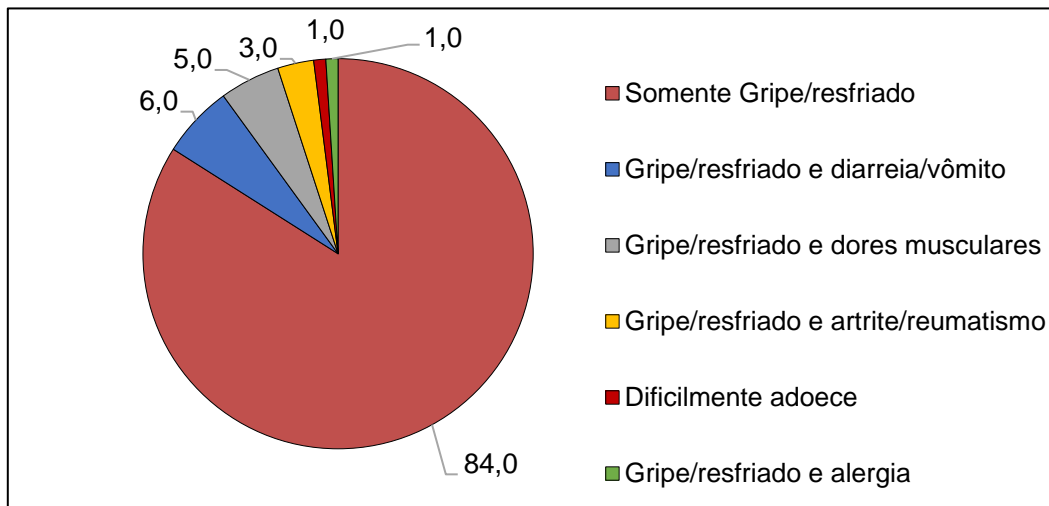
Com relação à frequência de visitas nas residências pelos agentes de saúde, para 65,0% dos agricultores entrevistados, as visitas ocorrem mensalmente, mas para 17,0%, não há visitas por parte desses profissionais (Figura 9). Segundo os dados da Secretaria de Saúde do município de Óbidos, algumas comunidades do projeto de assentamento quilombola são caracterizadas como “área descoberta”, referindo-se às comunidades não atendidas pelo programa Saúde da Família. A falta de visitas às famílias, aliada à ausência de UBSs nas comunidades quilombolas (81,8% - Tabela 6) que ofereçam serviços de saúde locais, faz com que os quilombolas percorram longas distâncias em busca de atendimento (FREITAS *et al.*, 2011).

<sup>25</sup> Denominação atual que substituiu o termo “Posto de Saúde”.



**Figura 9** - Frequência de visitas pelos agentes de saúde nas residências dos agricultores entrevistados.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

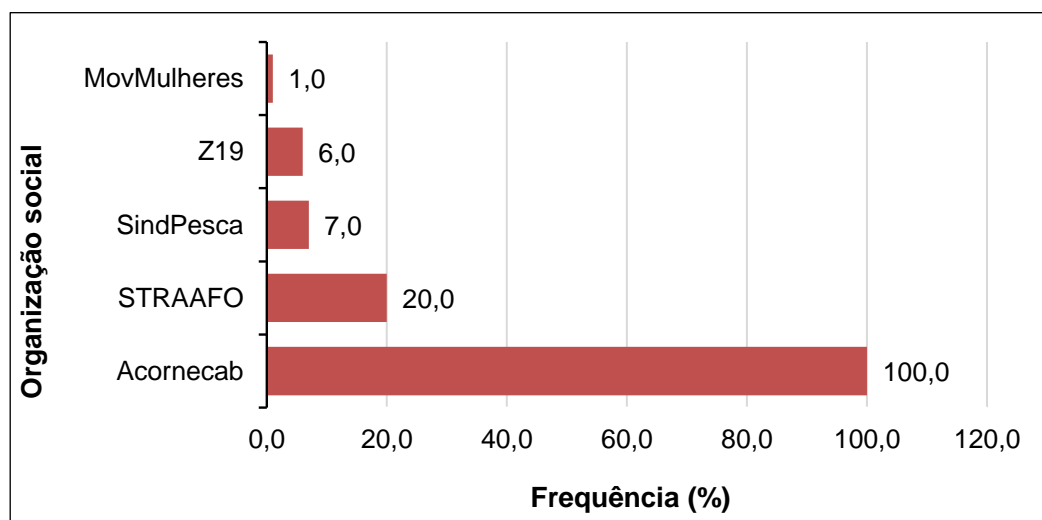
Quando indagados sobre as doenças mais comuns que acometem os membros da família, 84,0% dos entrevistados responderam que gripe e/ou resfriado, e que ocorre principalmente em crianças. Os demais entrevistados relataram que, além da gripe e/ou resfriados, doenças que envolvem diarreia, vômito, dores musculares, reumatismo e artrites são também comuns entre seus familiares (Figura 10).



**Figura 10** - Frequência relativa das doenças mais comuns entre os familiares dos agricultores entrevistados  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

#### 2.4.6 Formas de organização social

Todos os entrevistados são associados na Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (Aconecab), 20,0% no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiar de Óbidos (STRAAFO), 7,0% no Sindicato dos Pescadores (SindPesca), 6,0% na Colônia dos Pescadores Z19 e apenas 1,0% no Movimento das Mulheres (MovMulheres) (Figura 11). A Aconecab, fundada em 1999, é uma entidade representativa que tem ao longo dos anos se mobilizado em prol dos direitos constitucionais quilombolas, em especial na luta pela garantia da posse territorial que culminou na criação do “Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras”, e posteriormente na luta pelo acesso aos projetos habitacionais do governo federal (MACIEL, 2019; SANTOS; CONCEIÇÃO; SILVA, 2020). Segundo o presidente da associação, para acesso aos créditos rurais e obtenção de benefícios sociais, é necessário que todas as famílias assentadas das comunidades quilombolas do projeto de assentamento sejam associadas à Arconecab.



**Figura 11** - Participação dos agricultores familiares em organizações sociais do Projeto de Assentamento Quilombola, Óbidos, Pará, Brasil.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

#### 2.4.7 Fontes de renda primária e complementar

Segundo os entrevistados, a agricultura familiar (57,0%) é a principal atividade econômica, seguida da aposentadoria (16,0%). Os resultados de Superti e Silva (2015) demonstraram também que a remuneração da aposentadoria é a segunda

principal fonte de renda quilombola das comunidades investigadas, corroborando com o presente estudo.

Outras fontes de renda como cargo público e benefício assistencial também foram citados, porém em menor proporção (Tabela 7). Estudos envolvendo comunidades rurais amazônicas do estado do Pará (ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2015) e 24 comunidades quilombolas do estado do AMAPÁ (SUPERTI; SILVA, 2015) chegaram a resultados semelhantes, evidenciando que a agricultura familiar é a atividade mais difundida, gerando emprego e renda para as populações tradicionais dessas regiões.

**Tabela 7.** Frequência relativa e absoluta das principais fontes de renda dos agricultores entrevistados em ordem decrescente de importância.

<b>Fontes de renda primária</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Somente Agricultura	57	57,0
Somente Aposentadoria	16	16,0
Agricultura e Pesca	9	9,0
Somente cargo público	7	7,0
Agricultura e Aposentadoria	5	5,0
Aposentadoria e Benefício Assistencial	2	2,0
Agricultura e Benefício Assistencial	1	1,0
Aposentadoria e Pensão	1	1,0
Somente Auxílio Brasil	1	1,0
Agricultura e Cargo público	1	1,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação à forma de complementação financeira, os resultados revelam que a aquisição de renda complementar dos entrevistados provém de diferentes fontes, sendo a principal delas o programa Auxílio Brasil<sup>26</sup> (Tabela 8). Para Schneider (2003), pluriatividade é um termo utilizado para indicar o exercício de diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas, como forma de complementação financeira pelos membros das famílias de agricultores rurais. No caso dos agricultores quilombolas da “Área das Cabeceiras”, os resultados demonstram que possuem baixo poder aquisitivo, necessitando assim de outras fontes complementares para obtenção de renda, sejam estas a partir de programas sociais pela esfera pública (ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2015) ou a partir da pluriatividade pelos membros familiares quilombolas

<sup>26</sup> Programa social do governo federal, vigente no ano de 2022, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, em substituição a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o Bolsa Família.

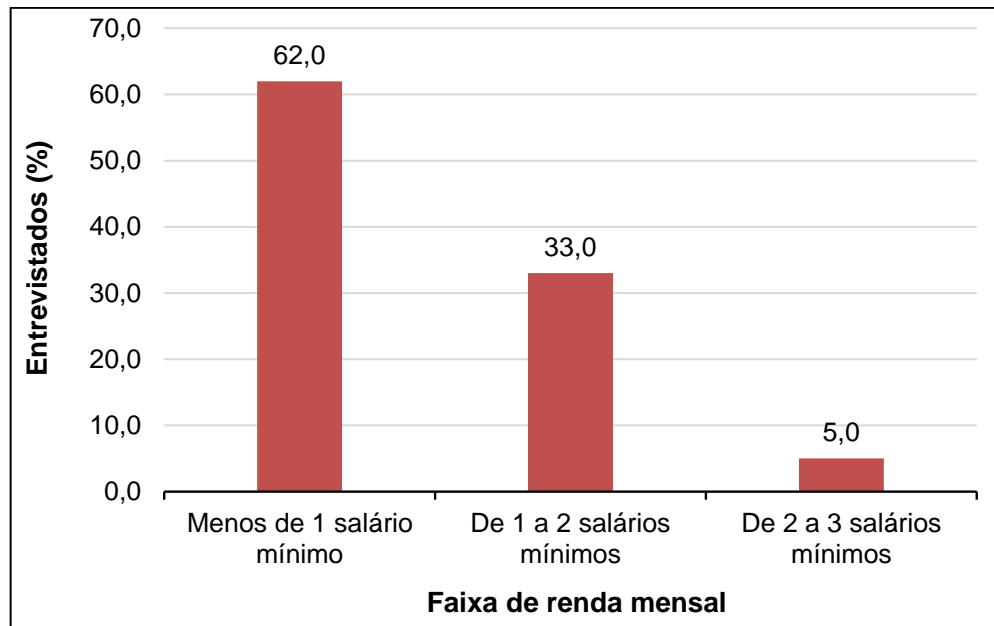
(SCHNEIDER, 2003).

**Tabela 8** - Frequência relativa e absoluta das fontes de renda complementar dos agricultores entrevistados em ordem decrescente de importância.

<b>Fontes de renda complementar</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Somente Auxílio Brasil	54	54,0
Somente Agricultura	16	16,0
Pesca e Auxílio Brasil	11	11,0
Agricultura e Pesca	5	5,0
Agricultura e Auxílio Brasil	4	4,0
Não possui	3	3,0
Agricultura e Pesca	1	1,0
Agricultura, Pesca e Auxílio Brasil	1	1,0
Auxílio Brasil e comércio	1	1,0
Criação de animais domésticos	1	1,0
Somente Pesca	1	1,0
Pesca e criação de animais domésticos	1	1,0
Prestação de serviços e Auxílio Brasil	1	1,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Somando-se as fontes de renda primária e complementar, cerca de 62,0% dos entrevistados convivem com menos ou até 1 salário mínimo e 33,0% entre 1 e 2 salários mínimos mensais (Figura 12). Isso explica por que a maioria dos entrevistados se enquadram como beneficiários de baixa renda em programas sociais do governo federal. São famílias quilombolas com baixo poder aquisitivo que têm a agricultura como principal atividade primária geradora de renda, e o programa Auxílio Brasil, como principal forma de complementação financeira. Cabe ressaltar, ainda, que a maioria dos agricultores entrevistados, além das atividades agrícolas na roça, também se ocupam na criação e trato de pequenos animais, como galinhas, porcos e outros animais domésticos, porém relataram que a produção animal é destinada predominantemente para o consumo familiar.



**Figura 12** - Frequência relativa da faixa de renda mensal dos agricultores entrevistados do Projeto de Assentamento Quilombola, Óbidos, Pará, Brasil.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a maioria dos quilombolas entrevistados são oriundos das próprias comunidades pertencentes ao projeto de assentamento quilombola Área das Cabeceiras, possuem famílias relativamente numerosas, apresentam baixo nível de escolaridade e exercem a agricultura baseado na mão de obra familiar como principal fonte geradora de renda e meio de subsistência.

Os entrevistados descrevem que praticam a atividade agrícola desde muito cedo, seja por questões socioculturais reafirmando seus valores e identidade étnica, seja pela necessidade de prover o sustento e renda familiar. Outro destaque do presente estudo foi o protagonismo e sobrecarga de trabalho das mulheres quilombolas, que além das atividades domésticas, participam ativamente na composição da mão de obra do trabalho agrícola, realizado em conjunto com seus esposos e familiares.

A respeito das condições básicas de saúde e saneamento, as instalações sanitárias ainda são precárias, com sérios riscos à saúde e ao ambiente. Somente duas das onze comunidades visitadas possuem UBSs para atendimento de serviços básicos à saúde, sendo que nem todas as comunidades são contempladas com o programa Saúde da Família. Contudo, por questões culturais e identitárias, observou-se que a maioria dos quilombolas apresentam percepção positiva sobre o espaço em

que vivem.

Os quilombolas entrevistados são representados por diversas organizações sociais, em especial pela Acornecab, que os representam na luta pela garantia de seus direitos territoriais e na busca de melhorias para as comunidades envolvidas.

A principal fonte de renda dos quilombolas entrevistados provém dos sistemas agrícolas de produção familiar, com rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo. Em razão disso, há a necessidade de complementar sua renda com outras atividades secundárias. Os programas sociais do governo federal são as principais fontes de complementação financeira.

O estudo socioeconômico dos agricultores familiares do projeto de assentamento quilombola em Óbidos-PA torna-se fundamental por possibilitar que autoridades competentes, entidades representativas e tomadores de decisão tenham conhecimento da atual situação vivenciada pelas famílias quilombolas nestas comunidades. E a partir daí, possam intervir com ações que garantam melhor qualidade de vida às famílias assentadas e que promovam o desenvolvimento das comunidades locais envolvidas, haja vista que, dos 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados no país, o território da "Área das Cabeceiras" encontra-se na sétima posição com maior população quilombola residente (IBGE, 2023b).

Dada a relevância das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras por sua posição em termos populacionais, no próximo capítulo desta Tese será proposto um método de avaliação da sustentabilidade socioeconômica e ambiental em sistemas agrícolas de base familiar quilombola, em que se identificará seus pontos limitantes e potenciais. Ao final, serão apresentados os resultados integrados e fornecidas recomendações para auxiliar no desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A. J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. IPAM, Brasília, DF, 2016. 93p.
- ALMEIDA, R. H. C.; TOURINHO, M. M. Agricultura familiar e empresas de biocosméticos: caracterização socioeconômica dos produtores de priproica no estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 9, n. 18, p. 25-41, 2014.
- ALVES, J. P.; LOUZADA, R. P.; SIMONETTI, E. R. S. Análise do perfil socioeconômico dos agricultores familiares do povoado Transaraguaia, município de Araguatins- TO. In: **8ª Jornada de Iniciação Científica e Extensão**, 2017.
- ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N.; GUTJAHR, A. L. N. Caracterização socioeconômica de comunidades rurais amazônicas do Estado do Pará, Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 13, p. 1-24, 2015.
- ANJOS, R. S. A. Cartografia da diáspora África – Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 261-274, 2011.
- ARAUJO, A. S.; ANJOS, D. R.; SILVA, R. S.; SANTOS, M. A. S.; MARTINS, C. M.; ALMEIDA, R. H. C. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 7, p. 30-37, 2017.
- BARROS, M. J. B.; BRITO, E. L.; CONCEICAO, F. S.; AZEREDO, R. F. Territorialização da política pública do PAA e o caso da AACEPPAMO, município de Óbidos, Amazônia Paraense. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 3, p. 1603-1627, 2020.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **X Congresso Nacional de Educação - Educere**. Curitiba, 2011.
- BENTES, A. J. M.; MONTEIRO, R. N.; VIEIRA, T. A. Socioeconomia e Gestão florestal no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, p. 28-89, 2019.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004\\_2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2006/lei/l11326.htm)> Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Superintendência Regional do Pará. Portaria nº 24, de 25 de outubro de 2001. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/portaria-n24-de-25-de-outubro-de-2001/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Relação dos Projetos de Reforma Agrária**. Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 até 12/09/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>

Acesso em: 22 set. 2024.

Brasil. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR) – **Programa Brasil Quilombola**: diagnóstico de ações realizadas. Brasília, DF. 2012.

CANO, R. S. **Comunidade Negra de Itacoã**: Território, Biodiversidad y Organización Social, pilares para el etno-desarrollo?. 2005. 257 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração – 2022**. Disponível em: <<https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2022/tabelas/3-baixo-amazonas/tabela-44-area-colhida-qtde-produzida-e-valor-da-producao-por-tipo-de-lavoura-temporaria-2021-ri-baixo-amazonas.htm>>. Acesso em: 16 maio 2023.

FERREIRA, P. F.; PONTES, A.N ; DE PAULA, M. T. . Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA). **Natural Resources**, v. 8, p. 60-65, 2018.

FIDELIS, L. M.; BERGAMASCO, S. M. A.. Quilombos e a agroecologia: a agricultura tradicional como estratégia de resistência da comunidade Quilombola João Surá. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Lagoas, v.10, n.18, 2013.

FREITAS, D. A.; CABALLERO, A. D.; MARQUES, A. S.; HERNÁNDEZ, C. I. V.; ANTUNES, STÉFFANY L. N. O. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC (Online)**, v. 13, p. 937-943, 2011.

FREITAS, W. ; WANDER, A. E. O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil). **Revista de Economia da UEG**, v. 13, p. 192-213, 2017. Furtado, M. B., Sucupira, R. L., & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106-115.

FREITAS, J. S.; MATHIS, A. ; FARIAS FILHO, M. C. ; HOMMA, A. K. O. ; SILVA, D. C. C. Reservas extrativistas na Amazônia: modelo de conservação ambiental e desenvolvimento social?. **Geographia** (UFF), v. 19, n. 40, p. 150, 2017.

FCP - Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**: comunidades certificadas, quadro geral por estados e regiões, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/quadro-geral-por-estados-e-regioes-04-07-2023.pdf>>. Acesso em: 20 jul 2023.

GEORGIN, J.; WIZNIEWSKY, J. G.; ROSA, A. L. D.; OLIVEIRA, G. A.; CAMPONOGARA, A. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Monografias Ambientais**, v. 14, n. 3, p. 1-9, 2015.

GUIMARÃES, V. T.; MOREIRA, M.; PINTO, P. M. B. Nota técnica: **Assentamentos Ambientalmente Diferenciados**: conciliação entre reforma agrária e proteção do meio

ambiente. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. 2023a. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/obidos.html>> Acesso em: 27 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Quilombola 2022: Primeiros resultados do universo**. 2023b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9723#/n1145/all/n145/all/v/all/p/all/d/v7080%202/l/p,v,t/cfg/cod,/resultado>>. Acesso em: 27 jun 2023.

LEITE, F.L., CALDAS, M.M., SIMMONS, C., PERZ, S.G., ALDRICH, S., WALKER, R.T. The social viability and environmental sustainability of direct action land reform settlements in the Amazon. **Environment, Development and Sustainability**, v. 13, n. 4 p. 773-788, 2011.

LE TOURNEAU, F.M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 111-130, 2010.

LOMBA, R. M.; CAMPOS, R. J. A. Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira - Macapá, Amapá. **Confins (Paris)**, v. 3, p. 1-16, 2019.

MACIEL, M. **Os Quilombolas e o Estado**: participação, representação e políticas públicas nas comunidades de terra firme do Baixo Amazonas (Óbidos– PA). 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2019.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**. Curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. Publica Cresol. Francisco Beltrão, p. 1-11, 2016.

MATOS, G. C. G.; FERREIRA, M. B. R. Educação em Comunidades Amazônicas. **Revista de Educação Puc-Campinas**, v. 24, p. 367-383, 2019.

MELO, S. A. B. X. ; SILVA, F. S. ; MELO, A. X. Aspectos socioeconômico dos agricultores familiares extrativistas do cumbaru no município de Poconé - Pantanal Mato-Grossense. **Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais**, v. 8, p. 10-18, 2017.

MENDES, M. F; NEVES, S. M. A.; NEVES, R. J; SILVA; SILVA, T. M. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22 n.1, p.416, 2014.

MORAES, M., D.; SANT'ANA, A., L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 53, p. 589-606, 2015.

NAASE, K. M. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 5, p. 79-102, 2010.

NABARRO, S. A. **Modo de vida e campesinato no capitalismo**: contribuição, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. 2014. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2014.

NEME, S.; ANDRADE, C. O. **Quilombo**: forma de resistência. Proposta histórico-arqueológica. *Insurreição Negra e Justiça* (eds. G. Huber e F. B. de Souza). Rio de Janeiro,

OAB, 1987.

PAIVA, S. G.; KLAUTAU, M. N.; OLIVEIRA, S. F. . Dinâmicas socioeconômicas e demográficas de comunidades quilombolas do Brasil Central: uma abordagem descritiva. **Concilium** (BRASIL), v. 22, p. 611-625, 2022.

PINTO, A. R.; BORGES, J. C.; NOVO, M. P.; PIRES, P. S. Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, 2014.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RAIOL, C. S.; ROSA, L. S. Características socioeconômicas de agricultores familiares com sistemas agroflorestais no município de Santa Maria do Pará, Amazônia Oriental. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 8, n. 16, p. 121-133, 2013.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas Extrativistas**. UICN, 1995.

SALOMÃO, F. V.; CASTRO, C. V. . A Identidade Quilombola: Territorialidade Étnica e Proteção Jurídica. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDIR./UFRGS**, v. 13, p. virtual, 2018.

SANTOS, A. C. T. **Juventude Rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor do Mucuri**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2009.

SANTOS, M. A. S.; SANTANA, A. C. Caracterização socioeconômica da produção e comercialização de farinha de mandioca no município de Portel, arquipélago do Marajó, Estado do Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 5, p. 73-86, 2012.

SANTOS, P. R.; CONCEIÇÃO, F. S.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. Territórios e territorialidades quilombolas do município de Óbidos-PA: o caso do quilombo da Área das Cabeceiras. **Revista Presença Geográfica**, 2020.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, C. G., SPAROVEK, G. (Coords.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD. p. 57-74, 2005.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

SOARES, M. P. **Assentamentos Rurais Sustentáveis na Amazônia**. 2017. 141 f. Dissertação (Direito Ambiental) - Universidade do Estado Amazonas, Manaus, 2017.

SOARES, F. I. L.; VIEIRA, T. A.; MACHADO, V. M.; MOTA, F. S.; SILVA, G. V. Perfil socioeconômico de agricultores familiares no Baixo Amazonas: um estudo na feira municipal de Alenquer, Pará, Brasil. **Revista Principia (João Pessoa)**, v. 59, p. 1464-1474, 2022.

SOUSA, W. L.; SERRÃO, E. M.; VIEIRA, T. A. Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, p. 83-102, 2021.

SOUSA, W. L.; VIEIRA, T. A. An Amazonian lake and the quality of life of its women: the case

of Maicá, Santarém, Brazil (2018). *Environment, Development and Sustainability*, v. 24, p. 1428-1444, 2021.

STAEVIE, P. M. Reforma Agraria e os impactos regionais dos assentamentos rurais no desenvolvimento socioeconômico: o caso brasileiro. **Textos e Debates** (UFRR), v. 9, p. 229-256, 2005.

SOUZA, F. M. **Caracterização socioeconômica e ambiental de produtos florestais não madeireiros de famílias agroextrativistas em quatro municípios de Goiás**. 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Quilombolas communities in the Amazon: historical and geographical construction, socioeconomic characteristics and cultural heritage in the state of Amapá. **Confins (Paris)**, v. 23, p. 11-31, 2015.

SUZUKI, J., C. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Revista Espaço e Geografia**, UnB, Brasília, v. 16, n. 2, p. 627-640, 2013.

TAVARES, L. C.; OLIVEIRA, O. Presença e influência dos escravos africanos em Óbidos – PA. **Revista Ars Histórica**, n. 16, p. 23-40, Jan./Jun. 2018.

TEIXEIRA, M. G.; BRAGA, J. S.; CESAR, S. F.; KIPERSTOK, A. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da comunidade quilombola de Giral Grande, Bahia. **Interações**, Campo Grande, v.12, n.2, p. 149-159, 2011.

TORRES, A. L. **Formação social e mediação: a luta pela terra e a consolidação dos Assentamentos rurais em Unai-MG**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG. 2000.

VASCONCELOS, M. C.; VIEIRA, T. A.; CORREA, K. C. Qualidade de vida de moradores de uma comunidade rural de várzea em Santarém, Pará. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, p. 148-165, 2017.

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. S.; VASCONCELOS, P. C. S.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S. Adoção de sistemas agroflorestais na agricultura familiar, em igarapé-açu, Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, Belém, v. 47, n. 1, p. 9-22, 2007.

VIEIRA A. B. D.; MONTEIRO P. S. Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da bioética de intervenção. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 610- 618, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010.

## CAPÍTULO 3 - SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS AGRÍCOLAS QUILOMBOLAS EM ÓBIDOS, PARÁ, BRASIL

### 3.1 INTRODUÇÃO

As pessoas que vivem em comunidades remanescentes de quilombos são consideradas grupos étnico-raciais com história marcada pela resistência à opressão, que lutaram pela liberdade e pelo direito de garantia territorial, legalmente amparado pela Constituição Federal de 1988, Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003; ARAUJO *et al.*, 2017; FERREIRA; PONTES; DE PAULA, 2018).

Apesar da constitucionalidade do direito à propriedade, são poucos os territórios quilombolas brasileiros que estão regularmente reconhecidos com os respectivos títulos definitivos de suas terras (IBGE, 2023b). Dentre esses, destacam-se os que foram contemplados na modalidade de Projeto de Assentamento Especial Quilombola, pois fazem parte da categoria de Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado e, portanto, realizam atividades produtivas baseadas nos princípios da sustentabilidade (ALENCAR *et al.*, 2016; GUIMARÃES; MOREIRA; PINTO, 2019).

O Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado (PAD) tem como característica o uso dos recursos naturais de forma sustentável, a partir da preocupação com a geração e distribuição de renda de forma justa, com a promoção da segurança alimentar e nutricional dos assentados, e com o ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2003; GUIMARÃES; MOREIRA; PINTO, 2019).

As atividades produtivas desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais quilombolas nos projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados baseiam-se principalmente no agroextrativismo e na criação de animais (ARAUJO *et al.*, 2017; FERREIRA; PONTES; DE PAULA, 2018). Porém, é a agricultura familiar que tem se destacado como um dos principais meios de subsistência de muitas famílias, sendo a base para a sua reprodução social e segurança alimentar (FIDELIS *et al.*, 2013; SILVA; MIRA, 2016).

Conforme os dados da Fundação Cultural Palmares (FCP, 2022), o Pará é apontado como um dos estados que possui maior número de comunidades remanescentes de quilombos, ficando atrás apenas da Bahia, Maranhão e Minas Gerais. Dentre os municípios do Pará, Óbidos se destaca por ser um dos primeiros

municípios do Brasil a receber da Fundação Cultural Palmares o título de reconhecimento de domínio de suas terras quilombolas. Atualmente, essas terras fazem parte do Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras, criado pelo Incra, e compõem oficialmente 11 comunidades rurais e cerca de 772 famílias (INCRA, 2024).

As atividades agrícolas de base familiar desenvolvidas pelos quilombolas do município de Óbidos, além de reproduzir a cultura e a identidade afro-brasileira, são responsáveis pela geração de emprego e renda e pela subsistência das famílias agricultoras. Contudo, pelo fato de não haver estudos específicos que relacione os sistemas agrícolas de base familiar das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras com os princípios de sustentabilidade proposto pela categoria de projeto de assentamento ambientalmente diferenciado, apresentamos as seguintes questões norteadoras que são a base deste trabalho de Tese:

- a) Os sistemas agrícolas de produção familiar quilombola podem ser considerados sustentáveis sob os aspectos ambientais, sociais e econômicos?
- b) Quais os pontos críticos que podem limitar ou favorecer à sustentabilidade desses sistemas?

A partir desses questionamentos, o presente estudo tem como objetivo principal avaliar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas agrícolas familiares do Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras, identificando os seus fatores limitantes e potenciais. O procedimento metodológico proposto para a realização deste estudo tem como base a aplicação da estrutura operacional do método MESMIS.

Este estudo contribuirá com os quilombolas, suas associações e órgãos competentes apontando os aspectos ou processos que podem limitar ou fortalecer a capacidade dos sistemas de se manterem ao longo do tempo. Ou seja, espera-se contribuir com a identificação dos pontos críticos limitantes e potenciais da sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas agrícolas de produção familiar. Além da contribuição acadêmica para estudos posteriores, o presente estudo poderá servir de consulta de base para tomada de decisões e auxiliar no desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas locais.

## 3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.2.1 Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar é uma atividade produtiva que remete ao início da colonização brasileira e, desde então, tem feito parte da rotina das atividades produtivas do país, especialmente para os pequenos produtores e povos e comunidades tradicionais (NETTO, 2008; MATTEI, 2014). Porém, ao longo desse período, a agricultura familiar foi negligenciada pelas autoridades governamentais, recebendo pouco ou praticamente nenhum apoio para se desenvolver adequadamente, tornando-se uma agricultura com baixa capacidade produtiva, voltada principalmente à subsistência dos agricultores familiares (MATTEI, 2014).

A partir de meados do século XX, quando temas como reforma agrária, ausência de políticas públicas para os pequenos produtores e combate ao desemprego e ao êxodo rural, tornaram-se pautas prioritárias nas discussões nacionais, a agricultura familiar começou a receber maior atenção e incentivo das autoridades governamentais por meio da implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrícola como, por exemplo, o PRONAF<sup>27</sup>, e da regulamentação da Lei da Política Nacional da Agricultura Familiar<sup>28</sup> (MATTEI, 2014). Considera-se a agricultura familiar como uma forma social específica de trabalho no qual as atividades produtivas são exercidas predominantemente pela mão de obra familiar em um espaço geográfico definido, assim como a propriedade e os meios de produção são gerenciados pela própria família, servindo também como local de moradia (BRASIL, 2006; NETTO, 2008; SILVA, 2011; SCHNEIDER, 2016).

De acordo com o Censo Agropecuário, os estabelecimentos classificados como agricultura familiar no Brasil representam 77%, o que corresponde a 3,9 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2017). A agricultura familiar brasileira é bastante diversificada, além de cumprir seu papel social na produção de alimentos, a qual compõem a dieta alimentar básica da população brasileira, fornece produtos para o mercado interno, gerando trabalho, emprego e renda para trabalhadores rurais (SERENINI; MALYSZ, 2015). Segundo Guanzioli *et al.* (2009), a agricultura familiar é

---

<sup>27</sup> Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

<sup>28</sup> Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

a principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro. Afirma ainda que apenas cerca de 4% da mão de obra é contratada, e que os membros familiares são responsáveis por quase todo o trabalho desenvolvido de forma intensiva na agricultura familiar.

Dados do IBGE (2017) apontam que a agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção agropecuária no país, o que corresponde cerca de 107 bilhões de reais, e emprega mais de 10,1 milhões de pessoas, equivalente a 67% de pessoas ocupadas no campo. Os dados revelam ainda que só na região Norte do país, cerca de 1,5 milhões (15,4%) de pessoas ocupadas são classificadas como agricultores familiares. Além da contribuição econômica da agricultura familiar na geração de emprego e renda, ela é de extrema importância na subsistência, especialmente dessas famílias, pois devido sua menor incorporação tecnológica e produtividade mais baixa, a atividade agrícola familiar é mais voltada para o aspecto social, em prover a subsistência, do que o de natureza econômica (LANDAU *et al.*, 2013).

Nesse contexto, a agricultura familiar contribui com a segurança alimentar da sociedade, produzindo em culturas temporárias 70% da mandioca, 67% do abacaxi e 42% do feijão preto de todo o país, e é responsável por 79,3% do valor da produção de uva (vinho e suco) e 48,5% da banana em culturas permanentes (IBGE, 2017). Em virtude de sua diversificação, por meio de policultivos, baixa utilização de insumos externos e pelo uso de técnicas de cultivo que menos degrada o ambiente, a agricultura familiar apresenta características mais próximas do conceito de sustentabilidade do que da produção oriunda da agricultura em grande escala (FORMIGA JUNIOR; CÂNDIDO; AMARAL, 2015).

### **3.2.2 Avaliação da Sustentabilidade a partir do método MESMIS**

#### **3.2.2.1 Entendendo a Sustentabilidade**

A palavra *Nachhaltigkeit* (termo alemão para sustentabilidade) foi abordada pela primeira vez em 1713, em um artigo escrito pelo cientista alemão Hans Carl von Carlowitz, quando sugeriu que o manejo florestal de forma sustentável só poderia ser alcançado se nunca colhessem mais do que a floresta podia produzir (WIERSUM, 1995; WILDERER, 2007; KUHLMAN; FARRINGTON, 2010). Para Nascimento (2012), o termo sustentabilidade originou-se da ecologia, quando se referia à capacidade de

recuperação dos ecossistemas diante de perturbações antrópicas ou naturais. A partir de meados do século XX, porém, quando se percebeu que os recursos naturais eram finitos e que estavam gradativamente diminuindo em virtude do padrão de produção e de consumo no mundo, o termo sustentabilidade agregou outras conotações. Com frequência, passou a ser usado na economia como adjetivo de desenvolvimento (NASCIMENTO, 2012). Cavalcanti (1998) define sustentabilidade como a possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

Apesar do conceito de sustentabilidade ser complexo e dinâmico, por possuir abordagens que variam conforme a área de atividade ou o ambiente onde é aplicado, há um ponto em comum quando se relaciona ao equilíbrio da biosfera e ao bem-estar da humanidade (BARONI, 1992; RIGBY; CÁCERES, 2001; SICHE, 2007; VERONA, 2011; SILVA e CÂNDIDO, 2016). Nessa ótica, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu um documento, denominado Relatório Brundtland<sup>29</sup>, que compreendia as aspirações da humanidade por uma vida melhor e as limitações impostas pela natureza, e propôs uma mobilização mundial para o desenvolvimento sustentável (KUHLMAN; FARRINGTON, 2010). Tal mobilização consolidou-se em 1992, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), realizada no Rio de Janeiro – Rio 92, onde foram estabelecidas as bases para alcançar a sustentabilidade, a partir da oficialização de um documento, denominado Agenda 21, contendo os direitos e as obrigações dos países envolvidos (BARBIERE, 2007).

Como resultado dessa Conferência, houve a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (*Commission on Sustainable Development - CSD*), cuja principal responsabilidade era acompanhar as ações e os progressos em direção ao desenvolvimento sustentável (FERNANDES; WOODHOUSE, 2008). E uma das ações levantadas desde os primeiros encontros da CSD foi a necessidade de criar indicadores ou valores de referências capazes de avaliar a sustentabilidade da sociedade, em escala global, nacional e local (MOLDAN; BILHARZ; MATRAVERS, 1997).

Em novembro de 1996, no Centro de Conferência de Bellagio, na Itália, ocorreu

---

<sup>29</sup> Relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, formulado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas - ONU (WCED, 1987).

o encontro de pesquisadores e especialistas em avaliação das diversas partes do mundo. Pretendeu-se revisar dados e diferentes iniciativas de avaliação da sustentabilidade até então publicados. A síntese dessa revisão, ficou conhecida como os "Princípios de Bellagio" e sua aplicação serve como orientação para avaliar e melhorar a escolha, utilização, interpretação e comunicação dos indicadores de sustentabilidade (BELLEN, 2004).

Para Santos (2013), uma das principais formas de se avaliar a sustentabilidade consiste na análise de indicadores que possam representar significativamente a realidade, nos diversos níveis geográficos, a partir de um conjunto de elementos relacionados às dimensões ambientais, sociais e econômicas. Os indicadores de sustentabilidade são instrumentos de medidas essenciais quando se pretende representar e julgar, de forma objetiva, racional e lógica, as condições de um sistema específico em um determinado período (BOLÍVAR, 2011; PEREIRA et al., 2016). Assim, os indicadores constituem atributos fundamentais para a análise e compreensão da realidade investigada e para a orientação na tomada de decisões e na elaboração e planejamento de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável (PANNELL; GLENN, 2000; MARTINS; CÂNDIDO, 2012).

#### 3.2.2.1 Método MESMIS

O método MESMIS surgiu na década de 1990, no México, formulado por um grupo de pesquisadores de instituições e ONGs, no contexto de uma iniciativa lançada pela Fundação Rockefeller, para promover os sistemas de manejo dos recursos naturais em comunidades camponesas que praticam a agricultura familiar, em especial a agricultura de base ecológica (LÓPEZ-RIDAURA; MASERA; ASTIER, 2002; SPELMAN *et al.*, 2007; MASERA *et al.*, 2008; ASTIER *et al.*, 2012).

O MESMIS impulsiona uma reflexão crítica sob uma abordagem interdisciplinar e participativa de sistemas de manejo de recursos naturais mais sustentáveis, maximizando ou criando interações entre a produção de bens e serviços, a equidade social no acesso a estes benefícios e a conservação dos recursos naturais (MASERA *et al.*, 2008; ASTIER *et al.*, 2012).

De acordo com Masera, Astier e López-Ridaura (2000) o MESMIS é um método que contribui para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de manejo de recursos naturais, com ênfase no contexto da agricultura familiar e no âmbito local. Busca

entender de maneira integral os limites e possibilidades da sustentabilidade do sistema sob três dimensões: social (incluindo cultural e política), econômica e ambiental (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000). Assim, a aplicação dos indicadores por meio do método MESMIS permite identificar os pontos críticos limitantes na estrutura e funcionamento desses sistemas, promovendo propostas de intervenção para potencializar os níveis de sustentabilidade (FERRAZ, 2003). Nesse sentido, o MESMIS busca investigar e promover novos meios de produção agrícola, a fim de mudar a realidade socioambiental de comunidades camponesas pobres (CÂNDIDO *et al.*, 2015).

Conforme Maser, Astier e López-Ridaura, (2000) o principal objetivo do MESMIS é proporcionar um marco metodológico para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de manejo de recursos naturais em escala local baseado nas seguintes premissas:

- O conceito de sustentabilidade é definido a partir de cinco atributos gerais: (a) produtividade; (b) estabilidade, resiliência, confiabilidade; (c) adaptabilidade; (d) equidade; e (e) autossuficiência.
- A avaliação de sustentabilidade é realizada e válida somente para: (a) sistemas de manejos específicos em uma determinada localidade geográfica e para um determinado contexto social e político; (b) em uma escala espacial (parcela, unidade de produção, comunidade) previamente estabelecida; e (c) em um determinado tempo.
- A sustentabilidade não pode ser avaliada por si só, podendo ser avaliada a partir da comparação de dois ou mais sistemas (comparação transversal) ou analisando a evolução de um sistema ao longo do tempo (comparação longitudinal).
- A avaliação de sustentabilidade é um processo cíclico que tem como objetivo central o fortalecimento dos sistemas produtivos e da metodologia utilizada.
- O método MESMIS é operacional e flexível, podendo se adaptar a realidades diversas e a diferentes níveis de informações disponíveis localmente.

Concernente a essas premissas, Verona (2008) chama a atenção para o fato desse método permitir, e até mesmo incentivar, adaptações específicas para cada estudo, ou seja, possibilita adaptações técnicas conforme as particularidades do contexto sociocultural, ambiental e político do local de estudo, permitindo assim uma avaliação de sustentabilidade mais próxima da realidade.

Para efeito de compreensão, seguem as definições dos atributos gerais de

sustentabilidade (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000; LÓPEZ-RIDAURA; MASERA; ASTIER, 2002):

**a) Produtividade:** É a capacidade do sistema de gerar o nível requerido de bens e serviços, representado pela lucratividade ou rendimentos em um determinado período.

**b) Estabilidade:** É a capacidade do sistema de manter constante os benefícios gerados no decorrer do tempo.

**c) Resiliência:** É a capacidade do sistema de retornar ao estado de equilíbrio ou manter seu potencial de produção após sofrer perturbações graves.

**d) Confiabilidade:** É capacidade do sistema de manter sua produtividade ou os benefícios desejados em níveis próximos aos gerados em condições normais.

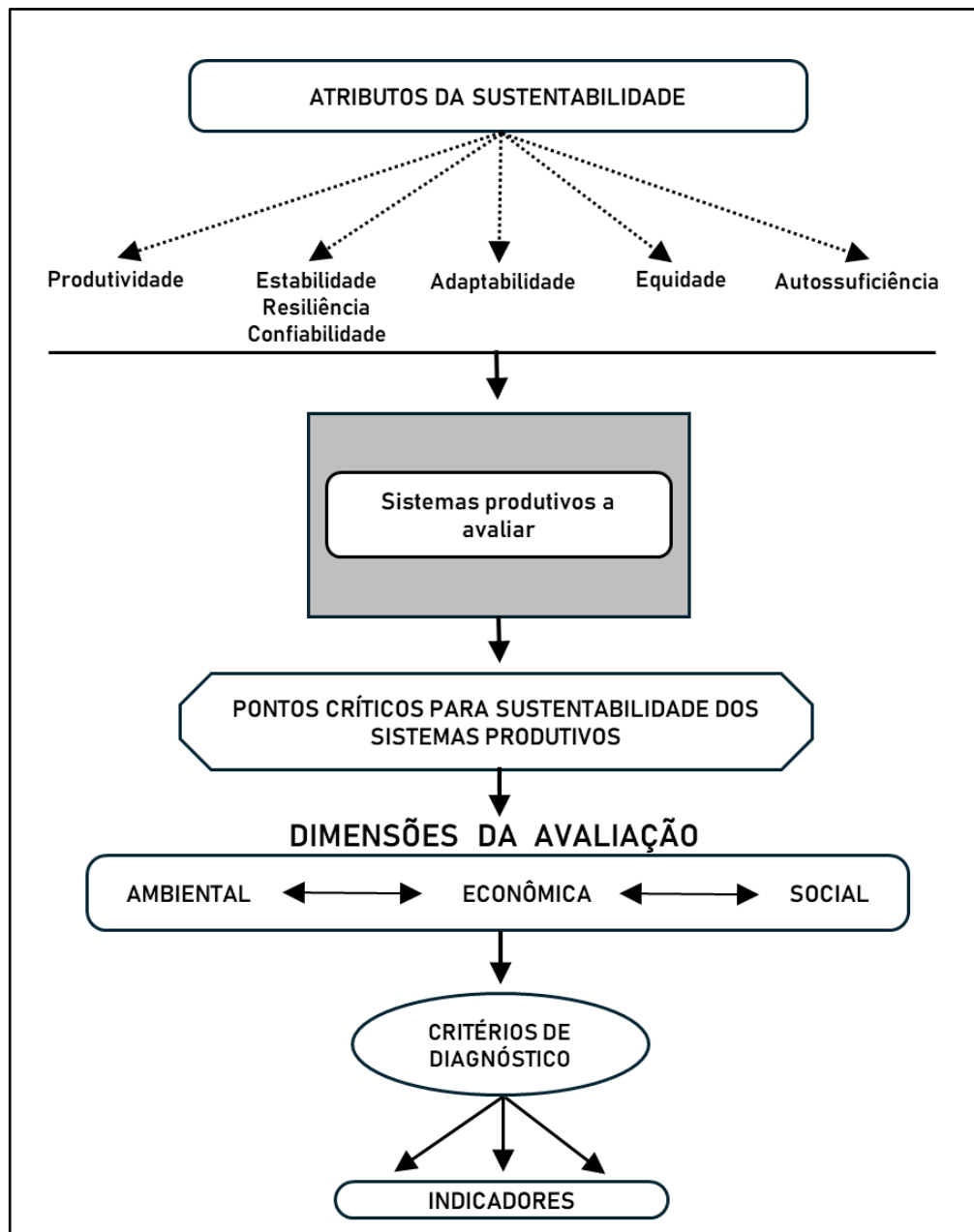
**e) Adaptabilidade:** É capacidade do sistema de reencontrar estabilidade e continuar gerando benefícios, diante de mudanças de longo prazo no ambiente.

f) Equidade: é a capacidade do sistema em distribuir, de maneira justa, os benefícios e custos entre os diversos agentes envolvidos.

**g) Autossuficiência:** É a capacidade do sistema de regular e controlar suas relações com o contexto exterior. Refere-se aos processos de organização e os mecanismos do sistema socioambiental para definir endogenamente seus próprios objetivos, suas prioridades, sua identidade e seus valores.

De acordo com López-Ridaura, Maser e Astier (2002) os atributos estabilidade, resiliência e confiabilidade podem ser agrupados para definir a capacidade que o sistema apresenta para lidar com mudanças.

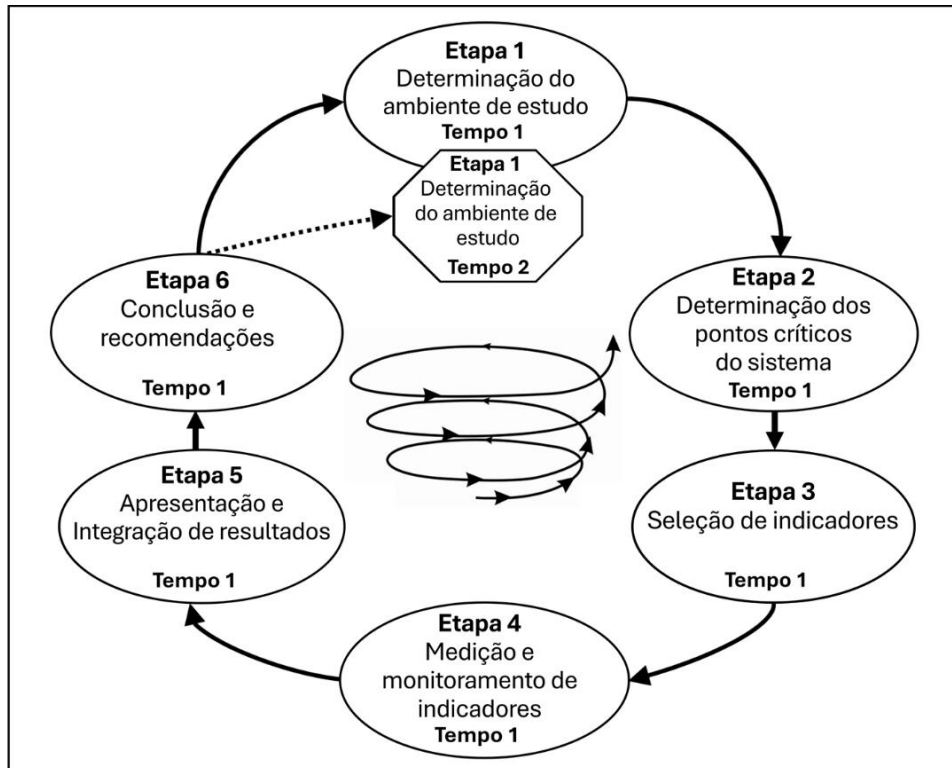
Os atributos representam propriedades sistêmicas fundamentais que são avaliadas nas três dimensões da sustentabilidade, mediante a formulação e aplicação de indicadores (MASERA; ASTIER, LÓPEZ-RIDAURA, 2000). Na Figura 13, verifica-se esquematicamente os aspectos fundamentais das relações entre atributos, dimensões e indicadores de sustentabilidade do método MESMIS.



**Figura 13** – Esquema geral do método MESMIS: relação entre atributos, dimensões e indicadores de sustentabilidade.

Fonte: Adaptado de Masera, Astier e López-Ridaura (2000).

A estrutura operacional MESMIS consiste em um ciclo avaliativo de seis etapas (MASERA; ASTIER, LÓPEZ-RIDAURA, 2000; SACHS, 2002; ASTIER; HOLLANDS, 2005; SPEELMAN *et al.*, 2007), conforme a descrição simplificada a seguir (Figura 14).



**Figura 14** – Ciclo de avaliação da sustentabilidade a partir da estrutura operacional MESMIS.  
Fonte: Adaptado de Masera, Astier e López-Ridaura (2000).

- 1. Determinação e caracterização do ambiente de estudo:** nesta etapa, define-se a área de estudo, suas características e o contexto socioeconômico e ambiental.
- 2. Identificação dos pontos críticos do sistema:** com base nas informações coletadas anteriormente, esta etapa tem como objetivo determinar os pontos críticos limitantes e potenciais da sustentabilidade, ou seja, identificar os aspectos ou processos que limitam e fortalecem a capacidade do sistema de manter-se ao longo do tempo.
- 3. Seleção de indicadores:** nesta etapa, determina-se os critérios de diagnóstico a partir dos quais se derivam os indicadores que irão avaliar a sustentabilidade dos sistemas.
- 4. Mensuração de indicadores:** esta etapa inclui a elaboração de atributos de mensuração com o objetivo de quantificar e avaliar as informações desejadas de origem qualitativa e quantitativa
- 5. Apresentação e Integração dos resultados:** nesta etapa, os resultados são apresentados em sínteses, na forma de gráficos, para melhor visualização e interpretação. As representações gráficas são do tipo radial (ameba), pois fornecem a noção de distância em relação a um valor de referência, permitindo uma

comparação simples e compreensiva das vantagens e desvantagens do sistema avaliado.

**6. Conclusões e recomendações:** nesta etapa, realiza-se uma síntese da avaliação e se propõe sugestões para fortalecer a sustentabilidade dos sistemas de gestão, assim como para melhorar o processo da própria avaliação em trabalhos futuros na região.

Após esse primeiro ciclo de avaliação da sustentabilidade dos sistemas de gestão dos recursos naturais (*Tempo 1*), os aspectos recomendados para sua melhoria possibilitarão a realização de um novo ciclo avaliativo (*Tempo 2*) ao longo do tempo (avaliação longitudinal) (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000). Esse novo ciclo (*Tempo 2*) inicia-se pela “Etapa 1” (Figura 14) e envolve as seguintes alterações a serem realizadas: nova caracterização do ambiente de estudo; redefinição dos pontos críticos conforme o contexto atual; reestruturação dos indicadores de avaliação, excluindo ou adaptando aqueles que não representam mais as descrições do sistema analisado, ou ainda incorporando novos indicadores com novos atributos de referência. Convém ressaltar, contudo, que independentemente das modificações nos indicadores e nas técnicas de medição do novo ciclo avaliativo, a estrutura operacional do MESMIS mantém-se o mesmo, ou seja, conserva-se a relação dos indicadores com os pontos críticos por meio dos critérios de diagnóstico e o atendimento aos atributos e às dimensões da sustentabilidade (MASERA; ASTIER, LÓPEZ-RIDAURA, 2000; SACHS, 2002; ASTIER; HOLLANDS, 2005; SPEELMAN *et al.*, 2007).

### 3.2.2.2 Conceituando indicadores de sustentabilidade

O termo indicador origina-se do latim *indicare*, que significa apontar, anunciar ou estimar, e que pode ser conceituado como uma ferramenta utilizada para mensurar as alterações que ocorrem sobre as características de um determinado sistema (DEPONTI *et al.*, 2002).

Os indicadores de sustentabilidade são instrumentos de avaliação de determinados fenômenos que permitem a simplificação do número de informações para facilitar a compreensão de uma determinada realidade e auxiliar na tomada de decisões (BRASIL, 2023). Mendonça (2011) afirma que os indicadores permitem mensurar as modificações antrópicas das características de um determinado sistema

agrícola, possibilitando assim avaliar a sua sustentabilidade. Para Malheiros, Phlipi Jr e Coutinho (2008), os indicadores de sustentabilidade têm um papel de estabelecer uma visão integrada dos componentes da sustentabilidade e permitir a avaliação dos resultados em relação às metas e objetivos definidos.

De acordo com Bellen (2005), um indicador pode ser definido como a função de uma ou mais variáveis, que devem medir atributos de uma dada realidade no sentido de avaliar suas condições e tendências referente às metas e aos objetivos propostos, e assim poder alertar previamente ou antecipar futuros acontecimentos. Nessa mesma linha, Freudenberg (2003) define um indicador como uma medida de ordem quantitativa e qualitativa, a partir de fatos observados de um determinado contexto, que pode proporcionar informações e se mensurado ao longo do tempo apontar direcionamentos.

A utilização dos indicadores para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola destacam-se por serem dinâmicos e contemplarem as diversas dimensões da sustentabilidade, permitindo um diagnóstico da realidade local sobre o processo de desenvolvimento sustentável e assim podendo contribuir para a implementação de políticas públicas (MARTINS; CÂNDIDO, 2015).

Marzall e Almeida (2000) propõem que a avaliação da sustentabilidade deve contemplar um conjunto de indicadores que, além de considerar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, também levem em consideração as particularidades do sistema avaliado. Nesse sentido, Verona (2008), enfatiza que os indicadores são instrumentos de avaliação que devem descrever um processo específico, particular ao sistema que se propõe avaliar. De acordo com Speelman, Astier e Galván-Miyosh (2008), os indicadores são específicos aos processos dos quais fazem parte, ou seja, determinados indicadores podem ser apropriados para certos sistemas e inapropriados para outros.

Masera, Astier e López-Ridaura (2000), ao proporem o método de avaliação MESMIS, defendem que não existe uma lista de indicadores universais e que a liberdade na seleção dos indicadores reflete a flexibilidade do método com relação à possibilidade de adaptação às especificidades de cada sistema avaliado. Nessa ótica, Santos (2004) afirma que os indicadores são atributos que têm a capacidade de descrever um estado ou gerar modelos que representem uma determinada realidade, ou seja, que represente uma resposta dos fenômenos que ocorrem em um meio específico.

Segundo Masera, Astier e López-Ridaura (2000), para que o esquema de avaliação da sustentabilidade seja realmente operativo, os indicadores devem possuir algumas características em comum, como: (a) serem integradores de informação; (b) serem fáceis de medir e baseados em informações locais facilmente disponíveis; (c) serem robustos e refletirem os atributos de sustentabilidade que se pretendem avaliar; (d) serem simples de entender (não só por especialistas na área); (e) permitirem mensurar mudanças nas características do sistema ao longo do tempo; e, acima de tudo, (f) serem claros e objetivos.

### 3.3 METODOLOGIA

#### 3.3.1 Recorte espacial e temporal do estudo

O estudo foi desenvolvido em comunidades rurais quilombolas pertencentes ao Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras, situado no município de Óbidos, durante o período de março de 2019 a junho de 2022<sup>30</sup>.

#### 3.3.2 Processo de seleção do público-alvo

O público-alvo do estudo foi composto por agricultores familiares vinculados à Associação das Comunidades de Remanescentes de Negros das Cabeceiras (Acornecab). Optou-se por trabalhar com uma amostragem não probabilística por conveniência, considerando ser a mais adequada às condições do público-alvo e do contexto da pesquisa. O público-alvo constituiu uma amostra de 100 agricultores familiares, chefes de famílias, representando cerca de 17% da população total dos associados (aproximadamente 600 associados<sup>31</sup>).

#### 3.3.3 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza aplicada, por meio de estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa (YIN, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013; CRESWELL; CLARK, 2013). A análise quantitativa permitiu identificar e mensurar os aspectos socioeconômicos e ambientais a partir das práticas

---

<sup>30</sup> Em virtude das medidas sanitárias decretadas pelo município de Óbidos contra o novo coronavírus SARS-CoV-2, no período da pandemia, houve a impossibilidade de realizar o presente estudo nas comunidades quilombolas durante a maioria dos meses de 2020 e 2021.

<sup>31</sup> Referente ao ano de 2022, quando foi realizada a pesquisa de campo.

desenvolvidas pelos agricultores quilombolas nos sistemas agrícolas de produção familiar. A análise qualitativa, de caráter exploratório, permitiu entender e interpretar os comportamentos e as variáveis das práticas agrícolas desenvolvidas (MUHLERT, 2014).

Com relação aos procedimentos metodológicos, o conjunto de informações que embasou este estudo derivou de fontes secundárias, por meio de pesquisa bibliográfica, e de fontes primárias, por meio de pesquisa de campo e documental.

### **3.3.4 Método proposto**

O método proposto para avaliar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção familiar do projeto de assentamento quilombola Área das Cabeceiras foi o método MESMIS. Houve a necessidade de adaptações técnicas em virtude das informações disponíveis e das particularidades do contexto sociocultural, ambiental e político do local de estudo.

### **3.3.5 Etapas percorridas**

As etapas percorridas ao longo deste estudo seguiram a estrutura operacional MESMIS e foram desenvolvidas a partir das percepções e contribuições dos agricultores entrevistados e de observações *in loco* (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000; LÓPEZ-RIDAURA; MASERA; ASTIER, 2002; SACHS, 2002).

- 1.** A primeira etapa consistiu em caracterizar a área de estudo a ser avaliada, descrevendo o contexto socioeconômico e ambiental dos sistemas agrícolas de base familiar quilombola.
- 2.** A segunda etapa consistiu em identificar os pontos críticos que limitavam (impactos negativos) e fortaleciam (impactos positivos) a capacidade do sistema de se manter ao longo do tempo. Assim, seria possível apontar os fatores ambientais, sociais e econômicos que, individualmente ou em combinação, poderiam ter efeitos positivos ou negativos na sustentabilidade dos sistemas produtivos.
- 3.** A terceira etapa consistiu em definir os indicadores para avaliação com base nos critérios de diagnósticos e nos pontos críticos levantados. Procurou-se definir os indicadores que fossem fáceis de mensurar e analisar, derivados de informações disponíveis e confiáveis, e que fossem claros e simples de entender e de representar a realidade local (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000).

4. A quarta etapa consistiu em mensurar os indicadores de sustentabilidade a partir da formulação de atributos de referência. Vale ressaltar que esses atributos não pretendem demonstrar necessariamente aspectos como crescimento, estagnação ou decréscimo, mas servir como referência para indicar o nível ou condição no qual o sistema se encontra durante a avaliação do ciclo avaliativo (DEPONTI, ECKERT, AZAMBUJA, 2002).
5. A quinta etapa consistiu na apresentação integrada dos resultados por meio de gráficos do tipo radar e de quadros demonstrativos dos índices ambiental, social e econômico obtidos da média aritmética das notas de avaliação dos indicadores de sustentabilidade.
6. A sexta e última etapa deste primeiro ciclo avaliativo consistiu em sintetizar os resultados da avaliação e de propor estratégias e recomendações para fortalecer a sustentabilidade dos sistemas agrícolas de base familiar quilombola, avaliado no presente estudo, assim como sugerir trabalhos futuros na região para melhorar o próprio processo de avaliação, possibilitando um estudo comparativo do nível de sustentabilidade ao longo do tempo.

### **3.3.6 Coleta de dados, mensuração e atributos de sustentabilidade**

A coleta de dados nas comunidades quilombolas da área de estudo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares quilombolas, observações *in loco*, registros de campo e reuniões. Os formulários foram previamente elaborados para possibilitar a transformação das variáveis coletadas em valores numéricos e assim permitir uma avaliação matemática (VERONA, 2008). A participação dos agricultores quilombolas ocorreu a partir de entrevistas individuais.

Para realizar a avaliação de sustentabilidade a partir dos indicadores utilizados no processo, foram determinados atributos de referência. A determinação de tais atributos foi baseada em propostas metodológicas presentes na literatura e nas informações prestadas pelos agricultores. O seu uso permitiu a transformação das informações em valores numéricos, os quais foram categorizados com as seguintes notas (VERONA, 2008; SOUZA, 2013; FREITAG, 2020):

**a) Nota 1** - atribuído para uma situação insustentável e não desejável que requer atenção – atitudes devem ser planejadas para a melhoria do indicador;

**b) Nota 2** - atribuído para uma situação regular e intermediária – o sistema agrícola apresenta características que indicam esforços para a sustentabilidade, porém insuficientes aos atributos desejáveis de desenvolvimento sustentável;

**c) Nota 3** - atribuído para uma situação sustentável e desejável – o sistema agrícola está no caminho certo e deve procurar manter-se nele.

Foram utilizadas também as notas intermediárias 1,1 a 1,9 para sistemas potencialmente insustentáveis e não desejáveis. E 2,1 a 2,9 para sistemas potencialmente sustentáveis e desejáveis. As notas foram associadas a determinadas cores para facilitar a compreensão dos resultados. Observa-se no Quadro 2 a escala numérica das notas de avaliação com suas respectivas cores.

**Quadro 2** – Legenda de cores para as respectivas notas de sustentabilidade.

	= 1,0 a 1,9
	= 2,0
	= 2,1 a 3,0

Fonte: Adaptado de Souza (2013).

### 3.3.6 Análise estatística dos dados gerados na quantificação dos indicadores

Para construção do banco de dados, análise e integração dos resultados, utilizou-se o programa de planilha eletrônica *Microsoft Excel for Windows*. A análise dos dados foi realizada mediante ferramentas de estatística descritiva e apresentada por meio de quadros e gráficos.

Os resultados estão apresentados de maneira sintetizada, baseados em médias que compilam informações de um conjunto de indicadores, as quais possibilitaram obter a média por dimensão, assim como a média geral de sustentabilidade.

Na quarta etapa do ciclo de avaliação do método MESMIS, referente à mensuração e quantificação dos indicadores por meio de atributos de avaliação, os dados foram analisados e representados por gráficos de barra, os quais permitiram a comparação da distribuição de frequência entre as categorias dos respectivos atributos. Essa análise estatística possibilitou a mensuração dos indicadores em notas nas seguintes categorias: insustentável, potencialmente insustentável, regular ou

intermediária, potencialmente sustentável e sustentável.

As notas dos indicadores ambiental, social e econômico foram calculadas a partir da média aritmética ponderada por meio da seguinte fórmula:

$$\bar{x}_p = \frac{\sum_{i=1}^n x_i \cdot f_i}{\sum_{i=1}^n f_i} \quad (1)$$

Onde:

$\bar{x}_p$  = representa a média aritmética ponderada (nota média do indicador);

$\Sigma$  = símbolo que representa o somatório de todos os termos;

$i = 1$  => refere-se ao início do somatório pelo primeiro elemento;

$n$  = refere-se ao limite máximo do somatório ou o último elemento;

$x_i$  = representa o valor de cada elemento (atributo);

$f_i$  = representa os pesos que serão utilizados e aplicados em cada dado (frequência de entrevistados).

Para obter a nota média dos indicadores de sustentabilidade com base na form. (1), multiplicou-se o valor de cada atributo do respectivo indicador pela frequência de entrevistados correspondentes. Após isso, somou-se o produto das multiplicações e dividiu-se pelo número total dos agricultores familiares entrevistados (somatório das frequências).

Na quinta etapa, referente à apresentação e integração dos resultados, os dados foram analisados a partir de gráficos do tipo radar para cada dimensão da sustentabilidade (ambiental, social e econômica), os quais permitiram comparar o desempenho dos diferentes indicadores entre si, e identificar os pontos fortes e fracos para a sustentabilidade.

Foram analisados também, por meio de gráfico radar, os índices gerais de sustentabilidade (IGS), nas dimensões ambiental, social e econômica, os quais foram calculados a partir da média aritmética entre as notas atribuídas aos respectivos indicadores de sustentabilidade. Esses índices permitiram a comparação e a síntese das três dimensões, possibilitando assim uma visão integrada dos níveis de sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção familiar no projeto de assentamento quilombola Área das Cabeceiras. Para López-Ridaura *et al.* (2002), o gráfico do tipo radar expressa as medidas de cada indicador e a síntese das três dimensões analisadas, além de permitir comparações entre as dimensões,

evidenciando as vantagens e limitações do sistema que está sendo avaliado. Convém ressaltar ainda que, além dos gráficos do tipo radar, também foram apresentados quadros com as notas de avaliação e suas respectivas cores para auxiliar na análise dos dados.

### 3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.4.1 Caracterização geral da área de estudo

A caracterização geral da área de estudo é a primeira etapa da avaliação de sustentabilidade. Nesta etapa foram identificadas as características gerais dos sistemas agrícolas de base familiar a partir de seus aspectos ambientais, sociais e econômicos.

##### 3.4.1.1 Aspectos ambientais

Os principais aspectos ambientais que caracterizam os sistemas agrícolas de base familiar são o solo, a diversidade de culturas, o manejo, a vegetação e os recursos hídricos.

##### a) Solo

No contexto dos sistemas agrícolas do presente estudo, foi possível constatar pelos relatos dos agricultores que o solo das unidades de produção ou áreas de plantação (roçado) é de boa qualidade para fornecer nutrientes às plantas cultivadas, sem a necessidade de emprego de pacotes químicos, promovendo assim um sistema de cultivo orgânico.

Com relação ao nível de erosão do solo, constatou-se que na maioria das unidades de produção dos agricultores entrevistados não ocorre sinais de processos erosivos, o que torna a área de cultivo propício para o plantio.

Ressalta-se que as unidades de produção apresentam o tipo de relevo predominantemente plano e suave ondulado, o que contribui para não intensificação dos processos erosivos e manutenção da fertilidade do solo (SANTOS; SALCEDO; GALVÃO, 2008). Casalinho (2003) destaca que os agricultores têm conhecimento empírico sobre as características e a qualidade do solo, associando a diversos

aspectos como cor, nível de compactação, aparência e desenvolvimento das plantas cultivadas, além das condições hídricas do solo e outros.

#### b) Diversidade de culturas

Os resultados revelam que os principais produtos cultivados pelos agricultores entrevistados, em ordem de frequência, são a mandioca, o milho, a macaxeira, o feijão e o abacaxi. Estas espécies são importantes para o autoconsumo e geração de renda familiar.

A grande maioria dos entrevistados relatou que cultiva em suas unidades de produção até quatro culturas, somente uma pequena parte dos agricultores realizam o plantio com maior diversidade de culturas. Sabe-se que a diversidade de plantas e culturas nos sistemas agrícolas contribui para um solo mais fértil e saudável, para a resistência a condições climáticas extremas, impactando positivamente na produção sustentável dos alimentos (MOREIRA; BINOTTO, 2014). Porém, nas comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras, observou-se uma diversificação de poucas culturas, em especial nas lavouras temporárias. Com isso, as ofertas de produtos agrícolas são limitadas, tanto para o consumo quanto para a comercialização. Vale ressaltar ainda que o cultivo da mandioca é a principal cultura da lavoura temporária nas comunidades quilombolas, e seus derivados são os produtos mais comercializados pelos agricultores.

#### c) Manejo

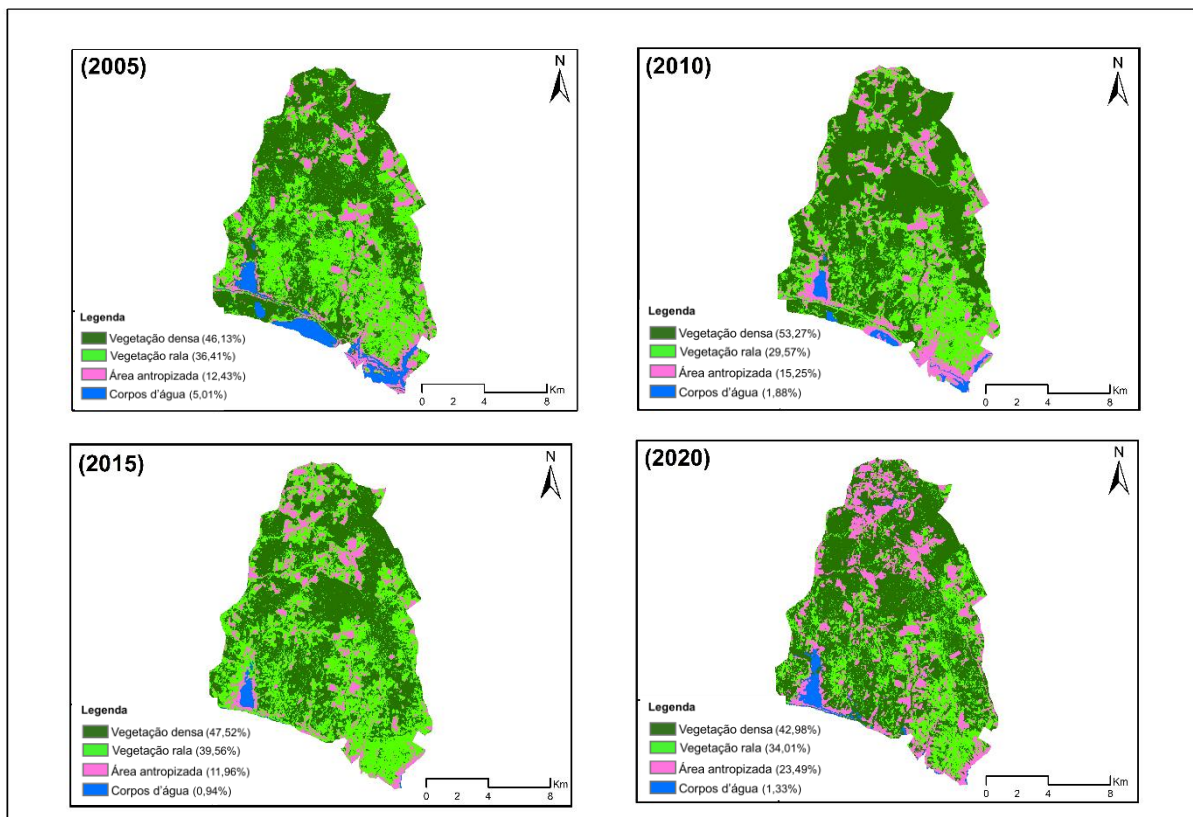
As informações obtidas nas entrevistas demonstram que os agricultores não realizam o manejo adequado dos cultivos em suas unidades de produção. Observou-se que não ocorre nessas unidades a prática de rotação de cultura pelos agricultores entrevistados. Desse modo, quando ocorre baixa produtividade agrícola nessas áreas, e conseqüentemente diminuição da geração de renda, os agricultores migram para novas fronteiras agrícolas, geralmente em torno de 1 a 2 ha, para iniciar um novo ciclo de plantio, convertendo novas áreas de vegetação em unidades de produção (REGO; KATO, 2017). De acordo com Altieri e Nicholls (2000), quando o manejo dos cultivos é realizado de forma adequada, ocorre uma sinergia entre os elementos do sistema agrícola, fazendo com que o sistema seja mais produtivo, resiliente e estável.

Com relação forma de manejo do solo, todo o processo de limpeza, preparo do

solo, plantio e colheita ocorre de forma manual, sem uso de máquinas ou sistema mecanizado, somente com as técnicas tradicionais de manejo, herdadas de seus antepassados e aprendidas ao longo de gerações.

#### d) Vegetação

O processo de conversão da vegetação em áreas agrícolas ocorre por meio da prática de corte e queima. Conforme observado na Figura 15, as ações antrópicas têm alterado ao longo dos anos a cobertura do solo, promovendo a redução das áreas de vegetação e o aumento da exposição do solo com consequentes impactos ambientais negativos.



**Figura 15** - Mapa temático de uso e cobertura do solo do projeto de assentamento quilombola da Área das Cabeceiras no município de Óbidos, Pará, Brasil, derivado do processamento de imagens Landsat 5-TM (25/08/2005 e 10/10/2010) e Landsat 8-OLI (11/09/2015 e 10/06/2020).

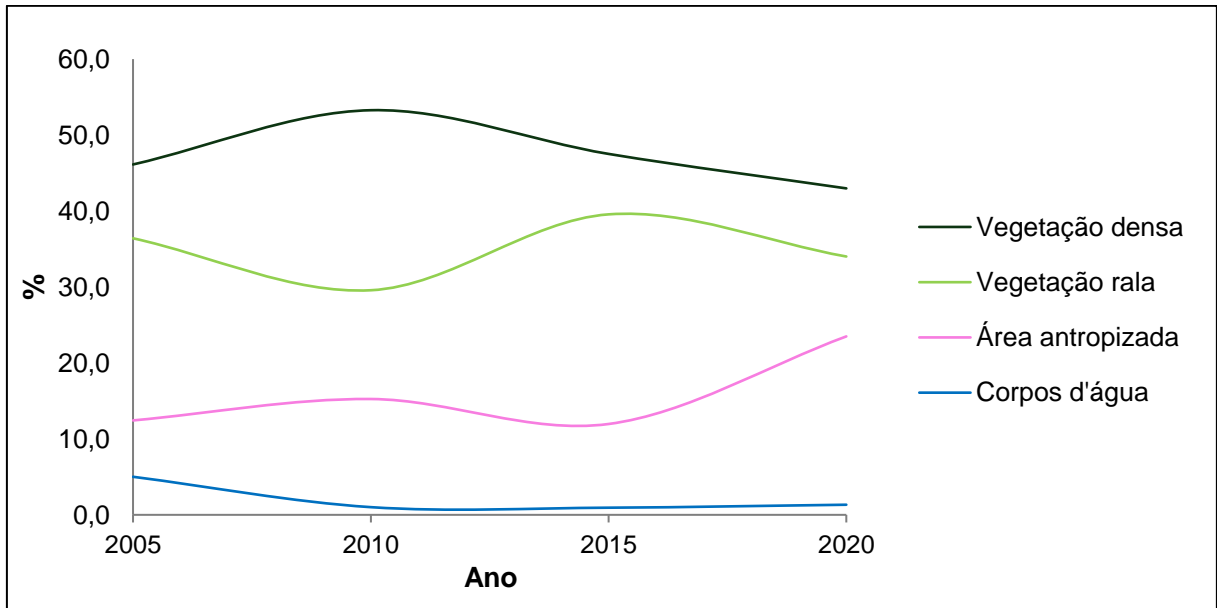
Fonte: Santos (2022)

Nas Figuras 15 e 16, é possível analisar as mudanças ocorridas no uso e cobertura do solo ao longo dos anos de 2005 a 2020. A partir de 2005 até 2010, observa-se que houve um aumento da vegetação densa e uma redução da vegetação rala. Observou-se ainda nesse período um aumento do solo exposto, principalmente

nas áreas em que ocorreu a diminuição dos corpos d'água. Como o processamento da imagem foi referente ao mês de outubro de 2010, sugere-se que um dos motivos para diminuição das águas e o aumento das áreas de solo exposto tenha sido em razão do período de estiagem. Contudo, as imagens dos anos posteriores, em especial de 2020, referente ao mês de junho, final do período chuvoso na Amazônia (SIQUEIRA, 2019; SILVA, 2022), demonstram que não há indícios de corpos d'água na maior parte das áreas que havia nos anos de 2005. Portanto, a redução dos recursos hídricos pode estar relacionada também ao processo de assoreamento dos rios e lagos provocados por ações antrópicas.

Com relação aos anos de 2010 a 2015, houve uma redução da vegetação densa, principalmente na região norte do projeto de assentamento, ao mesmo tempo em que aumentou de forma expressiva a vegetação rala nessas referidas áreas, em especial na região sul e sudeste onde havia corpos d'água e solo exposto. Com isso, houve uma redução do solo exposto e dos corpos d'água nessa região. Supõem-se que o aumento da vegetação rala nessas áreas do projeto de assentamento quilombola seja devido ao acúmulo de sedimentos nas margens dos rios, lagos e córregos ao longo dos anos, assoreando-os e proporcionando um ambiente fértil para o crescimento da vegetação.

Com relação aos anos de 2015 a 2020, a vegetação densa e a vegetação rala da porção norte do projeto de assentamento tiveram suas áreas consideravelmente reduzidas pelas ações antrópicas, aumentando as áreas de solo exposto e impactando negativamente o ambiente. Observa-se ainda que a redução da vegetação densa e rala e o expressivo aumento do solo exposto pelas ações antrópicas ocorreram em todo o projeto de assentamento quilombola, com algumas áreas mais expostas que outras (Figura 16).



**Figura 16** – Análise da cobertura do solo dos anos de 2005 a 2020 em projeto de assentamento quilombola da Área das Cabeceiras no município de Óbidos, Pará, Brasil.  
Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Destaca-se que a maioria das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras localiza-se em regiões próximas às margens de rios e lagos (porção sudoeste e sul do assentamento), e as unidades de produção familiar (áreas de roçado), em regiões relativamente distantes das residências, geralmente em direção às proximidades da região central do assentamento (Figura 15). São áreas cujas ações antrópicas foram menos agressivas, com solo menos exposto, do que as áreas localizadas mais ao norte do assentamento (Figura 15), onde há maior contato com outras comunidades e grupos não pertencentes ao PAQ.

Considera-se ainda que grandes latifúndios que não pertencem ao PAQ, os quais são de propriedade privada, geralmente pertencentes a fazendeiros, a cobertura vegetal é convertida principalmente para uso de pastagens, algo muito comum na Amazônia brasileira e responsável pela maior parte dos desmatamentos. Dados do Projeto MapBiomas apontam que mais de 90% das áreas desmatadas na Amazônia tiveram como primeiro uso a pastagem, e que foi a principal finalidade do desmatamento entre 1985 e 2023 (PROJETO MAPBIOMAS, 2024). Essa forma de conversão da paisagem natural em áreas de pastagens tem ocasionado ao longo dos anos redução da fertilidade do solo, aparecimento de processos erosivos, mudanças climáticas, afetando negativamente a biodiversidade e o equilíbrio ambiental (MAZOYER; ROUDART, 2010).

#### e) Recursos hídricos

Segundo os relatos da pesquisa, os agricultores quilombolas dependem do período chuvoso para irrigação de suas lavouras, pois apesar de a maioria das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras estar localizada às margens de rios e lagos, as unidades de produção são relativamente distantes de seus lares. Com isso, não há sistema de irrigação de água por meio de tubulação que alcance as unidades de produção, dependendo diretamente das chuvas sazonais para manutenção de suas culturas. No oeste do Pará, cerca de 80% das chuvas ocorrem durante os meses de dezembro a junho, e somente 20% precipitam-se durante os meses de julho a novembro, reduzindo assim a disponibilidade de água para suas lavouras (MARTORANO, 2020). Em eventos climáticos extremos, de secas severas e prolongadas, a oferta hídrica se torna ainda mais reduzida para as áreas cultivadas, causando prejuízos econômicos, sociais e ambientais, sendo um fator limitante para a sustentabilidade agrícola (MARTORANO, 2020; CARLOS *et al.*, 2024).

#### 3.4.1.2 Aspectos sociais

A caracterização do contexto social abrange diversos aspectos, e nesse estudo adotou-se questões como: acesso à educação, serviços de saúde, transporte pessoal, acesso à energia elétrica, saneamento e condições de moradia, acesso ao lazer e à cultura e satisfação com a vida no campo, participação em entidades representativas e acesso à assistência técnica.

##### a) Acesso à educação

Observou-se que a maioria dos entrevistados, em especial os mais idosos, interromperam seus estudos ainda no ensino fundamental. Não obstante, os membros familiares em idade escolar do ensino fundamental anos iniciais e anos finais estão frequentando regularmente a escola, seja em sua própria comunidade ou em outra do assentamento que ofereça o nível de ensino correspondente. Essa presença em massa nas escolas do ensino fundamental deve-se principalmente à obrigatoriedade de cumprir os requisitos básicos dos programas sociais para ter acesso aos benefícios do governo. Com relação ao ensino médio, os membros das famílias agricultoras quilombolas dispõem de duas opções: ou se deslocam até a sede municipal para dar

continuidade aos seus estudos, ou permanecem em suas comunidades para frequentar uma modalidade de ensino que é ofertado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA) para garantir o ensino médio em localidades distantes das sedes municipais, onde não há o ensino médio regular. Porém, nem todos os membros das famílias agricultoras na idade escolar do ensino médio frequentam a escola, pois muitos interrompem seus estudos para ajudar a família nas atividades do campo.

#### b) Serviços de saúde

Existe apenas duas comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras onde se pode contar com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) que prestam os serviços de atenção primária: comunidades do Matá e do São José. Em casos mais graves de enfermidade, as famílias precisam deslocar-se para a sede municipal de Óbidos ou para outros municípios, como Oriximiná e Santarém. Os agentes comunitários de saúde (ACS) não frequentam todas as comunidades do assentamento, pois segundo a Secretaria Municipal de Saúde, algumas comunidades são caracterizadas como “áreas descobertas” e, portanto, não estão incluídas no programa “Saúde da Família”. Os problemas de saúde mais comuns em crianças são acometidos por viroses, especialmente gripe e resfriados, e outras que causam diarreias e vômitos, possivelmente relacionadas aos hábitos de higiene pessoal. De forma geral, os agricultores entrevistados não possuem doenças crônicas e não adoecem com frequência.

#### c) Transporte pessoal

São raras as famílias quilombolas que possuem veículo automotor (carro) em sua propriedade. A grande maioria (cerca de 90%) dos entrevistados possuem transporte de tração animal, muito utilizado para transportar produtos *in natura* provenientes das unidades de produção até o local de beneficiamento (“casa de farinha”). Isso porque muitas das áreas cultivadas encontram-se em locais não tão acessíveis para outros tipos transporte. Quase 2/3 dos entrevistados relataram que possuem motocicletas para realizar os percursos até a sede municipal, ou para outras comunidades.

#### d) Acesso à energia elétrica

Todas as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras foram contempladas com o programa do governo federal “Luz para Todos”. E todos os entrevistados afirmaram que foram atendidos pelo programa e que atualmente já têm acesso à energia elétrica não enfrentando mais os problemas periódicos com relação à falta de energia. Muitos relataram que no passado quando não havia energia elétrica em suas comunidades, era necessário ligar o gerador de energia comunitário para atender as necessidades da família, porém enfatizando que a “vida era mais difícil naquela época”.

#### e) Saneamento e condições de moradia

Com relação ao saneamento, cita-se o processo de destinação dos resíduos sólidos, o acesso ao abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário.

Não há coleta pública dos resíduos sólidos nas residências rurais. Os resíduos sólidos observados nos lares das famílias quilombolas são geralmente provenientes de atividades domiciliares, com maior ênfase aos resíduos orgânicos, e de subprodutos ou restos de produção agrícola trazida das unidades produtivas para beneficiamento. Nos quintais agrofloretais, localizados ao redor das residências, predominam os resíduos provenientes de restos vegetais, como folhas, galhos secos, frutos, flores, e em alguns casos de restos animais. Os restos vegetais costumam ser amontoados e queimados, enquanto os demais resíduos sólidos orgânicos são dispostos em locais a céu aberto próximo a residência, podendo atrair insetos e roedores que causam doenças, ou, com menor frequência, são enterrados.

O abastecimento de água para consumo da maioria dos residentes quilombolas ocorre por meio de um sistema de encanamento da rede pública de distribuição, oriunda de poço artesanal comunitário. Para uma parcela menor dos comunitários, a água para consumo é obtida diretamente nas fontes, que podem ser os córregos, rios ou lagos e os poços escavados ou semiartesianos individuais. A maioria das famílias demonstra preocupação com relação ao tratamento da água para consumo. Cerca de 55% dos entrevistados relataram que utilizam hipoclorito de sódio na água para poder consumi-la, e 23% relataram que a água passa por um processo de filtração antes de ser utilizada para o consumo familiar. Contudo, 22% dos agricultores afirmaram que não fazem nenhum tipo de tratamento da água antes de seu consumo. Convém

ressaltar que os agricultores entrevistados não sofrem escassez de água para o consumo humano e serviços domésticos durante o ano.

O sistema de esgotamento sanitário é bastante rudimentar, sem tratamento primário, predominando as fossas negras ou secas. Apenas uma minoria conta com os tipos de fossas sépticas com tratamento primário.

Com relação às condições de moradia, levando em consideração aspectos como adequação, conforto e ocupação de espaço, constatou-se que a maioria dos agricultores quilombolas avaliam a situação de suas residências como adequadas, tendo relatos que necessitam apenas de pequenas reformas ou ampliações.

#### f) Atividades de lazer e cultura

As comunidades quilombolas do projeto de assentamento, tradicionalmente, promovem eventos esportivos periódicos, como campeonatos, torneios, além das brincadeiras rotineiras de competição em finais de semana, e manifestações culturais, como os folclores quilombolas, as festividades religiosas e folias de santo, entre outras. Praticamente todas as comunidades possuem uma área para recreação como campo de futebol ou algo similar, e uma igreja. Além disso, outro destaque que caracteriza as atividades de lazer são os clubes de danças e bailes que ocorrem em determinados finais de semana, principalmente nas maiores comunidades quilombolas. A Igreja também é uma das principais opções de acesso ao lazer e à cultura para maioria das famílias agricultoras que deixam as atividades laborais do campo nesse dia para frequentá-la.

#### g) Nível de satisfação com a vida no campo

Referente ao nível de satisfação do agricultor com o trabalho e residência no campo, a grande maioria dos quilombolas entrevistados revelaram que estão satisfeitos (90%) com a vida que levam no campo. Alguns ainda se demonstraram muito satisfeitos (6%), e só uma pequena minoria (4%) disse estar insatisfeita. Mesmos aqueles que estão satisfeitos com a vida no campo, pontuaram algumas questões que lhes afligem em seu dia a dia, como a falta de valorização do agricultor familiar, principalmente no que diz respeito à baixa de preço de seus produtos, pois os principais compradores são os atravessadores ou intermediários, os quais na maioria das vezes decidem o valor do produto. Outra preocupação são as

perspectivas de continuidade dos filhos no campo, pois apesar de haver interesse dos pais e dos próprios filhos para permanecerem no campo e assim dar continuidade aos serviços na propriedade, muitas famílias preferem que os filhos busquem novas oportunidades de vida na cidade, seja para dar continuidade em seus estudos, seja para ingressar no mercado de trabalho e assim obter renda própria.

#### h) Entidades representativas

A Associação das Comunidades de Negros da Área das Cabeceiras (Acornecab) é a entidade representativa que conta com maior número de associados do projeto de assentamento quilombola. Esta Associação foi criada com o objetivo principal de representar as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras na busca pela efetivação da titulação de seu território e servir como uma organização na luta pela valorização e direitos quilombolas (SANTOS; CONCEIÇÃO; SILVA, 2020). Ressalta-se que o acesso aos créditos rurais e os benefícios sociais quilombolas são viabilizados por meio da Associação Acornecab.

Outras formas de organização social específica, como a Colônia dos Pescadores Z19, o Sindicato dos Pescadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Movimento das Mulheres também estão presentes nas comunidades quilombolas da região como entidades representativas.

#### i) Acesso aos serviços de assistência

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semab) são os principais órgãos que prestam serviços de assistência técnica aos agricultores familiares quilombolas. Contudo, segundo os entrevistados, somente uma pequena minoria já teve acesso aos serviços de assistência a partir da visita desses órgãos. Vale destacar também que são poucos os agricultores quilombolas que participam de treinamento ou cursos de capacitação voltados a agricultura familiar. Segundo os entrevistados, a grande maioria nunca teve acesso aos serviços de assistência técnica e também nunca participou de treinamento ou cursos de capacitação.

### 3.4.1.3 Aspectos econômicos

Os aspectos que caracterizam o contexto econômico do projeto de assentamento quilombola adotados neste estudo foram: mão de obra, rendimento e lucratividade, insumos, comercialização e controle financeiro e administrativo.

#### a) Mão de obra

A maioria das famílias agricultoras do presente estudo praticam as atividades agrícolas utilizando somente a mão de obra familiar. Apesar disso, é muito comum observar famílias se ajudando mutuamente para realizar de forma mais rápida e conjunta determinada tarefa na “roça”. Esse tipo de mobilização e cooperação entre as famílias é popularmente conhecido como “puxirum” ou “mutirão”, e não envolve mão de obra contratada, apenas favores, laços de amizade e companheirismo.

Geralmente são os “chefes” das famílias que compõem a mão de obra familiar principal. Porém, enquanto os homens normalmente se concentram apenas nas atividades agrícolas, as mulheres têm dupla função, realizar os serviços do campo e cuidar das tarefas domésticas (SOUZA, 2013).

Apesar da mão de obra familiar dos agricultores quilombolas estar mais diretamente relacionada com as atividades agrícolas, muitas famílias quilombolas também desenvolvem outras atividades não agrícolas, principalmente o extrativismo vegetal e animal.

#### b) Renda familiar

Os agricultores familiares pesquisados exercem as atividades de produção agrícola como principal fonte de renda e meio de subsistência. Além disso, a grande maioria ainda conta com outros rendimentos para complementar sua renda mensal familiar. Mesmo assim, mais da metade das famílias possuem uma renda mensal menor do que um salário mínimo. Vale ressaltar ainda que, apesar da renda mensal familiar predominante corresponder a valores menores que um salário mínimo, para percepção de quase 80% dos entrevistados quilombolas, esses valores são suficientes para as necessidades básicas, muito embora admitem também que ficam impossibilitados de realizar um novo investimento em outras atividades.

### c) Insumos

Os insumos mais utilizados pelos agricultores quilombolas entrevistados são as sementes e mudas. Apenas alguns agricultores também utilizam adubo em suas unidades de produção, mas a grande maioria considera o solo de boa qualidade, sem necessidade de utilizar fertilizante ou adubo. Convém ressaltar ainda que todos os insumos citados são oriundos das próprias comunidades quilombolas, não havendo necessidade de comprar insumos de fora. Em razão disso, os custos para aquisição de insumos são relativamente baixos, não comprometendo o lucro final dos agricultores. Segundo Faulin e Azevedo (2005), a compra de insumos é um dos fatores que pode afetar parte expressiva do rendimento final dos produtores, e que toda redução de custo com insumos gera impacto no lucro.

### d) Comercialização

O escoamento da produção ocorre tanto por via terrestre quanto por via fluvial, sendo esta última a mais utilizada pela maioria dos agricultores quilombolas. Isso se deve principalmente pela menor distância do percurso da sede municipal até as comunidades quilombolas que mais produzem. Além disso, o acesso às comunidades quilombolas por via terrestre em alguns meses do ano, especialmente em período chuvoso, torna-se bastante difícil e muitas vezes até intratável.

A grande maioria dos agricultores dispõe apenas de um canal de comercialização, tendo como principal destinação final de seus produtos a venda para os atravessadores ou intermediários, que vão até as comunidades quilombolas buscar os produtos. O valor do produto geralmente é negociado entre as partes, entre o produtor e o comprador, tendo como base a estimativa dos custos de produção, a comparação com o preço do produto no mercado e, em certas situações, a necessidade financeira do produtor, que o leva a aceitar às propostas do comprador, pois em muitos casos quem determina o preço do produto é o próprio comprador. Os derivados da mandioca, principalmente a farinha, beiju e tapioca, são os produtos mais comercializados durante o ano pelos agricultores quilombolas do projeto de assentamento.

#### e) Controle administrativo e financeiro

Cerca de 97% dos entrevistados relataram que não possuem controle administrativo e financeiro das receitas e despesas referentes às atividades agrícolas. O demais entrevistados possuem registros das receitas e despesas, porém sem um acompanhamento constante e completo. Apesar disso, pela experiência acumulada ao longo dos anos, todos os agricultores conseguem acompanhar o desempenho financeiro de suas práticas agrícolas, estimando a quantidade dos produtos vendidos durante determinado período e a renda resultante dessa venda. Queiroz e Batalha (2005) reforça esse comportamento afirmando que os sistemas agrícolas de base familiar são geridos, em parte, pela acumulação do conhecimento sobre o processo produtivo.

#### **3.4.2 Determinação dos pontos críticos limitantes e potenciais da sustentabilidade**

Com base nas informações coletadas sobre a caracterização do contexto socioeconômico e ambiental dos sistemas agrícolas de produção familiar do projeto de assentamento quilombola Área das Cabeceiras, passa-se para a segunda etapa, na qual foi possível identificar os pontos críticos, ou seja, os fatores que limitam (impactos negativos) e fortalecem (impactos positivos) a sustentabilidade dos sistemas produtivos. No Quadro 3, são apresentados os pontos críticos (positivos e negativos) para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas relacionados com o eixo crítico e as dimensões social, econômica e ambiental.

**Quadro 3** - Relações entre as dimensões da sustentabilidade, eixos críticos, pontos críticos e impactos positivos e negativos para a sustentabilidade.

<b>Dimensão da sustentabilidade</b>	<b>Eixo crítico</b>	<b>Ponto crítico</b>	<b>Impacto</b>
<b>Ambiental</b>	Manejo	Inexistência da prática de rotação de cultura	Negativo
	Solo	Boa qualidade do solo na percepção dos agricultores	Positivo
		Ausência de processos erosivos	Positivo
		Predominância do tipo de relevo plano	Positivo
		Não utilização de produtos químicos ou agrotóxicos	Positivo
	Vegetação	Antropização do ambiente com remoção da vegetação	Negativo
	Diversidade	Baixa diversidade de culturas	Negativo
Recursos hídricos	Escassez de água para consumo agrícola em período de estiagem	Negativo	
<b>Social</b>	Serviços de assistência	Acesso limitado à assistência técnica.	Negativo
		Baixa participação em treinamento ou cursos de capacitação	Negativo
	Vida no Campo	Satisfação com a vida no campo	Positivo
		Interesse dos filhos em permanecer na terra	Positivo
	Qualidade de vida	Acesso à educação	Positivo
		Acesso limitado aos serviços de saúde	Negativo
		Atividades de lazer e cultura	Positivo
		Acesso à energia elétrica	Positivo
		Esgotamento sanitário inadequado	Negativo
		Destinação inadequada dos resíduos sólidos	Negativo
	Entidade representativa	Organização Social dos agricultores	Positivo
	Recursos hídricos	Acesso à água encanada	Positivo
		Disponibilidade de água para consumo humano e uso doméstico	Positivo
<b>Econômico</b>	Recurso Financeiro	Baixa lucratividade com a produção agrícola	Negativo
		Ausência de controle financeiro e administrativo	Negativo
	Mão de obra	Predominância de mão de obra familiar	Positivo
	Comercialização	Canais de comercialização limitado	Negativo
		Dependência de atravessador	Negativo
	Insumos	Independência de insumos externos.	Positivo

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

### 3.4.2.1 Dimensão Ambiental

Os principais pontos críticos que favorecem ou impactam positivamente a sustentabilidade ambiental dos sistemas agrícolas de produção no projeto de assentamento quilombola estão relacionados com a qualidade do solo, o nível de erosão, o tipo de relevo e o uso de agrotóxico.

Com relação ao ponto crítico qualidade do solo, constatou-se pela avaliação e percepção da maioria dos agricultores que o solo é de “boa qualidade” para o cultivo, sem a necessidade de complementar com fertilizantes químicos ou adubo.

De acordo com os relatos referentes ao nível de erosão, não se observa nas áreas destinadas ao plantio processos erosivos. O tipo de relevo, por sua vez, também é considerado ponto favorável, haja vista que os relevos das unidades de produção são predominantemente do tipo plano.

Outro ponto de destaque que impacta positivamente é que apesar dos relatos sobre a existência de pragas em algumas plantações, a maioria dos agricultores não fazem uso de produtos químicos ou agrotóxicos.

Os principais pontos críticos que limitam ou impactam negativamente a sustentabilidade ambiental dos sistemas agrícolas quilombolas estão relacionados com a rotação de cultura, conversão da vegetação, diversidade de culturas e recursos hídricos para o consumo agrícola.

Com relação ao ponto crítico rotação de culturas, constatou-se que os agricultores familiares quilombolas não realizam a prática de rotação de culturas, ou seja, não alternam espécies vegetais no decorrer do tempo em uma mesma área agrícola.

Outro ponto limitante é a conversão da cobertura vegetal, por meio do sistema de corte e queima, em áreas agrícolas e principalmente em áreas de campo para atividades pecuárias.

A baixa diversidade de culturas, relatado nesta pesquisa, também é um ponto limitante com impacto negativo para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

A escassez de oferta hídrica para as áreas cultivadas durante o período de estiagem ou de secas prolongadas, é outro ponto crítico limitante que causa prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

### 3.4.2.2 Dimensão Social

Os principais pontos críticos que favorecem ou impactam positivamente a sustentabilidade social das comunidades quilombolas estão relacionadas com a satisfação com a vida no campo, o interesse dos filhos em permanecer na terra, o acesso à educação, as atividades de lazer e cultura, o acesso à energia elétrica, a organização social dos agricultores, o acesso à água encanada e a disponibilidade de água para consumo humano.

Com relação à satisfação da vida no campo, apesar das adversidades enfrentadas pelos agricultores em suas atividades diárias, a maioria avalia positivamente, demonstrando satisfação com o trabalho e residência no campo.

Os resultados apontam que os filhos dos entrevistados têm interesse em permanecer na terra, sendo um ponto positivo para a sustentabilidade social.

Segundo os relatos, todas as crianças em idade escolar têm acesso à educação, seja em escolas de sua própria comunidade ou em escolas de comunidades próximas. Para os jovens, também são oferecidos o ensino correspondente por meio de uma parceria entre o governo estadual e municipal.

Outro ponto positivo que favorece a sustentabilidade social são as atividades de lazer e cultura realizadas nas comunidades quilombolas. São diversas atividades que as famílias agricultoras têm acesso, como esporte, igreja, festividades nas comunidades, clube de danças e bailes, entre outros.

De acordo com esta pesquisa, todas as comunidades pertencentes ao projeto de assentamento quilombola têm acesso à energia elétrica, e a maioria das residências são abastecidas com o sistema de água encanada, em especial da rede pública de abastecimento.

Outro ponto positivo que convém destacar é que as famílias agricultoras não sofrem com escassez de água para o consumo humano nem para os serviços domésticos.

Com relação à participação em entidades representativas, todos os pesquisados são associados em pelo menos uma entidade representativa. Cerca de um terço dos agricultores participam de duas ou mais entidades.

Os principais pontos críticos que limitam ou impactam negativamente a sustentabilidade social das comunidades quilombolas estão relacionados com os serviços de assistência técnica, a participação em treinamento ou curso de

capacitação, os serviços de saúde, a destinação dos resíduos sólidos e o esgotamento sanitário.

Com relação aos serviços de assistência técnica, constatou-se nesta pesquisa que a maioria dos agricultores nunca tiveram acesso a tais serviços, e os poucos que tiveram acesso relataram que foi uma única vez. Também foi constatado que a maioria dos agricultores nunca participaram de cursos de capacitação ou treinamento, e os poucos que já participaram, afirmaram ainda que foram “poucas vezes”.

O acesso aos serviços de saúde também é um ponto limitante, haja vista que somente duas comunidades, do total de onze, possuem Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nem todas as comunidades recebem a visita dos agentes comunitários de saúde (ACSs).

Outro ponto limitante é sobre o esgotamento sanitário inadequado nas residências dos agricultores, uma vez que não dispõem de uma rede de esgoto com tratamento e reúso, nem, pelo menos, de fossas sépticas com tratamento primário. Assim, as famílias agricultoras quilombolas tornam-se vulneráveis a contrair doenças provenientes de esgotamento sanitário inadequado.

Por último, a destinação inadequada dos resíduos sólidos também é um dos pontos negativos e limitantes para sustentabilidade social, pois muitas vezes os resíduos domiciliares são dispostos em locais a céu aberto sem nenhum tipo de tratamento, ou então, amontoados e queimados quando se trata de restos de origem vegetal.

#### 3.4.2.3 Dimensão Econômica

Com relação aos pontos favoráveis para a sustentabilidade econômica, destaca-se a predominância de mão de obra familiar e a independência de insumos externos.

A maioria dos entrevistados informou que o trabalho agrícola é exercido exclusivamente por mão de obra familiar, não havendo custo de mão de obra empregada, sendo um ponto positivo para a sustentabilidade econômica

Os insumos empregados pelos agricultores familiares quilombolas são principalmente sementes e mudas, e em alguns casos a aplicação de adubo. Todos os insumos são oriundos da própria propriedade, não havendo necessidade de consumir insumos externos.

Com relação aos pontos limitantes ou negativos, destacam-se o rendimento familiar ou lucratividade com as atividades agrícolas, o controle financeiro e administrativo, os canais de comercialização e a dependência de atravessador.

Mais da metade dos agricultores obtém renda mensal familiar correspondente até a um salário-mínimo. Este rendimento é proveniente de atividades agrícolas e outras atividades complementares, especialmente de programas sociais do governo federal. Muitas vezes, os benefícios sociais provenientes do poder público são até mais elevados financeiramente do que a própria lucratividade obtida das atividades agrícolas.

Outro ponto limitante a destacar é que não se observou por parte dos agricultores familiares relatos de registros de controle financeiro e administrativo de suas atividades. O que se percebe são as estimativas de despesas e receitas a partir de suas experiências ao longo dos anos.

Com relação ao ponto crítico canais de comercialização, a maioria dos agricultores contam com apenas um canal de comercialização, principalmente atravessadores ou intermediários, para destinação final de seus produtos. Apenas alguns agricultores conseguem comercializar com dois ou mais canais. Diante dessa dependência de comercialização por atravessadores, muitas vezes os agricultores têm de aceitar os preços dos produtos determinados por eles, sendo um dos pontos limitantes para a sustentabilidade econômica dos sistemas produtivos de base familiar.

### **3.4.3 Seleção e mensuração dos indicadores de sustentabilidade com base nos atributos de avaliação**

Após a determinação dos pontos críticos, passa-se para a terceira etapa na qual foi possível definir os indicadores de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica, a partir dos critérios de diagnóstico e dos atributos gerais. Ainda nesta sessão, ocorre a quarta etapa quando os indicadores selecionados são mensurados a partir de atributos de avaliação correspondentes.

#### **3.4.3.1 Dimensão Ambiental**

No Quadro 4, apresentam-se os atributos gerais da sustentabilidade relacionados aos critérios de diagnóstico com seus respectivos indicadores ambientais

e atributos de avaliação.

**Quadro 4** – Relações entre os atributos gerais da sustentabilidade, critérios de diagnóstico, indicadores e atributos de avaliação na dimensão ambiental.

Atributos da sustentabilidade	Crítérios de diagnóstico	Indicadores ambientais	Atributos de avaliação
Produtividade Estabilidade Resiliência Confiabilidade Adaptabilidade Equidade Autossuficiência	Manejo	Rotação de culturas	- Não faz rotação = 1 - Faz rotação esporadicamente = 2 - Faz rotações planejadas = 3
	Vegetação	Formas de conversão da vegetação	- Queima o roçado = 1 - Não queima o roçado = 3
		Extração de madeira	- Sempre = 1 - Frequentemente = 1,5 - Ocasionalmente = 2 - Raramente = 2,5 - Nunca = 3
	Solo	Análise visual da qualidade do solo	- De péssima qualidade, pois gasta muito com adubos/fertilizantes = 1 - Tem qualidade, mas precisa gastar com adubos/fertilizantes = 2 - De boa qualidade, não precisa gastar com adubos/fertilizantes = 3
		Nível de erosão	- Severo = 1 - Moderado = 2 - Nenhum = 3
		Tipo de Relevo	- Montanhoso = 1 - Forte ondulado = 1,5 - Ondulado = 2 - Suave Ondulado = 2,5 - Plano = 3
		Uso de agrotóxico	- Faz uso de agrotóxico = 1 - Não faz uso de agrotóxico = 3
	Recursos hídricos	Disponibilidade de água para o consumo agrícola	- Problemas de escassez durante o ano todo = 1 - Problemas de escassez em épocas de seca = 2 - Não existem problemas com escassez de água durante o ano todo = 3
Diversidade	Diversidade de culturas	- Cultivo de 1 cultura = 1 - Cultivo de até 4 culturas = 1,7 - Cultivo de até 8 culturas = 2,3 - Cultivo de mais de 8 culturas = 3	

Fonte: Adaptados de Verona (2008) e Souza (2013).

A seguir, são apresentados os atributos para mensuração dos indicadores ambientais de acordo com os devidos critérios de diagnóstico. Primeiramente,

descreve-se com base nas representações gráficas o comportamento dos respectivos indicadores ambientais, obtidos a partir das percepções e contribuições dos agricultores entrevistados no presente estudo. Após isso, são mensurados os indicadores ambientais por meio de atributos de avaliação e atribuídas as notas médias, as quais irão indicar o nível de sustentabilidade correspondente.

a) Atributos para mensuração dos indicadores ambientais referentes ao critério de diagnóstico “Manejo”

➤ Indicador “Rotação de culturas”

Nesse estudo, os resultados obtidos revelaram que 100% dos agricultores entrevistados não realizam a prática de rotação de culturas. Segundo Casalinho (2003), a prática de rotação de culturas é um tipo de manejo efetuado nas áreas agrícolas que contribui consideravelmente para a saúde do solo. Gonçalves *et al.* (2007), por sua vez, alertam que a falta dessa prática agrícola provoca, ao longo do tempo, redução da produtividade e degradação do solo.

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador foi 1,0, indicando uma situação insustentável, e não desejável em 100% das unidades produtivas, requerendo atenção e planejamento para sua melhoria.

b) Atributos para mensuração dos indicadores ambientais referentes ao critério de diagnóstico “Vegetação”

➤ Indicador “Formas de conversão”

Nesse estudo, constatou-se que 100% dos agricultores realizam a prática de corte e queima como forma de conversão para suas atividades agrícolas. Vale ressaltar, que essa prática de conversão não está limitada somente às comunidades quilombolas do presente estudo. Muitos autores enfatizam que essa forma de uso do solo, de conversão da paisagem natural para fins agrícolas por meio de corte e queima, é o que prevalece entre os povos da região Amazônica (FREITAS *et al.*, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2007; REGO; KATO, 2017). Afirmam ainda que esse sistema de uso do solo na Amazônia foi herdado ao longo das gerações pelos povos e comunidades tradicionais que tem como principal objetivo a obtenção do alimento para sua subsistência, e jamais o propósito de degradar o ambiente. Contudo, as queimadas

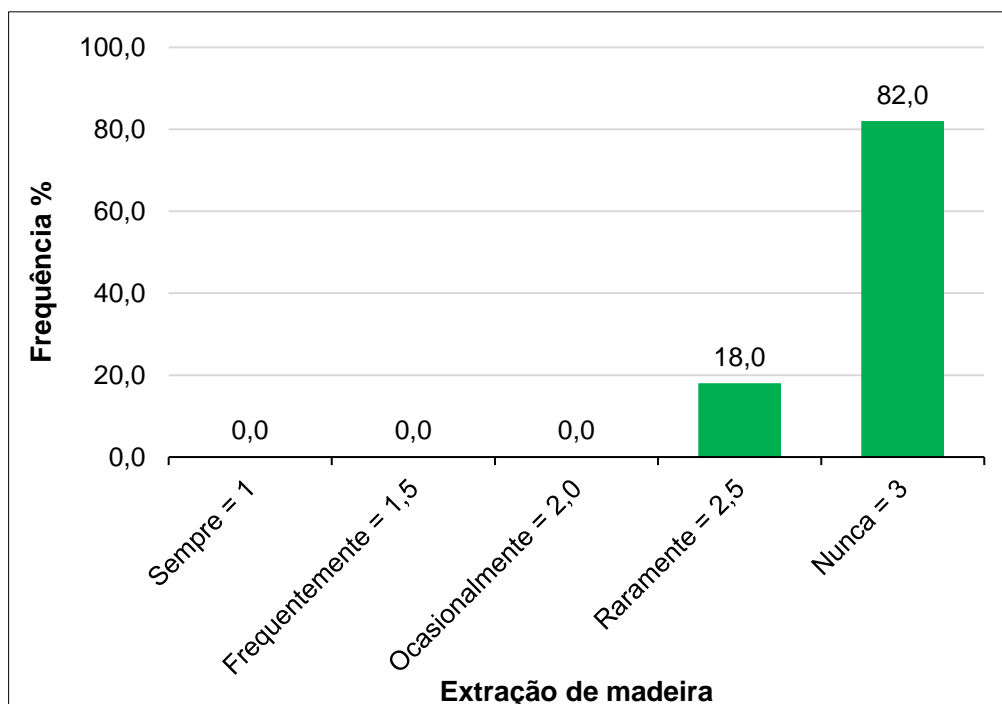
constantes a partir dessa prática levam à degradação do solo e à perda da produtividade agrícola, tornando o agricultor ao longo do tempo impossibilitado de obter os produtos para garantir sua segurança alimentar e renda, o que faz com ele acabe migrando para novas fronteiras agrícolas (REGO; KATO, 2017).

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador foi 1,0, indicando uma situação insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.

➤ Indicador “Extração de madeira”

No presente estudo, cerca de 82% dos entrevistados relataram que nunca extraíram madeira de sua propriedade. Somente cerca de 18% revelaram que extraem madeira de sua propriedade, porém isso acontece raramente. E, quando extraem, tem como finalidade apenas realizar os serviços de reparo e reforma na propriedade, sem fins comerciais (Figura 17). Os povos e comunidades tradicionais mantêm uma relação estratégica com o ambiente, não explorando recursos, mais daquilo que é necessário para sua sobrevivência (VILELA; CAMPOS, 2014; DOBLAS; OVIEDO, 2021). Nesse sentido, apesar da forma de uso do solo, pela prática de corte e queima, demonstrar-se insustentável ambientalmente, os quilombolas entrevistados da Área das Cabeceiras não extraem madeira de sua propriedade para fins comerciais.

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador foi 2,9 indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



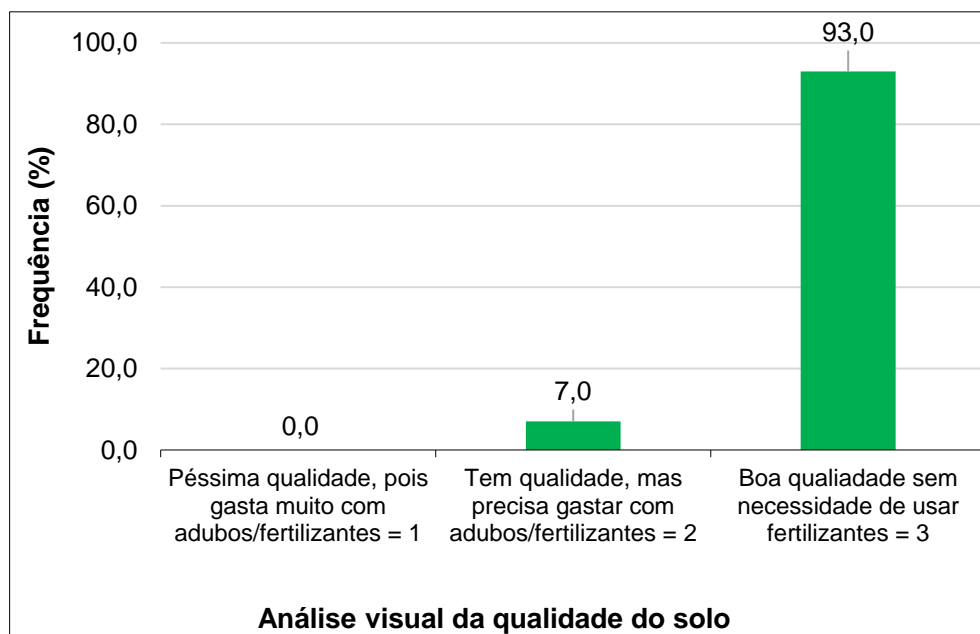
**Figura 17** - Atributos para avaliação do indicador “Extração de madeira”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

c) Atributos de avaliação para a mensuração dos indicadores ambientais referentes ao critério de diagnóstico “Solo”

➤ Indicador “Análise visual da qualidade do solo”

Cerca de 93% dos agricultores entrevistados relataram que o solo de sua propriedade é de “boa qualidade”, e por isso não há necessidade de usar fertilizantes químicos nas áreas de produção. Cerca de 7% relataram que o solo “tem qualidade”, porém há necessidade de gastar em adubos ou fertilizantes. Não houve relato de que o solo é de “péssima qualidade” (Figura 18). A percepção e análise visual da qualidade do solo mostra que os agricultores familiares têm uma visão abrangente e uma percepção da qualidade e saúde do solo a partir de diversas características como cor, nível de compactação, presença de minhocas, plantas espontâneas, aparência das plantas cultivadas, além das condições hídricas do solo (CASALINHO, 2007; SOUZA, 2013).

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador foi 2,9, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.

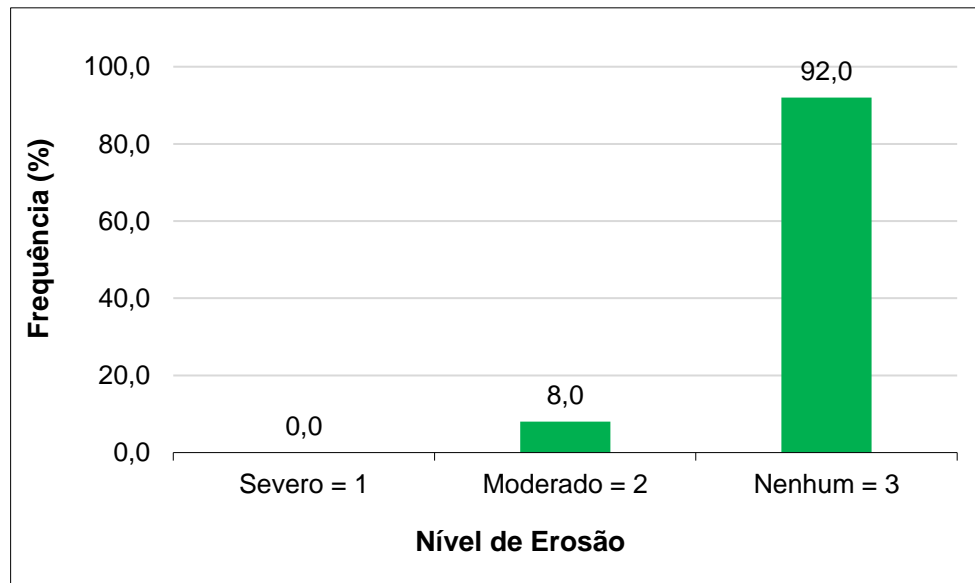


**Figura 18** - Atributos para avaliação do indicador “Análise visual da qualidade do solo”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

➤ Indicador “Nível de Erosão”

Com relação a este indicador, cerca de 92% dos entrevistados do presente estudo relataram que não há processos erosivos do solo em suas unidades de produção. E somente cerca de 8% relataram que o nível de erosão em suas unidades de produção é do tipo moderado (Figura 19). A perda do solo por erosão é considerada umas das principais causas da degradação ambiental e das baixas produtividades e rendimentos das culturas agrícolas (COGO *et al.*, 2004).

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador ambiental foi 2,9, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.

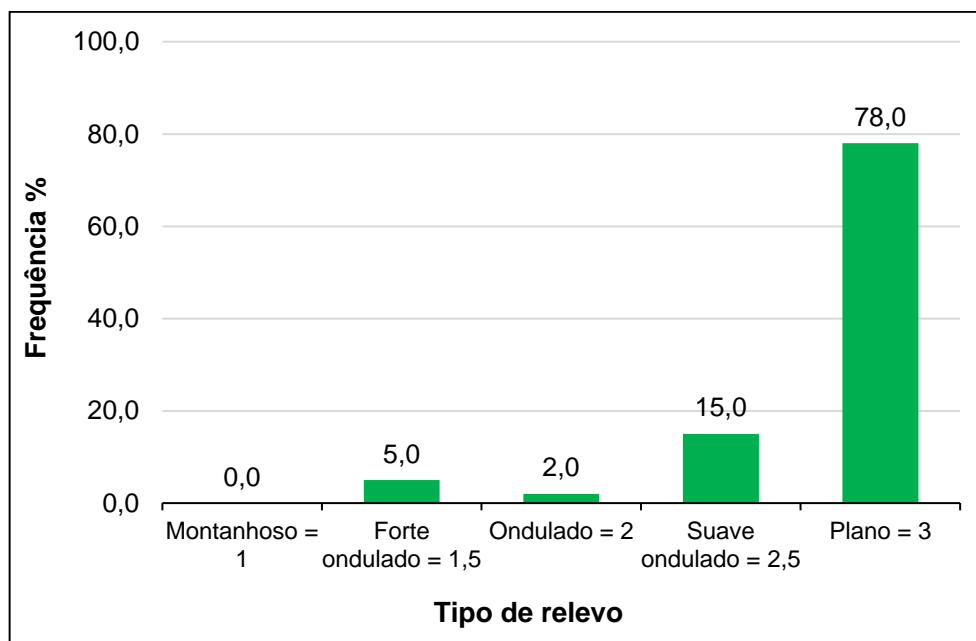


**Figura 19** - Atributos para avaliação do indicador “Nível de Erosão”  
 Fonte: Dados da pesquisa (2022)

➤ Indicador “Tipo de relevo”

Neste estudo, constatou-se pelos relatos da maioria dos entrevistados (78%) que o relevo em suas unidades de produção é do tipo plano. Para 15% dos entrevistados é do tipo suave ondulado; para 2%, do tipo ondulado; e para 5%, do tipo forte ondulado (Figura 20). O relevo do solo é um dos principais fatores que irá determinar a capacidade de uso da terra para as diversas formas de utilização agrícola, pois dependendo de sua classificação, poderá afetar a redistribuição de água e sedimentos na paisagem, influenciando diretamente no nível de fertilidade natural do solo e assim dificultando sua capacidade de produção. (LEPSCH; BELLINAZZI; BERTOLINI, 1991; NANNI, *et al.*, 2005; SILVA; SOUZA; ARAÚJO, 2022).

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador ambiental foi 2,8, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.

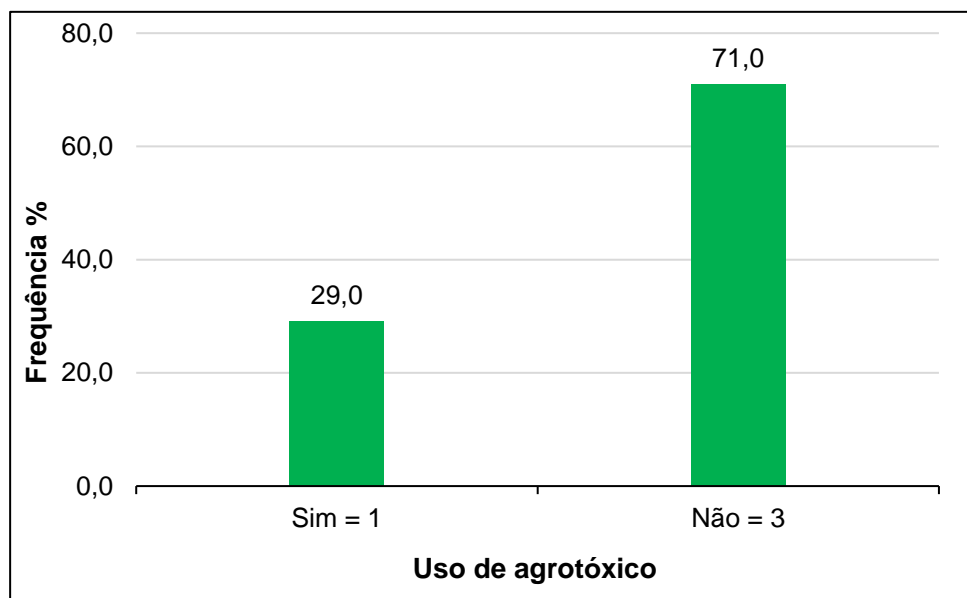


**Figura 20** - Atributos de avaliação do indicador “Tipo de relevo”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

➤ Indicador “Uso de agrotóxico”

Observou-se que 71,0% dos agricultores não fazem uso de agrotóxicos em suas unidades de produção. Somente 29,0% dos agricultores entrevistados relataram que fazem uso de agrotóxicos para eliminar as pragas, porém em pequenas quantidades (Figura 21). Veiga (2006) adverte que o uso de agrotóxicos nos sistemas agrícolas, além de contaminar o solo e os recursos hídricos, podem provocar prejuízos à saúde humana e alterações significativas nos ecossistemas.

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador ambiental foi 2,4, indicando uma situação potencialmente sustentável e desejável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



**Figura 21** - Atributos de avaliação do indicador “Uso de agrotóxico”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

d) Atributos para a mensuração dos indicadores ambientais referentes ao critério de diagnóstico “Recursos hídricos”

➤ Indicador “Disponibilidade de água para o consumo agrícola”

Com relação à disponibilidade de água para consumo agrícola, constatou-se nesse estudo que 100% dos entrevistados sofrem com a escassez de água durante o período de estiagem ou de seca prolongada, principalmente nos meses que menos chovem. Os agricultores das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras dependem exclusivamente do período chuvoso para irrigar suas lavouras, pois não há sistemas de irrigação por meio de tubulação, uma vez que as unidades de produção são, em geral, em áreas distantes de suas residências e, portanto, afastadas de rios, lagos e córregos. Na Amazônia, o que empiricamente se têm observado e considerado pelos amazônidas em relação às estações do ano, é um período de estiagem ou de seca, com elevadas temperaturas, que se inicia em junho, e um período chuvoso que se inicia em dezembro, denominados, respectivamente, de “verão amazônico” (SIQUEIRA, 2019; SILVA, 2022). É no “verão amazônico”, correspondente aos meses de julho a novembro que os agricultores quilombolas mais sofrem com a baixa disponibilidade hídrica em suas unidades produtivas, ocasionando diversos prejuízos tanto socioeconômicos quanto ambientais (MARTORANO, 2020; CARLOS *et al.*, 2024)

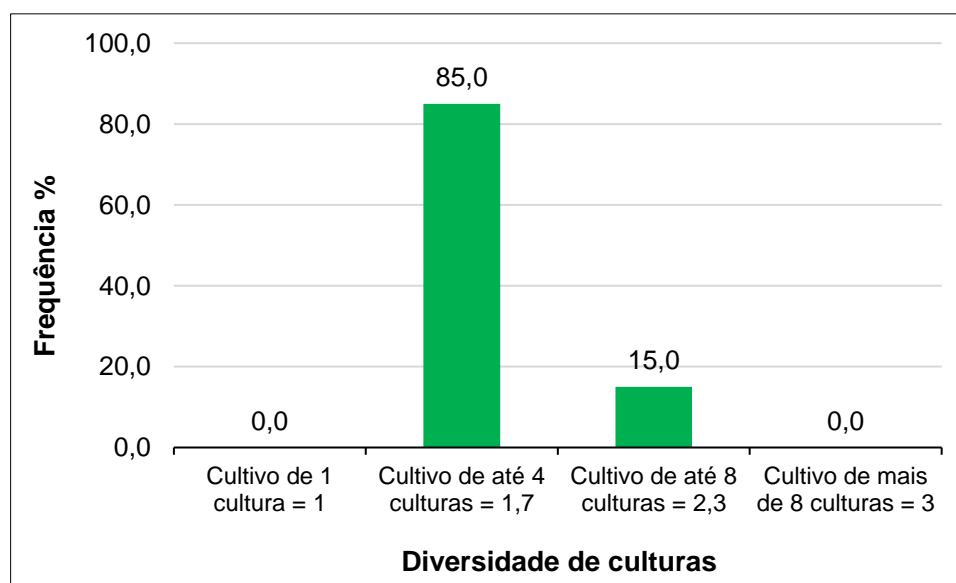
*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador foi 2,0, indicando uma situação regular, e intermediária, que requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.

e) Atributos para a mensuração dos indicadores ambientais referentes ao critério de diagnóstico “Diversidade”

➤ Indicador “Diversidade de culturas”

No presente estudo, constatou-se que 85% dos entrevistados cultivam até quatro culturas em suas unidades de produção, e cerca de 15%, até oito culturas. Não houve relatos de que alguém cultivava mais de oito culturas (Figura 22). Segundo Gliessman (2001), a busca por uma agricultura sustentável está diretamente relacionada com a diversidade biológica dos sistemas de produção, ou seja, com a diversidade de culturas produzidas nesses sistemas.

*Nota média do indicador ambiental.* A nota média do referido indicador ambiental foi 1,8, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.



**Figura 22** - Atributos de avaliação do indicador “Diversidade de culturas”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

### 3. 4.3.2 Dimensão Social

No Quadro 5, apresenta-se os atributos gerais da sustentabilidade relacionados aos critérios de diagnóstico com seus respectivos indicadores sociais e atributos de avaliação.

**Quadro 5** – Relações entre os atributos gerais da sustentabilidade, critérios de diagnóstico, indicadores e atributos de avaliação na dimensão social.

Atributos da sustentabilidade	Crítérios de Diagnóstico	Indicadores sociais	Atributos de avaliação
Produtividade Estabilidade Resiliência Confiabilidade Adaptabilidade Equidade Autossuficiência.	Acesso à informação	Acesso à assistência técnica	- Nunca teve acesso = 1 - Teve acesso apenas uma vez = 1,7 - Tem acesso, porém com pouca frequência = 2,3 - Tem acesso frequentemente = 3
		Participação em treinamento ou cursos de capacitação	- Nunca participou = 1 - Participa pouco = 2 - Participa sempre = 3
	Saneamento básico	Destinação dos resíduos sólidos	- Disposição inadequada do lixo = 1 - Queima = 2 - Coleta pela prefeitura = 3
		Tipo de esgotamento sanitário	- Fossa negra ou seca, sem tratamento primário = 1 - Fossa séptica com tratamento primário adequado = 2 - Rede de esgoto com tratamento e reuso = 3
		Abastecimento de água encanada	- Inexiste = 1 - Existe = 3
		Origem da água para consumo	- Córrego, rio ou lago = 1 - Poço escavado = 2 - Rede pública de distribuição (poço artesiano) = 3
		Tratamento da água para consumo	- Sem tratamento = 1 - Filtrada = 1,7 - Uso de hipoclorito de sódio = 2,3 - Fervida = 3
	Infraestrutura do lar	Acesso à rede de energia elétrica	- Inexiste rede de energia elétrica = 1 - Existe, porém falta periodicamente = 2 - Existe e não falta com periodicidade = 3
		Condições de moradia	- Totalmente inadequada = 1 - Inadequado, necessitando de ampliação e reforma = 1,7 - Adequado, porém necessita de

			reforma = 2,3 - Totalmente adequada = 3
	Vida no campo	Satisfação com a vida no campo	- Muito insatisfeito = 1 - Insatisfeito = 1,5 - Indiferente = 2 - Satisfeito = 2,5 - Muito satisfeito = 3
		Intenção dos filhos em permanecer na terra	- Não têm interesse em permanecer = 1 - Têm interesse, porém possui grandes dificuldades de ficar no campo = 2 - Gostam da vida no campo e têm interesse em permanecer = 3
	Entidades representativas	Participação em entidades representativas	- Não participa de nenhuma entidade = 1 - Participa somente de uma entidade = 2 - Participa de 2 ou mais entidades = 3

Fonte: Adaptados de Verona (2008) e Souza (2013)

A seguir, são apresentados os atributos para mensuração dos indicadores sociais de acordo com os devidos critérios de diagnóstico. Primeiramente, descreve-se com base nas representações gráficas o comportamento dos respectivos indicadores sociais obtidos a partir das percepções e contribuições dos agricultores entrevistados no presente estudo. Após isso, são mensurados os indicadores sociais por meio de atributos de avaliação e atribuídas as notas médias, as quais irão indicar o nível de sustentabilidade correspondente.

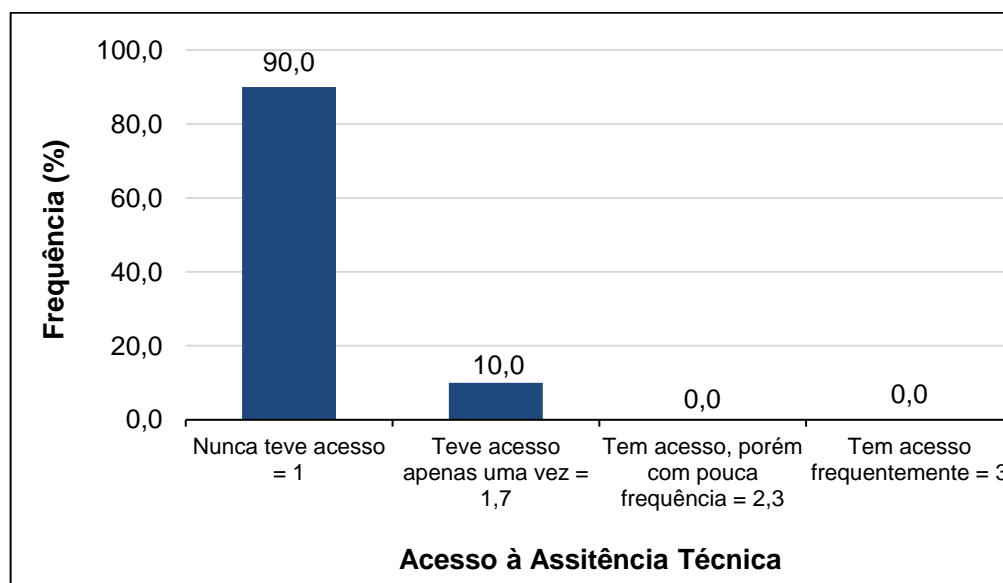
a) Atributos para a mensuração dos indicadores sociais referentes ao critério de diagnóstico “Acesso à informação”

➤ Indicador “Acesso à Assistência Técnica”

No presente estudo, 90% dos entrevistados relataram que nunca tiveram acesso aos serviços de assistência técnica. Cerca de 10% responderam que já tiveram acesso, porém uma única vez (Figura 23). Segundo Proença, (2014), a falta de acesso à assistência técnica especializada, faz com que as práticas agrícolas nos sistemas de produção ocorram sem as devidas orientações, levando o agricultor a desconhecer técnicas necessárias para o aprimoramento dos tratamentos culturais, adubação, correção

de solo, entre outros, essenciais na promoção de seu crescimento e para o desenvolvimento rural

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 1,1, indicando uma situação insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.

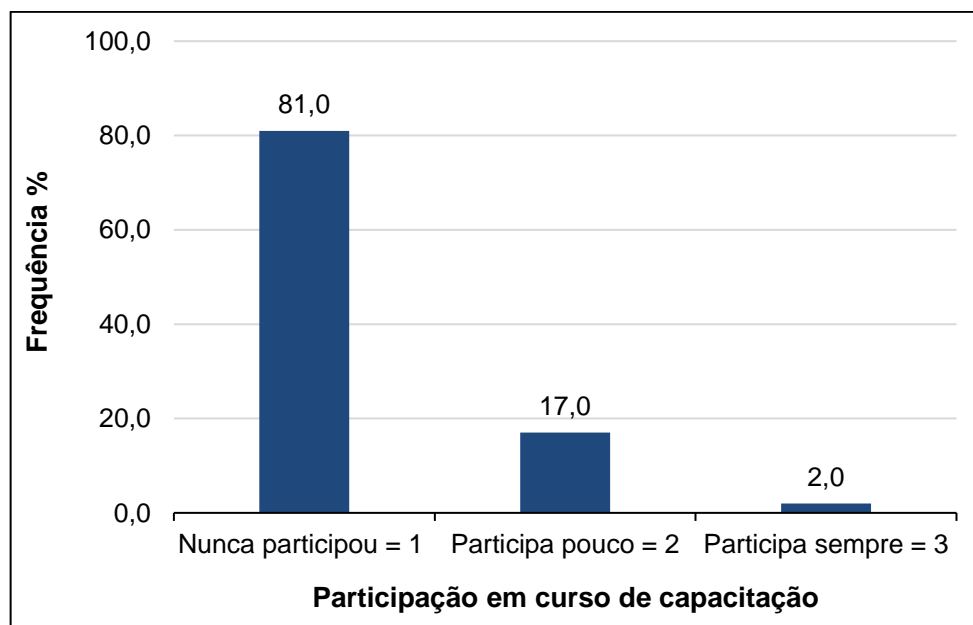


**Figura 23** - Atributos de avaliação do indicador “Acesso à Assistência Técnica”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

➤ Indicador “Participação em curso de capacitação”

Com relação à participação em curso de capacitação ou treinamento, os resultados revelam que 81,0% dos agricultores nunca participaram desse tipo de curso, 17,0% já participaram, porém foram poucas vezes, e somente 2,0% dos entrevistados relataram que participam frequentemente de cursos de capacitação ou treinamento (Figura 24).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 1,2, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.



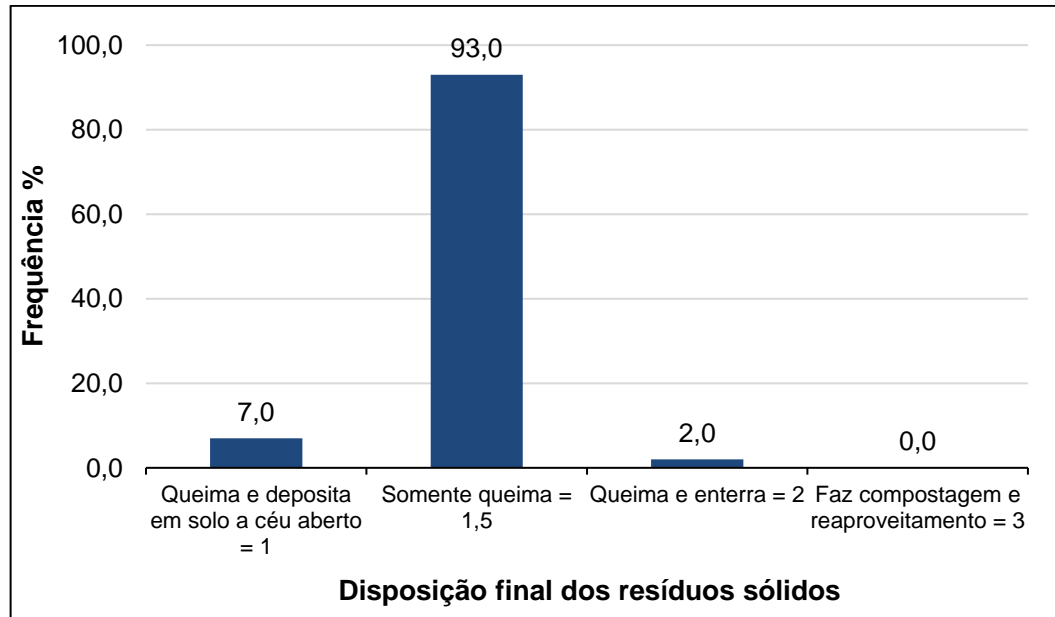
**Figura 24** - Atributos de avaliação do indicador “Participação em curso de capacitação”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

b) Atributos para a mensuração dos indicadores sociais referentes ao critério de diagnóstico “Saneamento básico”

➤ Indicador “Disposição final dos resíduos sólidos”

Nesse estudo, os resultados demonstraram que 93% dos entrevistados realizam a queima como única alternativa de destinação final dos resíduos sólidos. Cerca de 7% relataram que além da queima, depositam parte dos resíduos sólidos em solo a céu aberto. Apenas 2% têm o hábito, além da queima, de enterrar os resíduos sólidos orgânicos. Não houve nenhum entrevistado que realizasse o processo de compostagem ou reaproveitamento (Figura 25). Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cerca de 70% dos domicílios rurais queimam, enterram ou lançam os resíduos em terrenos baldios, rios, lagos, igarapés e açudes (BRASIL, 2011). Essa disposição inadequada dos resíduos sólidos no meio rural, sem o mínimo de tratamento, causa sérios impactos ambientais e sociais, pois além de contaminar o solo, a água e o ar, podem causar doenças às famílias agricultoras (SILVA, *et al.*, 2018).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 1,5, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.

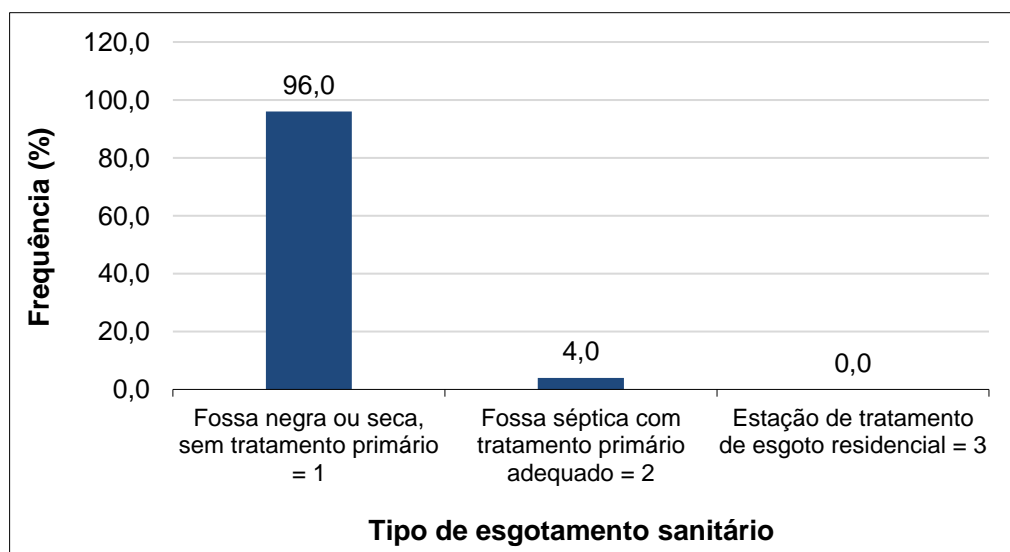


**Figura 25** - Atributos de avaliação do indicador “Disposição final dos resíduos sólidos”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

➤ Indicador “Tipo de esgotamento sanitário”

Com relação ao tipo de esgotamento sanitário, esse estudo demonstrou que 96% dos entrevistados utilizam fossa negra ou seca sem tratamento primário. Apenas 4% utilizam fossa séptica com tratamento primário adequado, e nenhum entrevistado possui estação de tratamento de esgoto residencial (Figura 26).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 1,1, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.

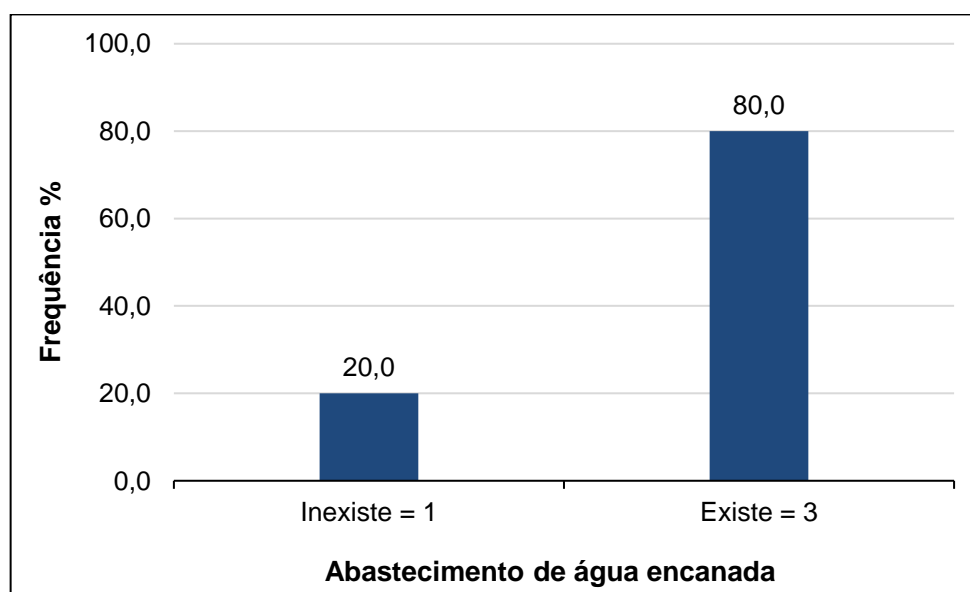


**Figura 26** - Atributos para avaliação do indicador “Tipo de esgotamento sanitário”  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

➤ Indicador “Abastecimento de água encanada”

Com relação ao abastecimento de água encanada, 80% dos entrevistados relataram que em suas residências o acesso à água para consumo doméstico ocorre por meio de sistema de encanamento. Cerca de 20% relataram que o abastecimento para uso doméstico provém diretamente de fontes como córregos, rios, lagos e poços escavados (Figura 27).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,6, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



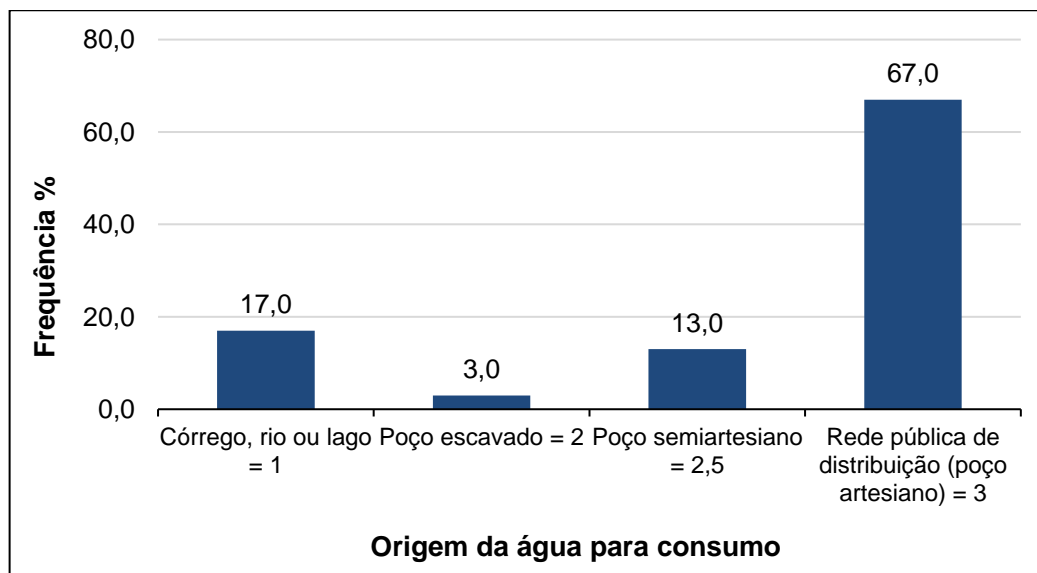
**Figura 27** - Atributos de avaliação do indicador “Acesso à água encanada”  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

➤ Indicador “Origem da água para consumo”

Com relação à origem da água para consumo humano, os dados da pesquisa demonstram que 67,0% dos agricultores utilizam a água de poço artesiano comunitário por meio da rede pública de distribuição. Cerca de 13,0% possuem poço semiartesiano em suas residências, de onde retiram a água para o consumo próprio, e 3,0% retiram de poço escavado. Ressalta-se que 17% dos agricultores retiram a água para o consumo diretamente de córregos, rios e lagos (Figura 28).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,6,

indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.

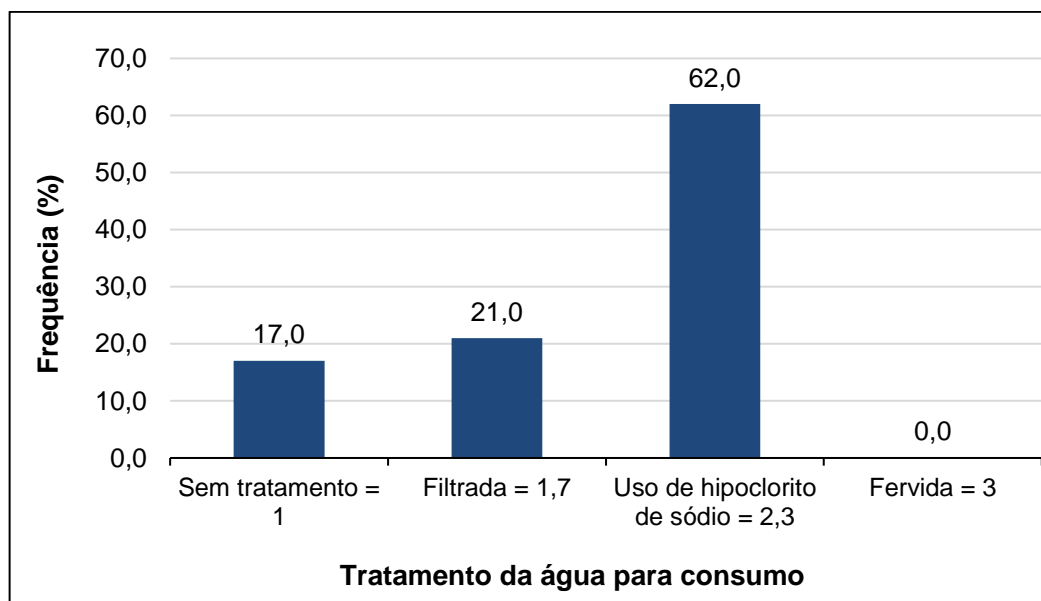


**Figura 28-** Atributos de avaliação do indicador “Origem da água para consumo”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

➤ Indicador “Tratamento de água para consumo”

Os resultados obtidos nas entrevistas revelam que 62,0% dos agricultores utilizam hipoclorito de sódio para tratamento da água para o consumo humano. Cerca de 17,0% utilizam filtro e 21,0% consomem a água sem qualquer tipo de tratamento. Nenhum entrevistado relatou que utiliza água fervida para seu consumo (Figura 29).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,0, indicando uma situação regular, e intermediária, que requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



**Figura 29** - Atributos de avaliação do indicador “Tratamento da água para consumo”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

c) Atributos para a mensuração dos indicadores sociais referentes ao critério de diagnóstico “Infraestrutura do lar”

➤ Indicador “Acesso à energia elétrica”

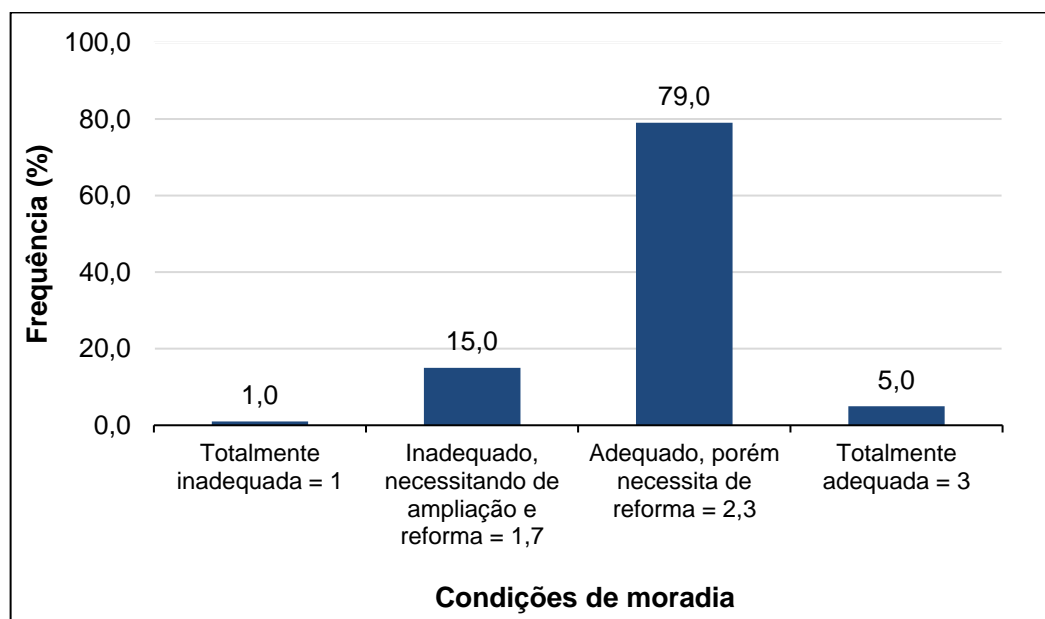
Nesse estudo, os resultados revelaram que todos os agricultores entrevistados têm acesso à energia elétrica de forma constante, sem interrupções periódicas. De acordo com Alves e Bastos (2011) o acesso à energia elétrica proporciona dignidade e segurança à família dos assentados, impactando diretamente no grau de satisfação dos agricultores e conseqüentemente em sua sustentabilidade.

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador social foi 3, indicando uma situação sustentável, e desejável, que deve se manter ao longo do tempo.

➤ Indicador “Condições de moradia”

Com relação às condições de moradia, segundo a percepção dos entrevistados, o estudo demonstrou que 79% acreditam que as condições são adequadas, porém ressaltam que há a necessidade de reforma. Cerca de 15% dos entrevistados afirmam que as condições são inadequadas e que necessitam de ampliação e reforma. Apenas 5% avaliam as condições de moradia como totalmente adequadas, e 1%, como totalmente inadequadas (Figura 30).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,2, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



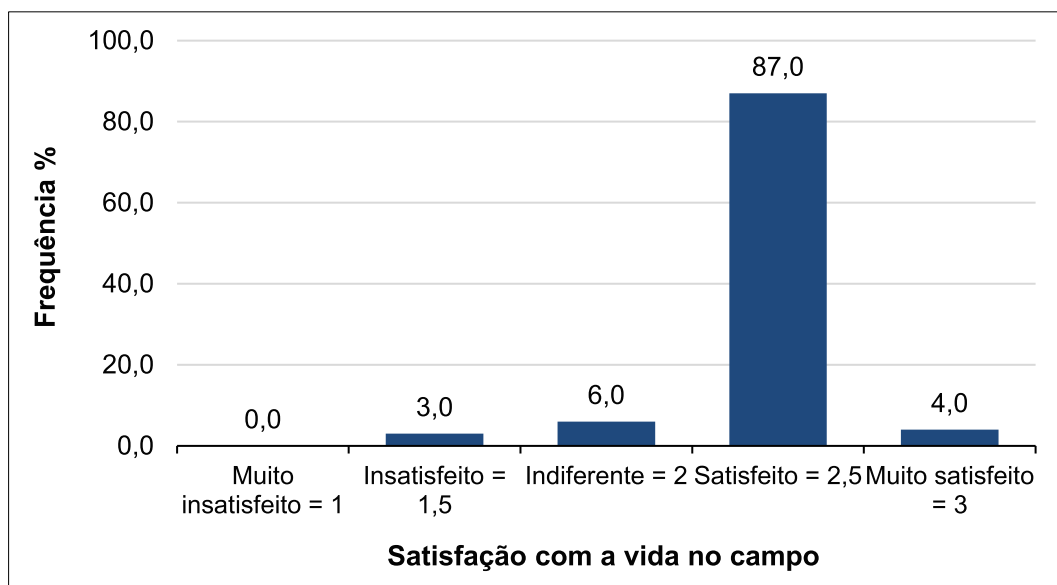
**Figura 30** - Atributos de avaliação do indicador “Condições de moradia”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

d) Atributos para a mensuração dos indicadores referentes ao critério de diagnóstico “Vida no Campo”

➤ Indicador “Satisfação com a vida no campo”

Com relação ao grau de satisfação com a vida no campo, os resultados obtidos nas entrevistas evidenciaram que 87% dos agricultores quilombolas estão satisfeitos com o trabalho e residência no campo e 4% estão muito satisfeitos. Cerca de 6 % manifestaram indiferença, dizendo que não estavam satisfeitos nem insatisfeitos, e 3%, disseram que estavam insatisfeitos com a vida no campo (Figura 31).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,5, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.

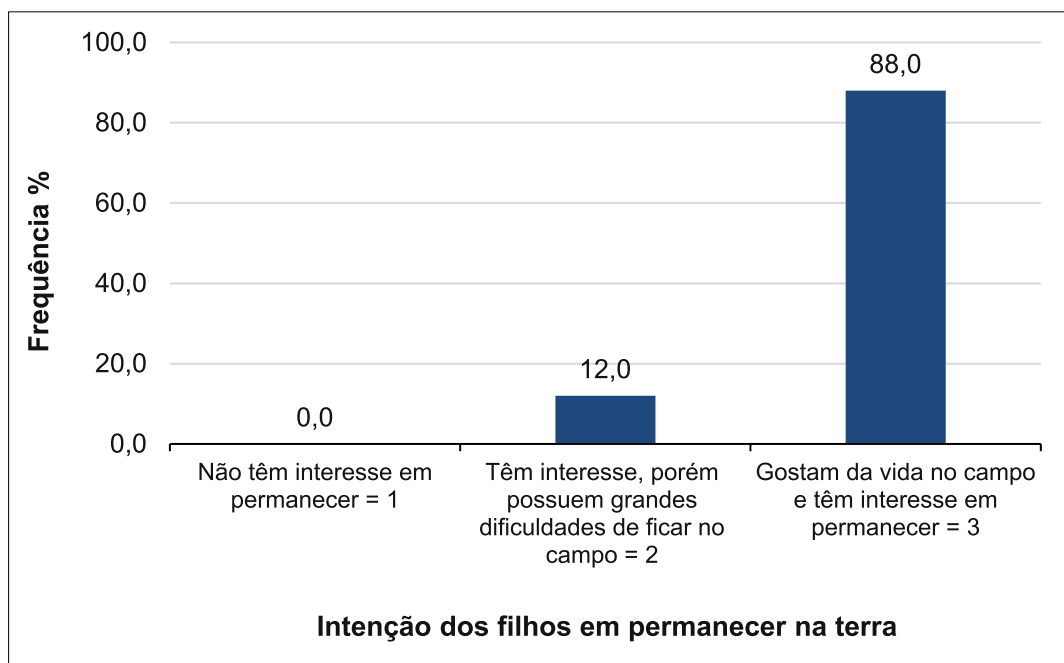


**Figura 31** - Atributos de avaliação do indicador “Satisfação com a vida no campo”  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

➤ Indicador “Intenção dos filhos em permanecer na terra”

Com relação a permanência dos filhos na terra, 88% dos entrevistados relataram que os filhos gostam do estilo de vida no campo e têm interesse em permanecer na terra. Outros 12% dos entrevistados alegam que os filhos, apesar de demonstrarem interesse, enfrentam dificuldades financeiras para se manter no campo. Com isso, uma das principais opções é a migração para o centro urbano da sede municipal ou de outros municípios em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida (Figura 32).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,9, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



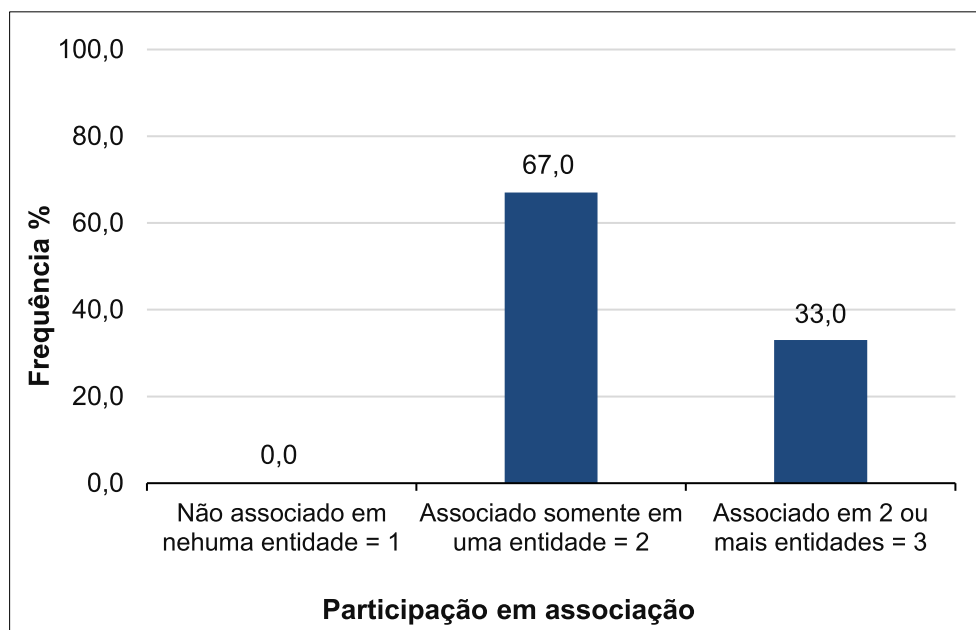
**Figura 32** - Atributos de avaliação do indicador “Intenção dos filhos em permanecer na terra”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

e) Atributos para a mensuração dos indicadores referentes ao critério de diagnóstico “Entidades representativas”

➤ Indicador “Participação em associação”

Com relação à participação em associação ou entidade representativa, 67% dos entrevistados relataram que são associados somente em uma entidade e 33% são associados em 2 ou mais entidades (Figura 33).

*Nota média do indicador social.* A nota média do referido indicador foi 2,3, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhorias para alcançar a sustentabilidade.



**Figura 33** - Atributos de avaliação do indicador “Participação em associação”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

### 3.4.3.3 Dimensão econômica

No Quadro 6, apresenta-se os atributos gerais da sustentabilidade relacionados aos critérios de diagnóstico com seus respectivos indicadores econômicos e atributos de avaliação.

**Quadro 6** – Relações entre os atributos gerais da sustentabilidade, critérios de diagnóstico, indicadores e atributos de avaliação na dimensão econômica.

Atributos da sustentabilidade	Crítérios de diagnóstico	Indicadores econômicos	Atributos de avaliação
Produtividade Estabilidade Resiliência Confiabilidade Adaptabilidade Equidade Autossuficiência.	Mão de obra	Tipo de mão de obra	- Somente contratada = 1 - Familiar e contratada = 2 - Familiar = 3
	Lucratividade	Lucratividade com a produção agrícola	- Insuficiente para as necessidades básicas = 1 - Suficiente para as necessidades e não permite novos investimentos = 2 - Suficiente para as necessidades básicas e permite realizar novos investimentos = 3
	Insumos externos	Dependência de insumos externos	- Todos os insumos necessários para a produção são externos = 1 - Pequena parte dos insumos para produção são externos = 2 - Não utiliza insumos externos para a produção = 3

	Controle	Controle administrativo e financeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não possui nenhum registro de controle dos gastos e receitas = 1</li> <li>- Existe controle incompleto das despesas e receitas = 2</li> <li>- Existe controle e acompanhamento completo das despesas e receitas = 3</li> </ul>
	Comercialização	Canais de comercialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apenas um canal = 1</li> <li>- De 2 ou mais canais de comercialização = 2</li> <li>- De 4 ou mais canais de comercialização = 3</li> </ul>

Fonte: Adaptados de Verona (2008) e Souza (2013)

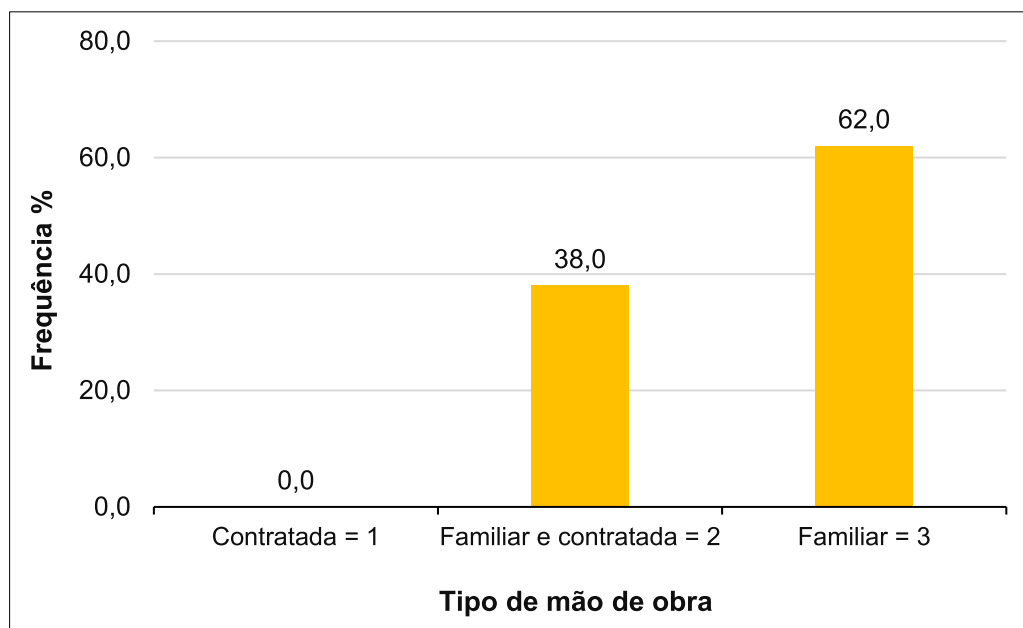
A seguir, são apresentados os atributos para mensuração dos indicadores econômicos de acordo com os devidos critérios de diagnósticos. Primeiramente, descreve-se com base nas representações gráficas o comportamento dos respectivos indicadores econômicos obtidos a partir das percepções e contribuições dos agricultores entrevistados no presente estudo. Após isso, são mensurados os indicadores econômicos por meio de atributos de avaliação e atribuídas as notas médias, as quais irão indicar o nível de sustentabilidade correspondente.

a) Atributos para a mensuração dos indicadores econômicos referentes ao critério de diagnóstico “Mão de obra”

➤ Indicador “Tipo de mão de obra”

Com relação ao indicador tipo de mão de obra utilizada para realização das atividades agrícolas, os resultados obtidos nas entrevistas demonstraram que 62,0% da base da mão de obra é composta somente por membros familiares, enquanto 38,0% provêm dos membros familiares e de contratação temporária de terceiros. Não houve nesse estudo nenhuma família que utilizasse mão de obra exclusivamente terceirizada para suas atividades agrícolas (Figura 34).

*Nota média do indicador econômico.* A nota média do referido indicador foi 2,6, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda requer melhoria para alcançar a sustentabilidade.



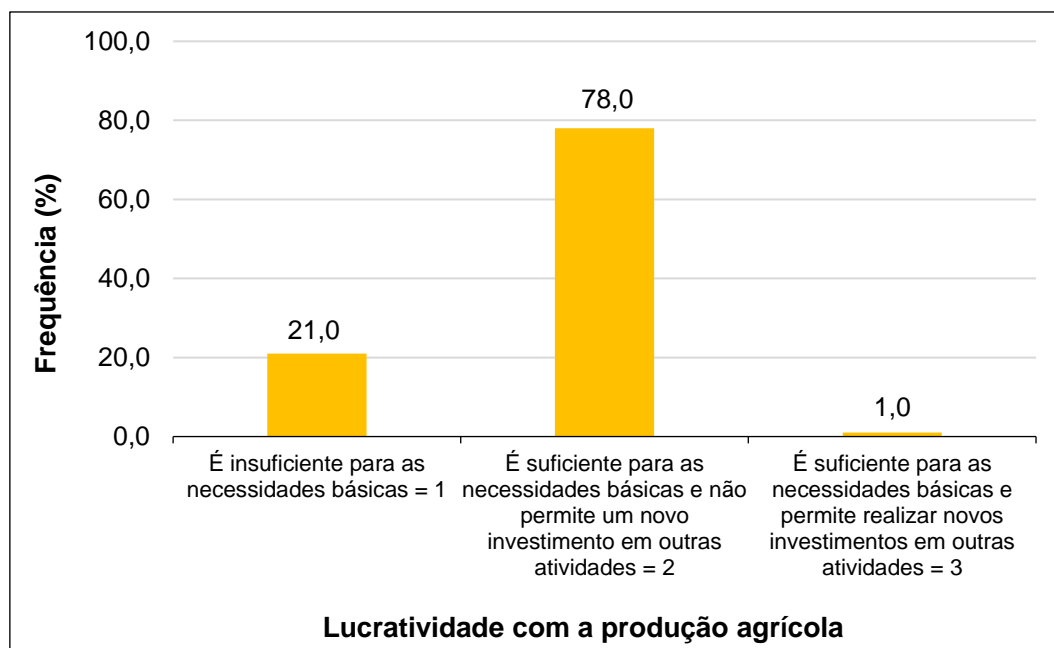
**Figura 34** - Atributos de avaliação do indicador "Tipo de mão de obra".  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

b) Atributos para a mensuração dos indicadores econômicos referentes ao critério de diagnóstico "Lucratividade"

➤ Indicador "Lucratividade com a produção agrícola"

Com relação ao indicador lucratividade com a produção agrícola, os resultados obtidos nas entrevistas demonstraram que, para 78,0% dos agricultores, a lucratividade é suficiente para as necessidades básicas, porém não permite novos investimentos em outras atividades. Para 21,0% dos agricultores a lucratividade com a produção agrícola é insuficiente para manter as necessidades básicas, sendo necessárias outras fontes de renda para prover sua subsistência. Somente 1,0% dos agricultores declarou que a lucratividade é suficiente para as necessidades básicas e permite realizar novos investimentos em outras atividades (Figura 35).

*Nota média do indicador econômico.* A nota média do referido indicador econômico foi 1,8, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.



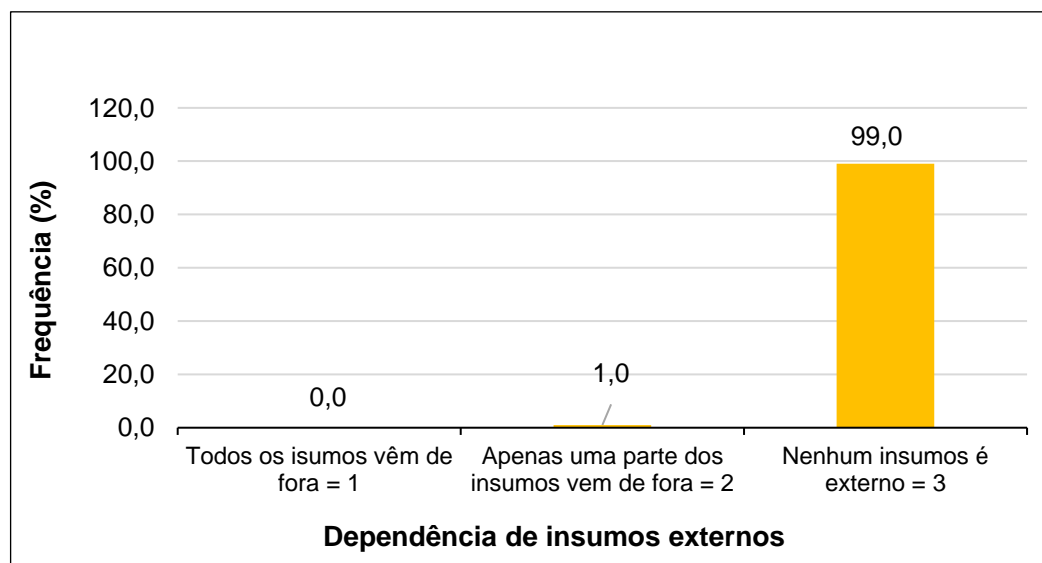
**Figura 35** - Atributos de avaliação do indicador “Lucratividade com a produção agrícola”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

c) Atributos para a mensuração dos indicadores econômicos referentes ao critério de diagnóstico “Insumos externos”

➤ Indicador “Dependência de insumos externos”

Com relação ao indicador dependência de insumos externos para produção agrícola, os resultados obtidos nas entrevistas revelaram que 99,0% dos agricultores não fazem uso de nenhum tipo de insumo externo. Os únicos tipos de insumos utilizados por esses agricultores são mudas e sementes, todos oriundos da própria propriedade. Somente 1,0% dos agricultores utiliza tanto o insumo produzido na propriedade como aquele proveniente de fora (Figura 36).

*Nota média do indicador econômico.* A nota média do referido indicador foi 3,0, indicando uma situação sustentável, e desejável que deve se manter ao longo do tempo.



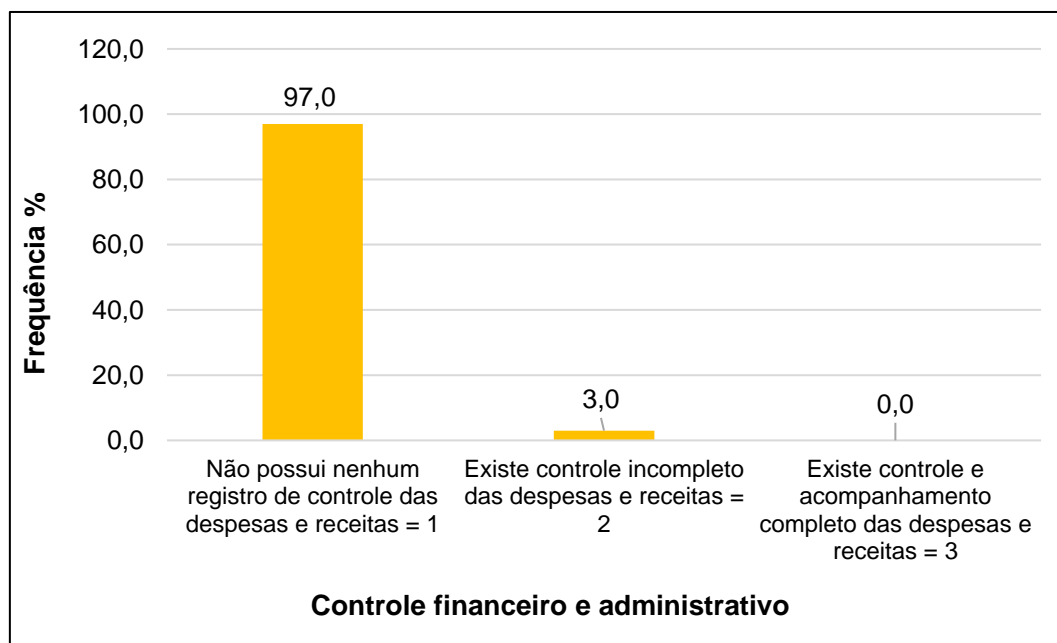
**Figura 36** - Atributos de avaliação do indicador “Dependência de insumos externos”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

d) Atributos para a mensuração dos indicadores econômicos referentes ao critério de diagnóstico “Controle”

➤ Indicador “Controle financeiro e administrativo”

Nesse estudo, os resultados revelaram que 97,0% dos agricultores não utilizam registro de controle financeiro de suas atividades agrícolas referentes às despesas e receitas. Somente 3,0% dos agricultores utilizam registro de controle financeiro e administrativo, porém de forma incompleta. Não houve casos de controle e acompanhamento completo das despesas e receitas pelos agricultores entrevistados (Figura 37). Com relação ao indicador controle financeiro e administrativo das atividades agrícolas, Silva *et al.* (2016) esclarecem que este tem como objetivo servir de ferramenta para que os agricultores familiares realizem o controle das despesas e receitas, ou seja, dos custos de produção e do lucro de suas atividades, assim como acompanhar a evolução da atividade econômica ao longo dos anos.

*Nota média do indicador econômico.* A nota média do referido indicador foi 1,0, indicando uma situação insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.



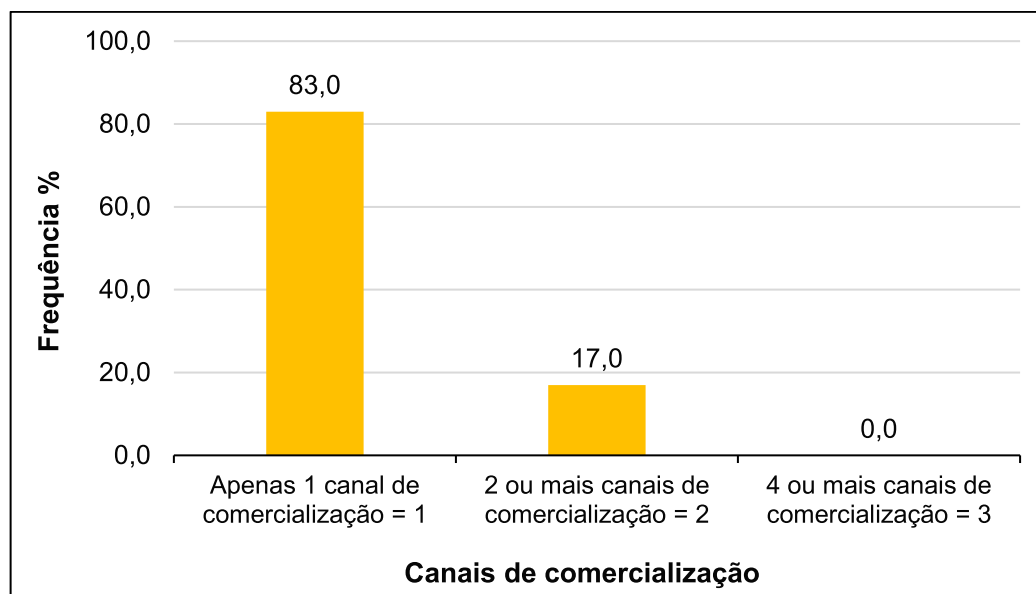
**Figura 37** - Atributos de avaliação do indicador “Controle financeiro e administrativo”  
 Fonte: Dados da pesquisa (2022).

e) Atributos para a mensuração dos indicadores econômicos referentes ao critério de diagnóstico “Comercialização”

➤ Indicador “Canais de comercialização”

Com relação a este indicador, os resultados demonstraram que 83,0% dos agricultores possuem apenas um canal de comercialização e 17,0% possuem dois ou mais canais. Não houve relatos de mais de quatro canais de comercialização (Figura 38).

*Nota média do indicador econômico.* A nota média do referido indicador foi 1,2, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e planejamento para sua melhoria.



**Figura 38** - Atributos de avaliação do indicador “Canais de comercialização”.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

### 3.4.4 Apresentação e Integração dos Resultados

Na quinta etapa da estrutura operacional do ciclo avaliativo MESMIS, são apresentados os resultados a partir da mensuração dos indicadores ambientais, sociais e econômicos.

#### 3.4.4.1 Visualizando os resultados por meio de gráficos radiais

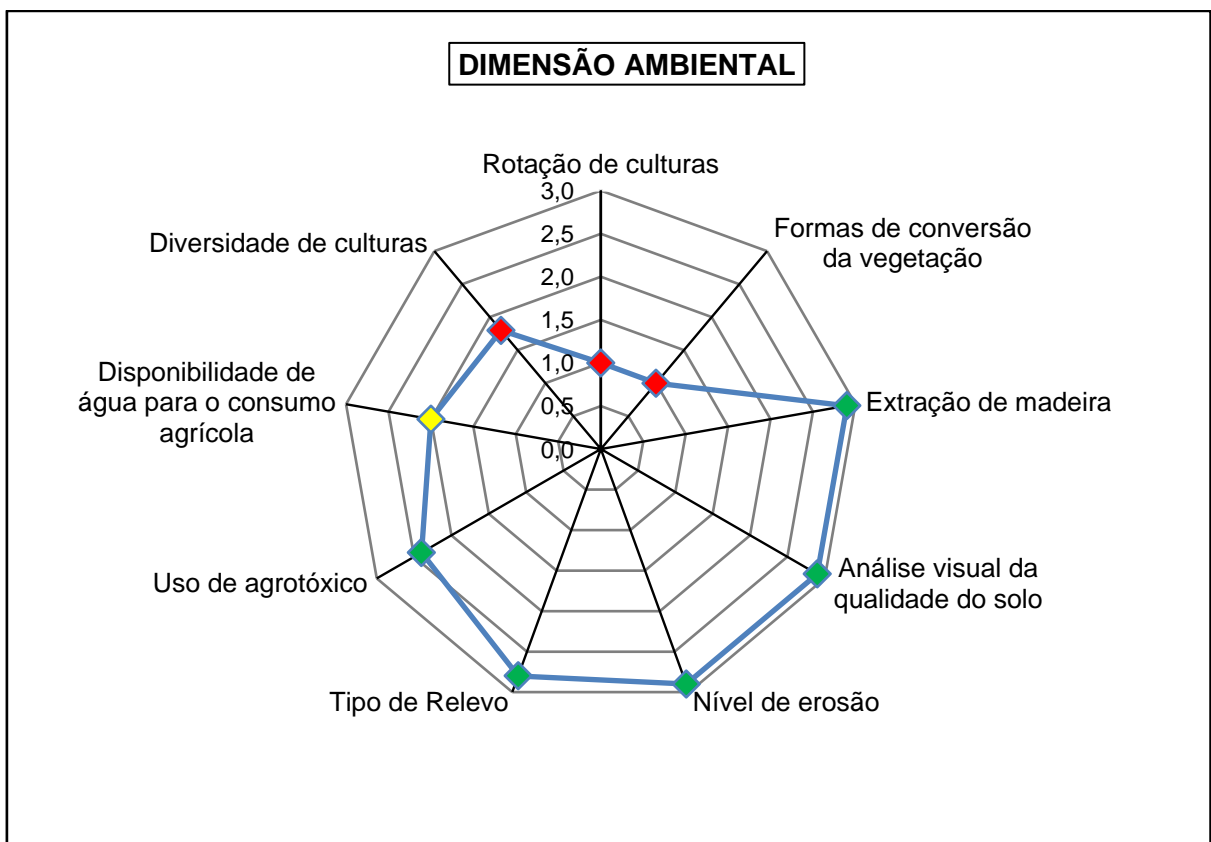
As notas médias obtidas também são apresentadas por meio de quadros demonstrativos que integram os resultados de todos os indicadores propostos nas três dimensões da sustentabilidade. No total foram mensurados 26 indicadores, dos quais 9 pertencem à dimensão ambiental, 12, à dimensão social, e 5, à dimensão econômica. As cores seguem o padrão proposto na metodologia para atribuição das notas médias, de modo que a cor vermelha representa a escala numérica entre 1,0 e 1,9; a cor amarela, igual a 2,0; e a cor verde, entre 2,1 e 3,0. Para López-Ridaura *et al.* (2002), o gráfico do tipo radar expressa as medidas de cada indicador e a síntese das três dimensões analisadas, além de permitir comparações entre as dimensões, evidenciando as vantagens e limitações do sistema que está sendo avaliado.

### 3. 4.4.2 Índice de sustentabilidade ambiental

Nesse estudo, os indicadores que contribuíram para elevar a nota de avaliação ambiental foram: “extração de madeira”, “Análise visual da qualidade do solo”, “nível de erosão”, “tipo de relevo” e “uso de agrotóxico” (Figura 39). Tais indicadores apontaram uma situação desejável e favorável para a sustentabilidade ambiental, ou seja, estão no caminho certo e devem manter-se nele ao longo do tempo.

Os indicadores “diversidade de culturas”, “rotação de culturas” e “formas de conversão da vegetação”, por sua vez, tiveram os menores valores indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e medidas necessárias para sua melhoria.

O indicador “disponibilidade de água para consumo agrícola” indicou uma situação regular e intermediária, ou seja, o sistema apresenta características que indicam esforços para a sustentabilidade, porém ainda insuficientes aos atributos desejáveis de desenvolvimento sustentável.



**Figura 39** – Integração dos indicadores ambientais.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 7 apresenta a integração dos indicadores ambientais com suas respectivas notas e cores correspondentes.

O índice geral da sustentabilidade ambiental (IGSA) foi 2,2, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda precisa melhorar para alcançar a sustentabilidade ambiental (Quadro 7).

**Quadro 7 – Integração dos indicadores ambientais.**

<b>Critério de diagnóstico</b>	<b>Indicadores ambientais</b>	<b>Notas</b>
Manejo	Rotação de culturas	1,0
Vegetação	Formas de conversão da vegetação	1,0
	Extração de madeira	2,9
Solo	Análise visual da qualidade do solo	2,9
	Nível de erosão	2,9
	Tipo de Relevo	2,8
	Uso de agrotóxico	2,4
Recurso hídricos	Disponibilidade de água para o consumo agrícola	2,0
Diversidade	Diversidade de culturas	1,8
<b>Índice Geral da Sustentabilidade Ambiental (IGSA)</b>		<b>2,2</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

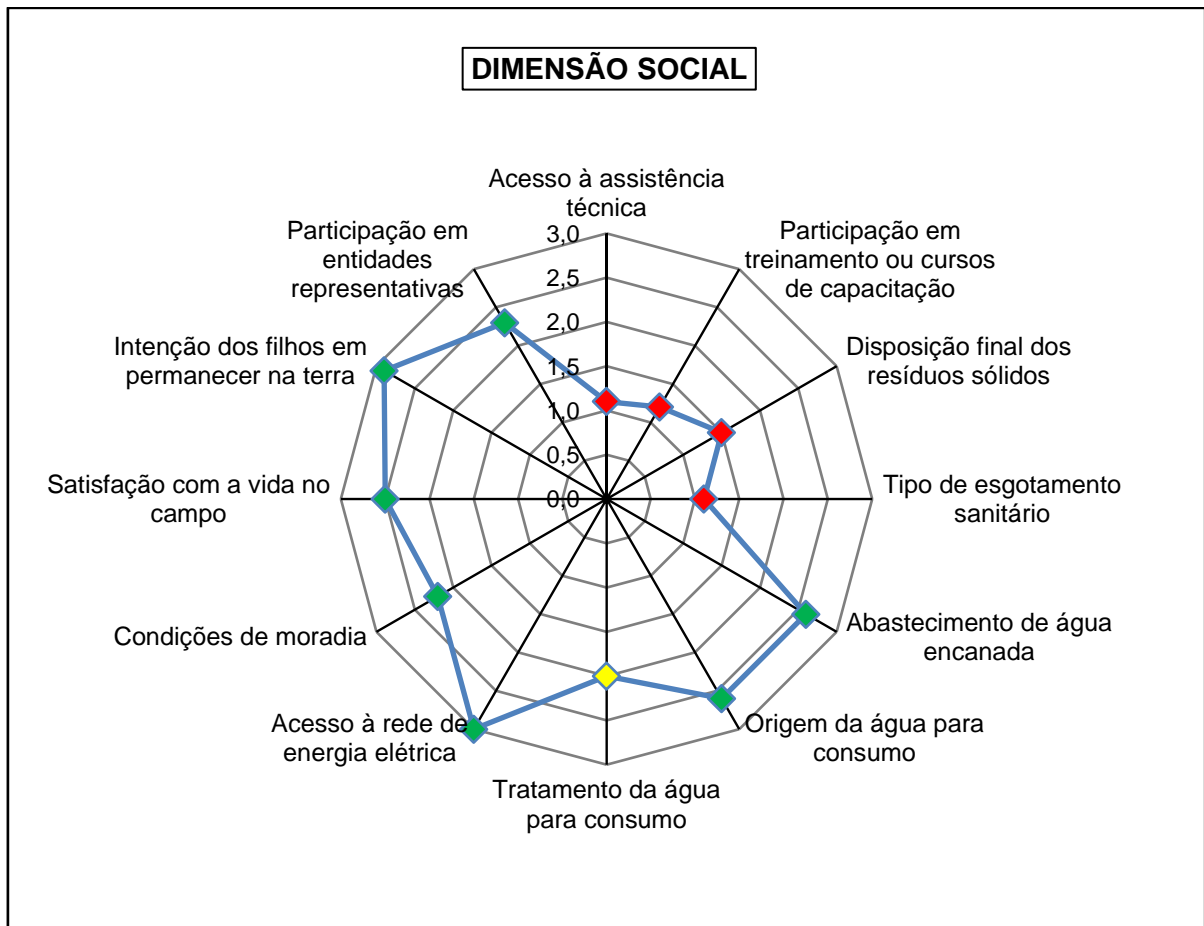
#### 3.4.4.3 Índice de sustentabilidade social

Os indicadores que apresentaram as maiores notas e conseqüentemente os melhores desempenhos foram: “abastecimento de água encanada”, “origem da água para o consumo”, “acesso à rede de energia elétrica”, “condições de moradia”, “satisfação com a vida no campo”, “intenção dos filhos em permanecer na terra” e “participação em entidades representativas” (Figura 40). Esses indicadores apontaram uma situação desejável e favorável para a sustentabilidade social, ou seja, estão no caminho certo e devem manter-se nele ao longo do tempo.

Os indicadores que apresentaram as menores notas foram: “acesso à assistência técnica”, “diversidade de culturas”, “participação em treinamento ou cursos de capacitação”, “disposição final dos resíduos sólidos” e “tipo de esgotamento sanitário”. Esses indicadores apontaram uma situação insustentável, e não desejável,

que requer atenção e medidas necessárias para sua melhoria.

O indicador “tratamento da água para consumo” apresentou uma situação regular e intermediária, ou seja, o sistema apresenta características que indicam esforços para a sustentabilidade, porém ainda insuficientes aos atributos desejáveis de desenvolvimento sustentável.



**Figura 40** – Integração dos indicadores sociais.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 8 apresenta a integração dos indicadores sociais com suas respectivas notas e cores correspondentes.

O índice geral da sustentabilidade social (IGSS) foi 2,1, indicando uma situação potencialmente sustentável, porém ainda precisa melhorar para alcançar a sustentabilidade social (Quadro 8).

**Quadro 8** – Integração dos indicadores sociais.

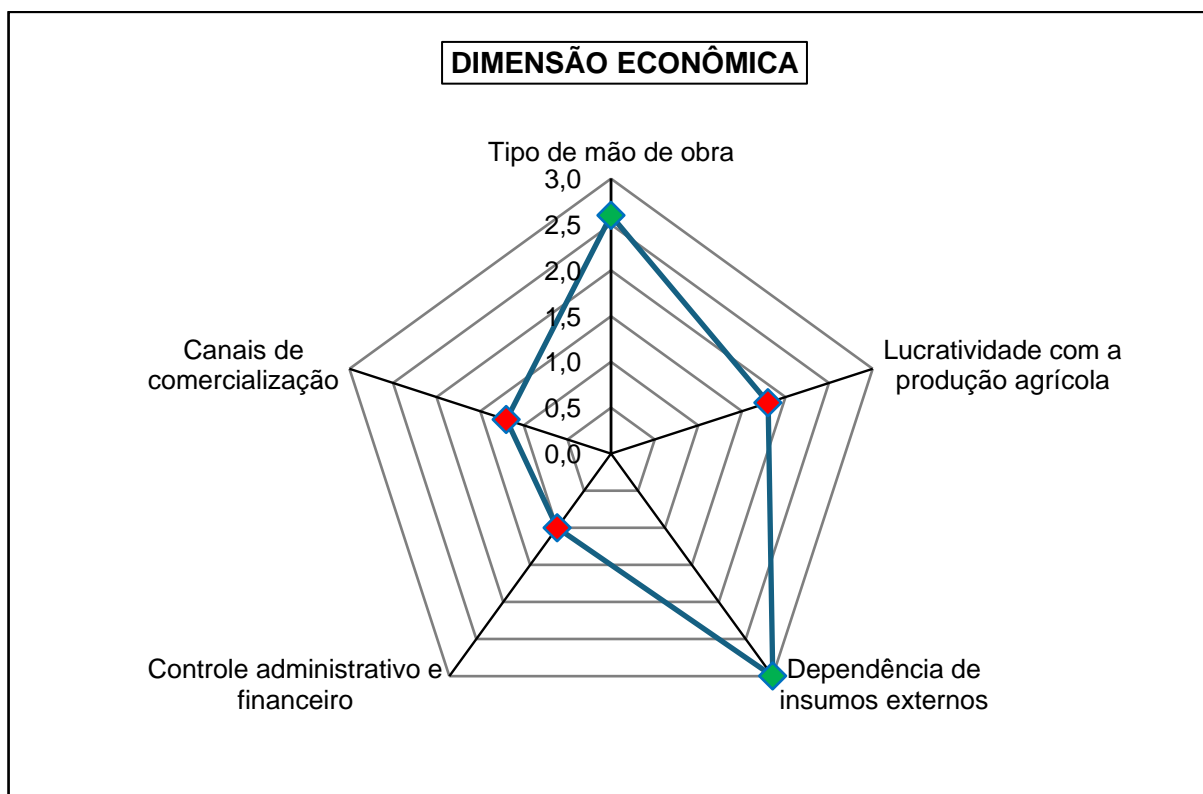
<b>Critérios de Diagnóstico</b>	<b>Indicadores sociais</b>	<b>Notas</b>
Acesso à informação	Acesso à assistência técnica	1,1
	Participação em treinamento ou cursos de capacitação	1,2
Saneamento básico	Disposição final dos resíduos sólidos	1,5
	Tipo de esgotamento sanitário	1,1
	Abastecimento de água encanada	2,6
	Origem da água para consumo	2,6
	Tratamento da água para consumo	2,0
Infraestrutura do lar	Acesso à rede de energia elétrica	3,0
	Condições de moradia	2,2
Vida no campo	Satisfação com a vida no campo	2,5
	Intenção dos filhos em permanecer na terra	2,9
Entidades representativas	Participação em entidades representativas	2,3
<b>Índice Geral da Sustentabilidade Social (IGSS)</b>		<b>2,1</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

#### 3.4.4.4 Índice de sustentabilidade econômica

Os indicadores que apresentaram as maiores notas e conseqüentemente os melhores desempenhos foram: “tipo de mão de obra”, “dependência de insumos externos” (Figura 41). Esses indicadores apontaram uma situação desejável e favorável para a sustentabilidade econômica, ou seja, estão no caminho certo e deve manter-se nele ao longo do tempo.

Os indicadores que apresentaram as menores notas foram: “lucratividade com a produção agrícola”, “controle administrativo e financeiro” e “canais de comercialização”. Esses indicadores apontaram uma situação não desejável que requer atenção e medidas necessárias para sua melhoria.



**Figura 41** – Integração dos indicadores econômicos.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 9 apresenta a integração dos indicadores econômicos com suas respectivas notas e cores correspondentes.

O índice geral da sustentabilidade econômica (IGSE) foi 1,9, indicando uma situação potencialmente insustentável, e não desejável, que requer atenção e medidas necessárias para sua melhoria.

**Quadro 9** – Integração dos indicadores econômicos.

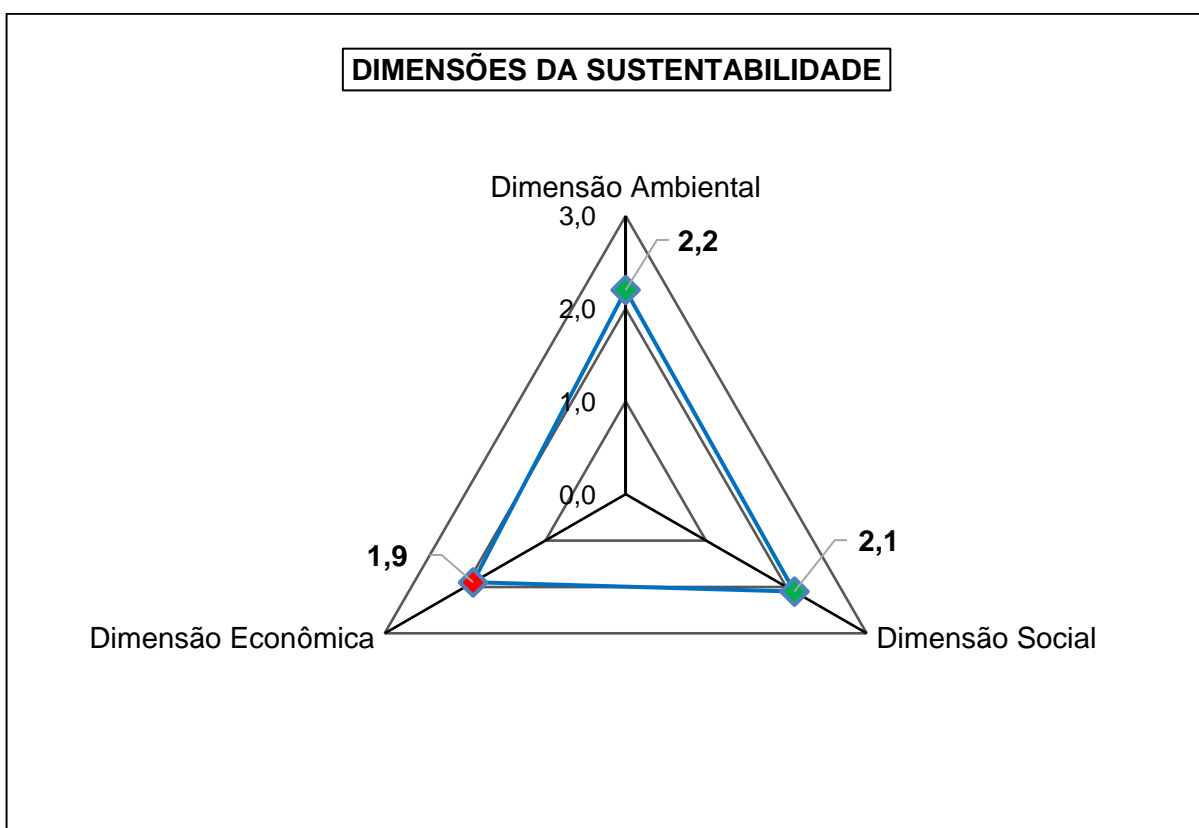
<b>Critérios de diagnóstico</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Notas</b>
Mão de obra	Tipo de mão de obra	2,6
Lucratividade	Lucratividade com a produção agrícola	1,8
Insumos externos	Dependência de insumos externos	3,0
Controle	Controle administrativo e financeiro	1,0
Comercialização	Canais de comercialização	1,2
<b>Índice Geral da Sustentabilidade Econômica (IGSE)</b>		<b>1,9</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

### 3.4.4.5 Análise geral dos índices de sustentabilidade

Neste item, pretendeu-se apresentar um panorama geral dos índices de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica.

Das dimensões avaliadas neste primeiro ciclo avaliativo do método MESMIS, observou-se que os índices gerais das dimensões ambiental e social foram maiores que o índice geral da dimensão econômica, demonstrando uma tendência para uma situação desejável e favorável à sustentabilidade (Figura 42). O índice da dimensão econômica, por sua vez, demonstra uma situação ainda não desejável, que precisa de atenção e medidas necessárias para sua melhoria nas próximas avaliações.



**Figura 42** - Panorama geral dos índices de sustentabilidade ambiental, social e econômica.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Quadro 9 apresenta a síntese dos índices gerais de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica com suas respectivas cores.

**Quadro 10** – Síntese dos índices gerais da sustentabilidade

Dimensões da sustentabilidade	Índices Gerais
Ambiental	2,2
Social	2,1
Econômica	1,9

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

### 3.4.5 Conclusões e Recomendações

Após a apresentação e integração dos resultados, chega-se a sexta e última etapa da avaliação de sustentabilidade do ciclo avaliativo MESMIS. Nesta etapa, apresenta-se as conclusões do primeiro ciclo avaliativo nas dimensões ambiental, social e econômica.

#### 3.4.5.1 Conclusões da Avaliação

De acordo com as informações obtidas durante o processo de coleta de dados sobre os sistemas agrícolas de base familiar nas dimensões ambiental, social e econômica, e após a análise desses dados, com a aplicação e adaptação da estrutura operacional do método MESMIS, foi possível concluir que as dimensões ambiental e social apresentaram os maiores índices gerais de sustentabilidade. Estes índices demonstram uma situação razoável que está acima do regular, porém um pouco longe de uma situação realmente desejável e favorável à sustentabilidade ambiental. Mas demonstra uma condição que está tendendo para o caminho certo.

A dimensão econômica foi a que apresentou o menor índice geral de sustentabilidade quando comparado às outras duas dimensões. Esta dimensão está abaixo do regular e do razoável, demonstrando uma situação não desejável que requer atenção e medidas necessárias para sua melhoria.

Os indicadores ambientais “rotação de cultura”, “forma de conversão da vegetação” e “diversidade de culturas” foram os que obtiveram menor peso na avaliação de sustentabilidade ambiental. Com isso, esses indicadores apresentaram uma condição insatisfatória, causando uma diminuição no índice geral dos indicadores propostos.

Com relação a dimensão social, os indicadores referentes ao “acesso à

informação” (acesso à assistência técnica e participação em treinamento ou cursos de capacitação) e ao “saneamento básico” (destinação dos resíduos sólidos e tipo de esgotamento sanitário) foram os que apresentaram menor desempenho para alcançar a sustentabilidade social. E apesar de outros indicadores sociais terem obtido índices gerais acima de 2,0 e, portanto, apresentando condições favoráveis e satisfatórias à sustentabilidade, estes indicadores ocasionaram uma diminuição do índice geral na avaliação da sustentabilidade social.

Com relação à dimensão econômica, dos cinco indicadores propostos para avaliação da sustentabilidade econômica neste primeiro ciclo, apenas dois (tipo de mão de obra e dependência de insumos externos) obtiveram índices gerais acima de 2,0, demonstrando uma situação favorável e satisfatória à sustentabilidade. Os demais indicadores, como “lucratividade com a produção agrícola”, “controle administrativo e financeiro” e “canais de comercialização” não obtiveram índices gerais suficientes que indicassem uma situação favorável e satisfatória. Em virtude disso, o índice geral de sustentabilidade demonstrou uma situação insatisfatória que requer atenção e medidas necessárias para sua melhoria.

#### 3.4.5.2 Recomendações

Uma das etapas da estrutura operacional do método MESMIS é, no processo final de avaliação da sustentabilidade, fornecer recomendações para auxiliar no desenvolvimento sustentável daquela localidade que foi objeto de estudo.

Tendo como base os pontos limitantes à sustentabilidade ambiental, recomenda-se que o agricultor quilombola alterne no decorrer do tempo os tipos de cultura ou de espécies vegetais em suas unidades de produção, com sequências planejadas de cultivo para tornar a terra mais produtiva, menos suscetível a doenças e reaproveitável. Assim não precisará migrar para novas fronteiras agrícolas em curto espaço de tempo.

Recomenda-se ainda que o agricultor busque outras formas de conversão da vegetação para áreas de cultivo que não seja somente por meio da prática de corte e queima, pois além da emissão de gases poluentes na atmosfera e da perda de biodiversidade local, o solo torna-se pobre em nutrientes e exposto às intempéries, ocasionando ao longo do tempo perda da produtividade agrícola. Outra recomendação para a saúde do solo e sustentabilidade ambiental, seria aumentar a diversificação de

culturas nas áreas de produção para evitar o esgotamento do solo, uma vez que cada espécie tem necessidades nutricionais diferentes. Além disso, o cultivo de várias espécies vegetais em uma mesma área, permitirá ao agricultor maior renda com a produção, pois reduzirá os riscos de perda por pragas ou doenças que são específicas a determinadas espécies.

Embora o indicador “disponibilidade de água para o consumo agrícola” tenha obtido nota média 2,0 estando em uma situação regular ou intermediária, sabe-se que em períodos de secas extremas e prolongadas, os agricultores quilombolas da Área das Cabeceiras têm sofrido com a baixa disponibilidade hídrica em suas áreas de cultivo, ocasionando perdas socioeconômicas e ambientais incalculáveis. E com a iminência de eventos climáticos extremos se intensificarem cada vez mais, torna-se necessário propor alternativa de sistema de irrigação de baixo custo e baixo suporte tecnológico como recomendação fundamental. Recomenda-se, portanto, aos agricultores de base familiar quilombolas que adaptem em suas unidades produtivas o sistema de irrigação conhecido como “Projeto IrrigaPote”<sup>32</sup> (MARTORANO *et al*, 2017; MARTORANO, 2020). Com a adaptação desse sistema de irrigação nas unidades de produção, os agricultores quilombolas terão ganhos nas três dimensões da sustentabilidade, estando em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (MARTORANO *et al.*, 2023).

Tendo como base os pontos limitantes à sustentabilidade social, recomenda-se aos órgãos competentes do poder público, como Emater, Semab, IFPA e outros, que promovam de forma contínua palestras, cursos de capacitação, treinamentos e acompanhamento aos agricultores familiares quilombolas para que estes tenham acesso às informações necessárias que possam subsidiar em suas práticas agrícolas e assim aumentar a produtividade de suas culturas e melhorar a sua qualidade de vida.

Recomenda-se ainda ao poder público que promova de forma constante e regular a coleta de resíduos sólidos nas comunidades rurais quilombolas da Área das Cabeceiras, especialmente nas comunidades com maior população residente. E ao agricultor familiar quilombola que utilize os resíduos orgânicos domésticos e restos vegetais para converter em adubo orgânico por meio do processo de compostagem.

---

<sup>32</sup> Projeto liderado pela pesquisadora Lucieta Guerreiro Martorano, da Embrapa Amazônia Oriental/NAPT Médio Amazonas, sendo certificada pelo banco do Brasil em 2024 como tecnologia social.

Com esse processo de reaproveitamento dos resíduos orgânicos em sua propriedade, o agricultor quilombola poderá utilizar o adubo orgânico nas atividades agrícolas substituindo os possíveis usos de fertilizantes químicos. Outra recomendação ao agricultor para favorecer a sustentabilidade social e assim melhorar sua qualidade de vida seria a substituição de fossas negras por outras formas de esgotamento sanitário mais adequadas.

Com base nos pontos limitantes à sustentabilidade econômica, recomenda-se ao agricultor familiar quilombola que realize registros regulares dos processos administrativos e financeiros da produção agrícola. Assim, o agricultor poderá mensurar de forma mais precisa os custos e os lucros de sua produção. Ou seja, terá o controle dos gastos, investimentos e de todo o rendimento alcançado na cadeia produtiva de suas culturas. Tal controle administrativo e financeiro por parte do agricultor torna-se fundamental para auxiliar na tomada de decisões e favorecer a sustentabilidade econômica dos sistemas agrícolas de base familiar. No que se refere à comercialização dos produtos e lucratividade do agricultor, recomenda-se que seja viabilizado o estudo de criação de uma cooperativa que possibilite a comercialização direta com o comprador final, sem depender de atravessadores ou intermediários, os quais na maioria das vezes decidem o preço final dos produtos, comprometendo o rendimento e a lucratividade dos agricultores.

Ao concluir o primeiro ciclo de avaliação proposto pelo MESMIS, considera-se que este estudo, embora inédito, não tenha a pretensão de esgotar o assunto de avaliação da sustentabilidade dos sistemas agrícolas de base familiar na região. Mas ao contrário, de estimular trabalhos futuros para melhorar a avaliação, dando continuidade no processo ao longo do tempo, por meio de uma análise longitudinal, e assim verificar se houve progresso ou retrocesso nos níveis de sustentabilidade de um período para outro, ou se estes se mantiveram. A própria estrutura operacional MESMIS recomenda a continuidade do ciclo avaliativo ao longo do tempo, uma vez que os indicadores levantados e avaliados são dinâmicos e as diversas situações que envolvem as atividades agrícolas locais estão em constante mudança.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras (PAQ) é uma modalidade que pertence à categoria de Projeto de Assentamento Ambientalmente Diferenciado (PAD), o qual tem como base o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e ambientais de forma sustentável. Diante dessa premissa, o presente estudo buscou investigar se as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras exercem atividades produtivas sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico e quais os eventuais fatores que podem limitar e/ou favorecer a sustentabilidade dessas atividades. Para isso, teve como objetivo principal avaliar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas agrícolas de produção familiar em comunidades quilombolas pertencentes ao projeto de assentamento especial Área das Cabeceiras, identificando seus fatores limitantes e potenciais.

O método proposto para alcançar este objetivo foi o MESMIS. Este método já é utilizado no mundo todo, especialmente em países em desenvolvimento onde grande parte da população exerce as atividades primárias como principal fonte de subsistência e renda. É um método de avaliação contínua, específico a um determinado recorte geográfico em um determinado tempo, que conta com uma estrutura operacional baseada em um ciclo de avaliação de seis etapas. O MESMIS é uma ferramenta metodológica utilizada para avaliar a sustentabilidade a partir da comparação de dois ou mais sistemas (avaliação transversal) ou analisando a evolução de um sistema ao longo do tempo (avaliação longitudinal) com o objetivo de promover a constante melhoria das práticas agrícolas e o manejo do uso da terra de forma sustentável.

Concluído o primeiro ciclo de avaliação de seis etapas da estrutura operacional do método MESMIS, conseguiu-se alcançar o objetivo proposto de avaliar os níveis de sustentabilidade das atividades produtivas nas comunidades quilombolas sob as dimensões ambiental, social e econômica e assim responder às questões norteadoras levantadas. Diante disso, expõe-se a conclusão geral do estudo a partir da conjuntura sobre as três dimensões da sustentabilidade numa perspectiva de os sistemas agrícolas de produção familiar serem ou não considerados sustentáveis.

*Dimensão ambiental.* Os resultados do estudo apontaram para uma situação considerada potencialmente sustentável em que a maioria dos indicadores ambientais

apresentaram notas acima da média na escala de avaliação e os pontos críticos identificados foram, em sua maioria, favoráveis à capacidade de o sistema de se manter ao longo do tempo. Portanto, considera-se que as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras praticam atividades produtivas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

*Dimensão social.* Os resultados do estudo também apontaram para uma situação considerada potencialmente sustentável, com um índice geral de sustentabilidade social acima da média na escala de avaliação, porém abaixo do índice geral de sustentabilidade ambiental. Apesar de alguns indicadores sociais apontarem para uma situação insustentável, de modo geral, pode-se considerar que as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras praticam atividades produtivas sustentáveis do ponto de vista social.

*Dimensão econômica.* Esta dimensão divergiu das demais dimensões, pois o índice geral de sustentabilidade econômica apresentou valor abaixo da média na escala de avaliação, apontando para uma situação potencialmente insustentável. Os pontos críticos identificados foram, em sua maioria, limitantes à capacidade de o sistema de se manter ao longo do tempo. Nesse sentido, as comunidades quilombolas não exercem atividades produtivas sustentáveis do ponto de vista econômico.

Apesar do presente estudo ter alcançado seu objetivo principal, faz-se necessário manifestar algumas limitações na aplicação do método MESMIS durante a pesquisa de campo. A busca de informações em fontes primárias ocorreu principalmente por meio de entrevistas individuais e raramente por meio de reuniões participativas como também exige o referido método. Como o grupo de entrevistados (100 entrevistados) abrangeu agricultores de todas as comunidades quilombolas pertencentes à área de assentamento, tornou-se logisticamente inviável a realização de reuniões com todos para abordar assuntos específicos do presente estudo. As poucas oportunidades que houve com todos os agricultores quilombolas foram em reuniões ordinárias da Associação (Acornecab), onde foi possível apresentar o projeto de pesquisa, na fase inicial de campo, e também esclarecer a dinâmica do presente estudo.

Com relação à contribuição do estudo, esta Tese possibilita a contribuição acadêmica ou teórica, a prática e a social. Referente à contribuição acadêmica ou teórica, o presente estudo utilizou-se de um conhecimento metodológico que, apesar de já aplicado em outras partes do país e internacionalmente, foi inédito na região

quilombola do Baixo Amazonas para avaliar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção familiar, identificando seus pontos limitantes e potenciais. Dessa forma, este trabalho contribuirá como referência teórica para novos campos de investigação na região que tratem de temas relacionados à sustentabilidade de comunidades e povos tradicionais.

Com relação à contribuição prática, considerando que a metodologia proposta neste trabalho é uma série de ciclos avaliativos que decorre ao longo do tempo, e que tem como principal objetivo a busca constante da sustentabilidade ambiental, social e econômica, este trabalho poderá auxiliar as famílias agricultoras assentadas na tomada de decisões sobre o uso e manejo adequado da terra e a gestão sustentável de seus recursos. Dessa forma, poderá promover a essas famílias melhorias na qualidade de vida e maior geração de renda, ao mesmo tempo conservando os recursos naturais.

No que tange à contribuição social, esta Tese poderá servir de documento para auxiliar entidades representativas e gestores públicos na formulação e implementação de projetos de ações e de políticas públicas a fim de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável e especialmente com as comunidades e povos tradicionais.

Por fim, é importante destacar que os resultados deste estudo não são conclusivos, por isso futuras investigações deverão ampliar a compreensão sobre a sustentabilidade dos sistemas agrícolas de base familiar em comunidades quilombolas, e também sobre os fatores que podem limitar ou possibilitar tal sustentabilidade. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de processos de avaliação dos sistemas agrícolas ao longo do tempo, pois a atividade agrícola é dinâmica e as propriedades estão em constantes mudanças. Além disso, de acordo com a estrutura operacional MESMIS, a avaliação não é concebida como um processo linear, mas como uma espiral de sucessivas avaliações. E só assim será possível identificar a prioridade das mudanças e indicar um caminho de propostas para contribuir com o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais baseado nos princípios da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, A., *et al.* **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia**: Histórico, Tendências e Oportunidades. IPAM, Brasília, DF, 2016. 93p.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México: PNUMA, 2000.

ALVES, Luiz B.; BASTOS, Rogério P. Sustentabilidade em Silvânia (GO): o caso dos assentamentos rurais São Sebastião da Garganta e João de Deus. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 419-448, 2011.

ARAÚJO, F.C. **Reforma agrária e gestão ambiental**: encontros e desencontros. 2006, 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ARAUJO, A. S.; ANJOS, D. R.; SILVA, R. S.; SANTOS, M. A. S; MARTINS; C. M.; ALMEIDA, C. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, v.7, n.1, p.30-37, 2017.

ASTIER, M.; HOLLANDS, J. **Sustentabilidad y Campesinado**: seis experiências agroecológicas en latinoamerica. México: Mundi-Prensa, 2005. 262 p.

ASTIER, M.; GARCÍA-BARRIOS, L.; GALVÁN-MIYOSHI, Y.; GONZÁLEZ-ESQUIVEL, C. E.; MASERA, O. R. Assessing the Sustainability of Small Farmer Natural Resource Management Systems. A Critical Analysis of the MESMIS Program (1995-2010). **Ecology and Society**, v. 17, n. 3, p. 25, 2012.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.32, n.2, p.14-24, abr./jun. 1992.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de Sustentabilidade** – uma análise comparativa. Editora FGV. 2005.

BOLÍVAR, H. Metodologías e indicadores de evaluación de sistemas agrícolas hacia el desarrollo sostenible. **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe**, v. 8, n. 1, p. 1- 18, 2011.

BRASIL. **Decreto nº. 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano nacional de resíduos sólidos: versão preliminar para consulta pública. Brasília, DF, 2011. <[http://www.mma.gov.br/estruturas/253/\\_publicacao/253\\_publicacao02022012041757.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf).> Acesso: 20 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Indicadores Ambientais**. Brasília – DF. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/acessibilidade/item/8219-indicadores->

ambientais.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CÂNDIDO, G. A.; NÓBREGA, M. M.; FIGUEIREDO, M. T. M; SOUTO MAIOR, M. M. Avaliação da Sustentabilidade de unidades de produção Agroecológicas: Um Estudo Comparativo Dos Métodos IDEA e MESMIS. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 99- 120, 2015.

CARLOS, D.A.I.; SANTOS, E.A.S.; LISBOA, L.S.S.; MARTORANO, L.G. Estoques hídricos no solo como indicadores climáticos de atendimento de demandas evapotranspiratórias em culturas agrícolas anuais em dois municípios sob condições típicas da Amazônia Oriental e África Austral. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 9, p. 136-147, 2024

CASALINHO, H. D. **Qualidade do solo como indicador de sustentabilidade de agroecossistemas**. 2003. 192p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

COGO, N. P., DENARDIN, J.E.; BERTOL, I. & KOCHHANN, R.A. Retomada, redefinição e intensidade da pesquisa em erosão do solo no Brasil. In: **Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água: manejo integrado a ciência do solo na produção de alimentos**, 15. Santa Maria - RS. UFSM, p.1-18, 2004.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. de. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p: 44-52. 2002.

DOBLAS, J.; OVIEDO, A. R. P. Os territórios indígenas e tradicionais protegem a biodiversidade?. In: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org.). **Povos Tradicionais e Biodiversidade: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. 1ed. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, v. , p. 14-58, 2021.

FAULIN, E. J.; AZEVEDO, P. F. Administração da compra de insumos na produção familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

FERRAZ, J. M. G. As Dimensões da Sustentabilidade e seus Indicadores. In: **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p. 15–35.

FERREIRA, P. F.; MARTINS, A. C. C. T.; PAULA, M. T.; LUCAS, F. C. A.; GONCALVES, J. P.; MIRANDA, T. G.; SIMÕES, P. H. O. Indicadores de sustentabilidade na comunidade quilombola África, município de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Espacios**, v. 38, n. 8, p. 9, 2017.

FORMIGA JUNIOR, I. M.; CÂNDIDO, G. A.; AMARAL, V. S. O cultivo de Melão no Assentamento São Romão em Mossoró/RN: determinação dos indicadores de sustentabilidade através da metodologia MESMIS. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 1,

p. 70-85, 2015.

FREITAS, I. A.; RODRIGUES, I. L. A.; SILVA, I. F. S.; NOGUEIRA, L. M. V. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. **Cuidarte**, v. 9, p. 2187-200, 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos** (CRQS). Brasília: Ministério da Cultura, 2023.

FERNANDES, L. A. O.; WOODHOUSE, P. I. Family farm sustainability in southern Brazil: An application of agri-environmental indicators. **Ecological Economics**, v. 66, p. 243– 257, 2008.

FREITAS, J. L.; SANTOS, E. S.; LIMA E SILVA, R. B.; SILVA, T. L. Comparação e análise de sistemas de uso da terra de agricultores familiares na Amazônia. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 3, n. 1, p. 100-108, 2013.

FREUDENBERG, M. Composite indicators of country performance: a critical assessment. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, Paris, v. 2003/16, n. 1, p: 1-34, 2003.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 653 p.

GONÇALVES, Sérgio Luiz et al. **Rotação de Culturas**. 2007. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPSO-2009-09/27612/1/circtec45.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GUIMARÃES, V. T.; MOREIRA, M.; PINTO, P. M. B. Nota técnica: **Assentamentos Ambientalmente Diferenciados: conciliação entre reforma agrária e proteção do meio ambiente**. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario2017>> Acesso em: 15 set. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Quilombola 2022: Primeiros resultados do universo**. 2023b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9723#/n1145/all/n145/all/v/all/p/all/d/v7080%202/l/p,v,t/cfg/cod,/resultado>>. Acesso em: 27 jun 2023.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação dos Projetos de Reforma Agrária**. Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 até 06/03/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2024.

KUHLMAN, T.; FARRINGTON, J. What is Sustainability? **Sustainability**. v. 2, n. 11, p. 3436-3448, 2010.

LANDAU, E. C. *et al.* **Concentração Geográfica da Agricultura Familiar no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

LÓPEZ-RIDAURA, S.; MASERA, O.; ASTIER, M. Evaluating the sustainability of complex socio-environmental systems. the MESMIS framework. **Ecological Indicators**, v. 2, p. 135–148, 2002.

LEPSCH, I.F.; BELLINAZZI, J.R.; BERTOLINI, D.; ESPÍNDOLA, C.R. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Campinas: **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, 1991. 175 p.

MALHEIROS, T., F.; PHILIPPI JR, A.; COUTINHO, S., M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 7-20, 2008.

PROJETO MAPBIOMAS – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2024/10/03/mais-de-90-dos-desmatamento-da-amazonia-e-para-abertura-de-pastagem/>> acesso em: 03 out. 2024.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. v. 6, n. 1, p. 3-19, 2012.

MARTINS, M. M.; CÂNDIDO, G. A. Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana: Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana: Os desafios do processo de Mensuração, Análise e Monitoramento. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 6, n. 2, p. 138-154, 2015.

MARTORANO, L.G.; ARAYA, A. B.; COSTA, D. C.; MARQUES, M. C. BARBOSA, A.; LIMA, R. **Projeto IrrigaPote** (Cartilha). 7p. 2017. <https://proctropicos.org.br/documentos/agricultura-familiar/>

MARTORANO, L.G. **Reúso da água da chuva pelo projeto IrrigaPote: Estratégia de produção agrícola resiliente na Amazônia**. In: A. Editora (Org.); O meio ambiente e a interface dos sistemas social e natural, v. 2. Atena Edit ed., 2020.

MARTORANO, L.G.; ARAYA, A. B.; KEBED, H. PAULETTO, D. ; SILVA, J. C. S. ; MAGALHAES, K. R. S. ; LISBOA, L. S. S. ; MORAES, J. R. S. C. Sistemas Integrados de Produção Agropecuária com IrrigaPote na Amazônia Oriental: perspectivas inovadoras na agricultura familiar. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 44, n. 324, p. 61-69, 2023.

KEBED, H.; FERREIRA, H. PAULETTO, D. ; SILVA, J. C. S. ; MAGALHAES, K. R. S. ; LISBOA, L. S. S. ; MORAES, J. R. S. C. Sistemas Integrados de Produção Agropecuária com IrrigaPote na Amazônia Oriental: perspectivas inovadoras na agricultura familiar. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 44, n. 324, p. 61-69, 2023.

MOREIRA, F.G.; BINOTTO, E. A Diversificação de Culturas Agronômicas como Forma Sustentável na Agricultura Familiar: Uma Análise para o Estado/MS. **Revista Verde** (Pombal - PB - Brasil), v 9, n. 5, p. 68 - 75, 2014.

MARZALL, K., ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília. v. 17, n. 1, p. 41-59, 2000.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidade y Manejo de Recursos Naturales**: el marco de evaluación MESMIS. México: Mundi-Prensa, 2000, 109 p.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S.; GALVÁNMIYOSHI, Y.; ORTIZ-ÁVILA, T.; GARCÍA-BARRIOS, L. E.; GARCÍA-BARRIOS, R.; GONZÁLEZ, C.; SPEELMAN, E. El proyecto de evaluación de sustentabilidad MESMIS. In: ASTIER, M., MASERA, O. R., GALVÁN-MIYOSHI, Y. (Coord.) **Evaluación de Sustentabilidad**: Un enfoque dinámico y multidimensional. Espanha: SEAE; CIGA; ECOSUR; CIEco; UNAM; GIRA; Mundiprensa; Fundación Instituto de Agricultura Ecológica e Sustentable, España. 2008. p. 13-23.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 71-79, 2014.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** (tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, M.A.F.C. **Agroecologia e indicadores de sustentabilidade**: uma revisão teórica – metodológica. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa, 2011.

MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators**: A report of the project on indicators of sustainable development. Chichester: Wiley, 1997.

MUHLERT, A. C. S. **Indicadores de Sustentabilidade da Carcinicultura em Terras Baixas, São Cristóvão, Sergipe**. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

NANNI, M.R.; NEIRO, E. S., NUNES, E.S.; COMUNELLO, E.; DEMATTÊ, J.A.M. Estabelecimento da Capacidade de uso das terras como subsídio para o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental Federal das ilhas e várzeas do Rio Paraná. *Revista de Ciências Agro-Ambientais*, Alta Floresta, v.3, p.1-14, 2005.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do social ao ambiental, do ambiental ao econômico. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 26, p. 51-64, 2012.

NETTO, M. M. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**. n. 4, p.17-30, 2008.

OLIVEIRA, J. S. R.; KATO, O. R.; OLIVEIRA, T. F.; QUEIRÓZ, J.; CARDOSO, R. Agricultura familiar e safes: produção com conservação na Amazônia Oriental, nordeste paraense. In: **Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**. Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social. 2007.

PANNELL, D. J., GLENN, N. A. A framework for the economic evaluation and selection of sustainability indicators in agriculture. **Ecological Economics**, v. 33, p. 135-149, 2000.

PINTO, A. R.; BORGES, J. C.; NOVO, M. P.; PIRES, P. S. Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, 2014.

PROENÇA, I. C. L. **Indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas familiares**: estudo de caso nos municípios de Alta Floresta e Carlinda, MT. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos, Alta Floresta/MT, 2014.

PROJETO MAPBIOMAS – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. 2024. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/2024/10/03/mais-de-90-do-desmatamento-da-amazonia-e-para-abertura-de-pastagem/>> acesso em: 03 out. 2024.

QUEIROZ, T. R.; BATALHA, M. O. Gestão de custos na agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

REGO, A. K. C.; KATO, O. R. Agricultura de corte e queima e alternativas agroecológicas na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20 n. 3, p. 203-224, 2017.

RIGBY, D.; CÁCERES, D. Organic farming and the sustainability of agricultural systems. **Agricultural Systems**, v. 68, n. 1, p. 21-40, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo, Oficina de Textos, 2004.

SANTOS, A. C.; SALCEDO, I. H.; GALVÃO, S. R. Relações entre uso do solo, relevo e fertilidade do solo em escala de microbacia. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 12, n. 5, p. 458–464, 2008.

SANTOS, C. F. **Diagnóstico da agricultura familiar do município de Janduís/RN**: perspectiva social, econômica e ambiental. 2013. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ambiente, tecnologia e sociedade, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró/RN. 2013.

SANTOS, P. R.; CONCEIÇÃO, F. S.; SILVA, M. G. S. N. Territórios e territorialidades quilombolas do município de Óbidos-Pa: o caso do quilombo da Área das Cabeceiras **Revista Presença Geográfica**, vol. 7, n. 2, p. 156-170, 2020.

SILVA, A. M. V.; ISMAEL, F. C. M. ; SILVA, E. B. ; SILVA, H. N ; ISMAEL, D. A. M. ; SOUSA, T. M. I. . Proposição de medidas para coleta seletiva na comunidade Cavalhada, município de Flores/PE. **Práxis: Saberes da Extensão**, v. 6, p. 77, 2018.

SILVA, J. R.; SOUZA, J. C.; ARAÚJO, F. M. A influência do relevo no processo de uso e ocupação do solo no município de Niquelândia/Goiás. *Elisée, Rev. Geo. UEG – Goiás*, v. 11, n. 1, e111223, 2022.

SILVA, Z. L. **“Verão e inverno Amazônico”**: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM.2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM. 2022.

SILVA, N. C.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia – PB. **Revista Brasileira de Pesquisa Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 475-496, 2016.

SIQUEIRA, I. S. Variabilidade ambiental na região metropolitana de Belém. Anais do X Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade. **Universidade da Amazônia – UNAMA**. v. 10, 2019. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/1763>>. Acesso em: 18 maio 2023.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, p. 93-140, 2016.

SERENINI, M. J.; MALYZS, S. T. A importância da agricultura familiar na produção de alimentos. **Curitiba: Cadernos PDE**, 2015.

SICHE, R.; AGOSTINHO, F.; ORTEGA, E.; ROMEIRO, A. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 10, p. 137-148, 2007.

SILVA, J. M. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão-GO**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

SOUZA, R. T. M. **Gestão Ambiental de Agroecossistemas familiares mediante o método MESMIS de Avaliação de Sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SPEELMAN, E. N., S. LÓPEZ-RIDAURA, N. A. COLOMER, M. ASTIER, and O. R. MASERA. Ten years of sustainability evaluation using the MESMIS framework: lessons learned from its application in 28 Latin American case studies. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, v. 14, p. 345-361, 2007.

SPEELMAN, E. N.; ASTIER, M.; GALVÁN-MIYOSHI, Y. Sistematización y análisis de las experiencias de evaluación con el marco MESMIS: lecciones para el futuro. (IN) ASTIER, M.; MASERA, O. R.; GALVÁN-MIYOSHI, Y. (Coord). **Evaluación de sustentabilidad**. Um enfoque dinámico y multidimensional. Valencia, España. Ed: Imag Impressions. p.25-40, 2008.

VEIGA, M. M.; SILVA, D. M.; VEIGA, L. B. E.; FARIA, M. V. C. Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2391-2399, 2006.

VERONA, L. A. F. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. 2008. 193 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

VERONA, I. A. F. A Real sustentabilidade dos modelos de produção da agricultura: Indicadores de sustentabilidade na agricultura. **Horticultura Brasileira**, v. 28, n. 2, p. 52- 66, 2010.

VIEIRA A. B. D.; MONTEIRO P. S. Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da bioética de intervenção. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 610- 618, 2013.

VILELA, R. O.; CAMPOS, N. L. O. Os quilombos contemporâneos e a proteção da biodiversidade: aproximação teórico-conceitual. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v. 5, n. 2, p. 42-59, 2014.

WIERSUM, K. F. 200 years of sustainability in forestry: Lessons from history. **Environmental Management**, v 19, n. 3, p. 321–329, 1995.

WILDERER, P. A. Sustainable water resource management: The science behind the scene. **Sustain Sci**, v 2, n. 1, p. 1-4, 2007.

World Commission on Environment and Development (WCED). **Our common future**. Oxford University Press, New York, New York, USA, 1987.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA**

## **ACORNECAB**

**Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras**  
**Sede: Comunidade Quilombola Silêncio**  
**Fundada: em 08 de maio de 1999**  
**CNPJ: 03.373.401/0001-85**

### **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

**A Associação das Comunidades Remanescentes dos Negros da área das Cabeceiras – ACORNECAB** declara estar ciente do Projeto de Pesquisa de Doutorado do acadêmico Ronei de Lima Brelaz da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, intitulado **“Avaliação da Sustentabilidade do Sistema Produtivo da Agricultura Familiar em Área de Assentamento Quilombola no Município de Óbidos-PA**, o qual tem, como área de estudo, as Comunidades Quilombolas representadas por esta Associação. Declara, ainda, estar de pleno acordo com tal pesquisa, haja vista sua importância científica e prática, assim como consente a realização de entrevistas junto aos agricultores familiares nas referidas comunidades.

Com. Quilombola Silêncio, 15 de junho de 2020.

*Carlos Castano dos Santos*  
 \_\_\_\_\_  
**Carlos Castano dos Santos**  
 Associação das Comunidades Remanescentes de Negros das Áreas das Cabeceiras  
 CNPJ: 03.373.401/0001-85  
 Coordenador Geral ACORNECAB  
 FUNDADA EM 08 DE MAIO DE 1999  
 Data: 15.06.2020

## APÊNDICE B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Avaliação da Sustentabilidade do Sistema Produtivo da Agricultura Familiar em Área de Assentamento Quilombola do Município de Óbidos.

**Pesquisador:** Ronei de Lima Brelaz

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 30942520.9.0000.5168

**Instituição Proponente:**

**Patrocinador Principal:** Universidade Federal do Oeste do Pará

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.106.923

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de Projeto de Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGSND/UFOPA).

Faz menção ao Projeto de Assentamento Quilombola (PAQ) no município de Óbidos-PA como modalidade que pertence à categoria de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados (PAD), e que abrange um conjunto de comunidades rurais remanescentes de quilombos que têm como principal fonte de subsistência e renda a atividade agrícola em regime de economia familiar. Por ser uma área de assentamento ambientalmente diferenciado, o presente estudo pretende avaliar a sustentabilidade do sistema produtivo da agricultura familiar quanto às dimensões sociais, econômicas e ambientais.

A pesquisa será enquadrada em um estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, e com abordagem quali-quantitativa. O procedimento adotado para a realização da pesquisa terá como base a proposta do método MESMIS, o qual será executado de forma interdisciplinar e participativa, abordando os atributos da sustentabilidade por meio da mensuração de indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Os dados serão obtidos por revisão bibliográfica e documental e pela aplicação de entrevistas semiestruturadas nas unidades de produção. A partir da concepção de sustentabilidade identificada com as famílias agricultoras e com base nas referências teóricas que fundamentam o estudo, será possível avaliar os níveis de sustentabilidade do sistema produtivo da agricultura

**Endereço:** Av. Plácido de Castro, 1399

**Bairro:** Aparecida

**CEP:** 68.040-090

**UF:** PA

**Município:** SANTAREM

**Telefone:** (93)3512-8013

**Fax:** (93)3512-8000

**E-mail:** cepuepa@outlook.com

**UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS**



Continuação do Parecer: 4.108.923

familiar, de uma forma integrada, pela construção de gráficos radiais.

Espera-se, como resultado, obter um diagnóstico das vulnerabilidades e potencialidades, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, das práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares quilombolas e também dispor de um instrumento que sirva como base teórica e científica para futuros estudos na área, assim como para colaborar com a promoção de políticas públicas que visem o desenvolvimento local sustentável.

**Objetivo da Pesquisa:**

**OBJETIVO GERAL**

Avaliar o nível de sustentabilidade, quanto às dimensões sociais, econômicas e ambientais, do sistema produtivo da agricultura familiar em comunidades rurais quilombolas de uma área de assentamento da Reforma Agrária no município de Óbidos-PA.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender o processo histórico-cultural e político de ocupação e formação das comunidades remanescentes de quilombos que culminou na área do Projeto de Assentamento Quilombola (PAQ);
- Descrever a forma de organização sociopolítica e a cadeia produtiva dos principais produtos da agricultura familiar nas comunidades quilombolas da área de assentamento do Incra;
- Descrever o perfil socioeconômico dos remanescentes de quilombos das comunidades pertencentes ao PAQ;
- Caracterizar a forma do uso da terra para as atividades agrícolas dos agricultores familiares e avaliar os impactos socioambientais gerados.
- Mensurar a produtividade das principais culturas do sistema produtivo da agricultura familiar identificando os fatores limitantes e positivos da atividade.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os autores deste projeto descrevem que por se tratar de uma área de Projeto de Assentamento Quilombola – PAQ e, portanto, de comunidades tradicionais, pode haver riscos de origem cultural, com conflitos de valores entre o pesquisador e o entrevistado assim como de conhecimento (tradicional e acadêmico) e comunicação. Há riscos também de origem psicológica, intelectual ou emocional, pois ocorre a possibilidade de constrangimento ao responder os questionários durante as entrevistas, desconforto, estresse, desconfiança e sensação de invasão de sua privacidade, além da possibilidade de não aceitar ser entrevistado.

Contudo, para mitigar ou minimizar tais riscos, será feito a leitura do TCLE ao agricultor com

<b>Endereço:</b> Av. Plácido de Castro, 1399		<b>CEP:</b> 68.040-090
<b>Bairro:</b> Aparecida		
<b>UF:</b> PA	<b>Município:</b> SANTAREM	
<b>Telefone:</b> (93)3512-8013	<b>Fax:</b> (93)3512-8000	<b>E-mail:</b> cepuepa@outlook.com

UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS



Continuação do Parecer: 4.106.923

esclarecimento prévio sobre a pesquisa, seus objetivos e metodologia, assim como a autorização legal perante o comitê de ética para sua realização. Nesta leitura, o agricultor será informado que sua participação será voluntária e que terá garantia de anonimato e sigilo, podendo ser interrompida a qualquer momento que achar necessário. Para maior respaldo e confiança, também será apresentada uma carta de anuência da Associação representativa dos quilombolas que compõem o projeto de assentamento. Tal carta é resultado de uma reunião ocorrida no ano de 2019 com os membros e a diretoria da Associação, na qual foi apresentado a proposta e os objetivos da pesquisa (houve apenas uma mudança no título, porém permanecendo o teor da proposta).

Em relação à avaliação dos riscos e benefícios descritos neste protocolo de pesquisa, constata-se que a ocorrência, de fato, dos riscos é facilmente evitável. Por outro lado, a possibilidade de surgimento dos benefícios é plausível e real. Pode-se, portanto, considerar que a possibilidade de confirmação dos benefícios oriundos da realização dessa pesquisa, supera a descrição dos riscos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de pesquisa relevante, que pode trazer conhecimento para a tomada de decisões voltadas à sustentabilidade do sistema produtivo da agricultura familiar em terras quilombolas em terras amazônicas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os documentos necessários para a realização desta pesquisa foram devidamente apresentados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências éticas anteriormente identificadas por este Comitê, foram devidamente ajustadas pelos pesquisadores.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Os(As) Pesquisadores(as) deverão apresentar relatórios parciais informando sobre o andamento da pesquisa, assim como deverão apresentar um relatório final, informando se a pesquisa apresentou alguma intercorrência ética, assim como os principais resultados alcançados pela investigação. Tais relatórios devem ser submetidos a partir da Plataforma Brasil, acessando o projeto de pesquisa na janela LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA, pelo botão "Detalhar" e então utilizando a ferramenta "Enviar Notificação".

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399

Bairro: Aparecida

CEP: 68.040-090

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3512-8013

Fax: (93)3512-8000

E-mail: cepuepa@outlook.com

**UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS**



Continuação do Parecer: 4.108.923

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1522573.pdf	17/06/2020 13:06:36		Aceito
Outros	Esclarecimento_sobre_o_cronograma.pdf	17/06/2020 13:04:05	Ronei de Lima Brelaz	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	17/06/2020 12:57:09	Ronei de Lima Brelaz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	17/06/2020 12:03:33	Ronei de Lima Brelaz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Tese.pdf	17/06/2020 11:55:42	Ronei de Lima Brelaz	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_Concordancia.pdf	17/06/2020 11:32:05	Ronei de Lima Brelaz	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	17/06/2020 11:21:42	Ronei de Lima Brelaz	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SANTAREM, 23 de Junho de 2020

---

**Assinado por:  
Rodrigo Luis Ferreira da Silva  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Plácido de Castro, 1399

**Bairro:** Aparecida

**CEP:** 68.040-090

**UF:** PA

**Município:** SANTAREM

**Telefone:** (93)3512-8013

**Fax:** (93)3512-8000

**E-mail:** cepuepa@outlook.com

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

(Baseado nas diretrizes contidas na Resolução 466/2012 MS/CNS/CONEP)

O pesquisador Ronei de Lima Brelaz, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Oeste do Pará, convida você para participar do Trabalho de Tese intitulado **Avaliação da Sustentabilidade do Sistema Produtivo da Agricultura Familiar em Área de Assentamento Quilombola no Município de Óbidos-PA**. Este trabalho é orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Lilian Rebellato e pelo prof. Dr. Thiago Almeida Vieira e tem o objetivo de compreender se a atividade agrícola das comunidades quilombolas desse assentamento é capaz de suprir o sustento da família, gerar renda aos agricultores e também preservar o meio ambiente. Para realização do estudo, haverá como metodologia a aplicação de formulários por meio de entrevistas. E sua participação, como agricultor familiar pertencente ao Projeto de Assentamento Quilombola, consiste em responder algumas perguntas sobre o tema. Porém, sua participação é de livre e espontânea vontade, e uma vez aceita, não terá nenhuma despesa, nem receberá algo em troca. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são considerados baixos, isso porque as informações serão coletadas por meio de entrevistas, podendo ocorrer riscos apenas de natureza emocional como desconforto ou constrangimento em responder as perguntas. Todavia, as informações serão utilizadas unicamente para fins científicos, sendo garantidos o total sigilo, anonimato e confidencialidade, além da assistência necessária por eventuais danos decorrentes da pesquisa. E mesmo após sua autorização, conforme a Resolução 466/12, você terá o direito e a liberdade de interromper a entrevista ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo a sua pessoa. Sua participação, contudo, trará benefícios e contribuirá para avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar em área de assentamento quilombola do município de Óbidos, e assim poder apresentar um diagnóstico da viabilidade do sistema produtivo quanto às dimensões sociais econômicas e ambientais. Com base nesses conhecimentos, autoridades governamentais poderão intervir, por meio de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentável local. Ressalta-se ainda que as informações prestadas serão utilizadas apenas na realização dessa pesquisa. E caso forneça alguma informação considerada como conhecimento tradicional, o pesquisador jamais a utilizará como sua para obter vantagens, nem a divulgará em publicações técnico-científicas de circulação nacional

ou internacional ou em outros veículos de divulgação de informação para a sociedade. As demais informações não relacionadas com o conhecimento tradicional serão analisadas e os resultados serão divulgados, porém sua identidade será mantida em sigilo para sempre. Ressalta-se ainda que, após seu consentimento em participar da pesquisa, você receberá uma das vias desse documento (TCLE) devidamente assinada e rubricada por você e pelo pesquisador responsável em todas as suas páginas. Contudo, se você quiser saber mais detalhes sobre a pesquisa e sua participação, poderá entrar em contato com o pesquisador Ronei de Lima Brelaz pelo telefone (93) 99180-3821 ou pelo e-mail brelaz.rlb1@yahoo.com.br e com sua orientadora Prof. Dra. Lilian Rebellato pelo telefone (93) 99206-9857 ou pelo e-mail lilian.rebellato@gmail.com.br. Também poderá entrar em contato, pelo telefone (93) 3512-8013, com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Pará, em Santarém, ao qual o Projeto foi submetido.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, residente na Comunidade \_\_\_\_\_ entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso, dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e atesto que me foi entregue uma via desse documento.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado

Impressão do polegar, caso não saiba escrever o nome.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Declaro que obtive este consentimento de forma ética e conforme as prerrogativas das Resoluções 466 e/ou 510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Comitê de Ética em Pesquisa

Universidade Estadual do Pará - Av. Plácido de Castro, 1399 – Bairro: Aparecida Município:  
Santarém – PA

Telefone: (93) 3512-8013

Fax: (93) 3512-8000

CEP: 68040-090

E-mail: cepuepa@outlook.com

## APÊNDICE D – FORMULÁRIO APLICADO NA ENTREVISTA



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO

Adaptado de Santos (2013) e Verona (2008)

#### I. INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do entrevistado:		Sexo: ( ) M ( ) F	Idade:
Município:	Comunidade:		
Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) amasiado ( ) outros	Local onde nasceu:	Tempo que mora na comunidade:	

#### II. DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

##### COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Parentesco (Pai, mãe, filho(a), tios, avós etc., em relação ao responsável)	Sexo (M) Masc. (F) Fem.	Idade (anos)	Escolaridade (1)	Estado de saúde (2)	Tarefas principais
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

(1) 1 - Sem escolaridade; 2- Ens. fund. incompleto; 3 - Ens. fund. Completo; 4 - Ens. médio incompleto; 5 - Ens. médio completo; 6 - Curso técnico; 7 - Ens. Superior

(2) 1 - Quase nunca adoecce (passa anos sem ter problemas); 2- fica doente algumas vezes (doenças leves 1 ou 2 vezes por ano);

3 - fica doente com frequência (várias vezes por ano); 4 - tem limitações e/ou debilidades (mal estar ou problemas constantes ou permanentes); 5 - é incapaz

##### Trajatória familiar na agricultura

Tem antepassados que trabalhavam na agricultura?		Quem era agricultor? (1)	De onde veio e quando veio? (local / ano)	As terras atuais já pertenciam à família?			Estas terras foram divididas com outros parentes?		Há interesse dos filhos em permanecer nas terras?	
Sim	Não			Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Sim	Não

(1) 1 - bisavô; 2 - avô; 3 - pai; 4 - outro

##### Trajatória pessoal na agricultura

Sempre trabalhou com agricultura?		Quanto tempo trabalha na agricultura?	Descreva as culturas que trabalhava anteriormente
Sim	Não		

##### INFRAESTRUTURA DO LAR

Tipo de moradia (1)	Número de cômodos é suficiente?		Água (2)	Esgoto (3)	Energia Elétrica		Bens de consumo duráveis (4)	Veículos (5)
	Sim	Não			Sim	Não		

(1) 1 - casa de taipa; 2 - casa de madeira; 3 - casa de tijolo sem reboco e piso; 4 - casa de tijolo com reboco e piso

(2) 1 - nascente; 2 - poço escavado; 3 - poço artesiano; 4 - córrego, rio ou lago; 5 - açude; 6 - rede pública; 7 - outro

(3) 1 - fossa séptica; 2 - fossa seca; 3 - fossa negra; 4 - lançado a céu aberto; 5 - outro

(4) 1 - fogão a gás; 2 - fogão a lenha; 3 - geladeira; 4 - freezer; 5 - bateadeira / liquidificador; 6- televisão; 7- rádio; 8 - aparelho de som; 9 - telefone fixo ou móvel; 10 - computador; 11 - ar condicionado; 12 - máquina de lavar; 13- carro/moto; 14 - internet

(5) 1 - carro de passeio; 2 - veículo de transporte de mercadorias; 3 - moto; 4 - bicicleta; 5 - carroça; 6 - cavalo; 8 - outros

##### Como avalia as atuais condições de moradia?

- ( ) Totalmente inadequado  
 ( ) Inadequado, necessitando de ampliação e reformas  
 ( ) Adequado, mas necessitando de reformas  
 ( ) Totalmente adequada

ENERGIA ELÉTRICA			
Tipo de energia utilizada ( ) Lâmparina ( ) Solar ( ) Elétrica Desde quando utiliza essa fonte de energia? R=		Qual a média do valor da energia paga no mês? R=  O que mudou com a chegada da energia elétrica na agricultura? R=	
A família possui o benefício Tarifa Social?		Sim	Não

EDUCAÇÃO			
Escolaridade			
( ) Sem escolaridade ( ) Ens. Fund. Incompleto ( ) Ens. Fund. Completo ( ) Ens. Médio Incompleto ( ) Ens. Médio Completo ( ) Curso técnico ( ) Ens. Superior			
Você queria ter estudado mais?	Sim	Não	Por quê?

Estrutura Física		
Há escola na comunidade?	Sim	Não
Se não, onde as pessoas da casa ou da comunidade estudam? R=		Quais as dificuldades enfrentadas para as pessoas que estudam? R=  O que poderia ser feito para amenizar ou solucionar as dificuldades encontradas? R=
Atende até que ano/série? _____		

SAÚDE	
Com que frequência os profissionais da área de saúde fazem suas visitas? ( ) não existe ( ) semanalmente ( ) mensalmente ( ) bimestralmente ( ) outro	Na sua opinião, com que frequência os profissionais da área de saúde deveriam fazer suas visitas? R=  Qual a finalidade das visitas dos profissionais de saúde? R=
Outros aspectos	
Existe posto de saúde na comunidade?	Sim Não
Quando adoece qual a primeira atitude? R=	O que poderia ser feito para melhorar a assistência à saúde das famílias que vivem no campo? R= No seu entendimento, o que causa essas doenças? R= que poderia ser feito para evitá-las? R=
Quais as doenças mais frequentes da família? R=	

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA			
Participa de associação e/ou entidades representativas?	Sim	Não	Qual?
Qual o nível de satisfação com a associação? ( ) não estou satisfeito ( ) estou satisfeito			
A associação trouxe benefícios para a comunidade?	Sim	Não	Quais?

ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
Tem acesso à assistência técnica?	
( ) Nunca teve acesso ( ) já teve acesso, mas ficou insatisfeito com o serviço ( ) tem acesso, mas é com pouca frequência ( ) tem acesso suficiente	
Quem oferece assistência técnica na produção agrícola? R=	A assistência técnica mostra solução para os diferentes problemas surgidos? ( ) Sim ( ) Não
Qual a frequência das visitas? ( ) uma vez por mês ( ) uma vez em cada seis meses ( ) uma vez por ano ( ) outro, qual?	Que tipo de melhoria a assistência técnica tem proporcionado? R=
Participa de treinamentos e cursos de capacitação voltados à agricultura?	
( ) Sempre participa ( ) Não participa ( ) Pouca participação ( ) Muita participação	

**II - DIMENSÃO AMBIENTAL**

<b>DESMATAMENTO</b>			
<b>Retira madeira da sua propriedade?</b>		Sim	Não
Se sim, com que frequência? R=		A quantidade de madeira que você extrai é a mesma que retirava há seis anos? ( ) Sim ( ) Não	
Para qual finalidade? R=		Por quê?	
A propriedade possui área de Reserva Legal?		R=	
( ) Sim Qual? _____		Que tipo de madeira extrai atualmente? (nome da planta)	
( ) Não		R=	

<b>FORMA DE TRABALHO</b>	
<b>Como é feito o plantio</b>	Quais os tipos de ferramentas e/ou máquinas são utilizados no preparo da terra?
( ) Manual	R=
( ) Mecanizada	
( ) Semimecanizada	
<b>Como é feita a colheita</b>	Que tipos de ferramentas e máquinas gostaria de adquirir? Por quê?
( ) Manual	R=
( ) Mecanizada	
( ) Semi-mecanizada	

<b>QUEIMADAS</b>	
Faz queimada? ( ) Sim ( ) Não	Que tipo de vegetação tinha antes (há seis anos)?
Que tipo de vegetação existe hoje?	R=
R=	

<b>PRAGAS</b>	
Quais as pragas mais comuns: Na lavoura?	Essas pragas são as mesmas surgidas nos anos anteriores?
R=	R=

<b>AGROTÓXICO</b>	
Faz uso de algum agrotóxico/defensivo agrícola?	Você conhece alguma forma de substituir o agrotóxico/defensivo agrícola utilizado? ( ) Sim ( ) Não
( ) Sim ( ) Não	
Qual (is)?	Qual?

<b>ÁGUA</b>								
<b>Fonte da utilização da água</b>			<b>Há risco de contaminação?</b>		<b>Tipo de tratamento dado à água para consumo (2)</b>	<b>Há disponibilidade de água o ano todo?</b>		<b>Sofre com escassez de água? (3)</b>
Para consumo familiar (beber)	Para serviços domésticos	Para manutenção do plantio	Sim	Não		Sim	Não	
(1)	(1)	(1)						

(1) 1 – nascente; 2 – poço escavado; 3 – poço artesiano; 4 – córrego, rio ou lago; 5 – açude; 6 – rede pública

(2) 1 – não existe; 2 – fervida; 3 – filtrada; 4 – utilização de hipoclorito de sódio

(3) 1 – Nunca; 2 – Frequentemente; 3 – Com secas curtas (20 a 30 dias); 4 – Com secas médias (30 a 90 dias); 5 – Com secas longas (+ de 90 dias)

<b>LIXO</b>			
<b>destinação final do lixo? (1)</b>	Você tem conhecimento de uma forma mais adequada para o destino final do lixo?		Sim
	Se sim, qual?		Não

(1) 1 - recicla; 2 - queima; 3 - joga em terreno céu aberto/rio; 4 - enterra; 5 - coleta pública; 6 – outro

<b>TERRA</b>			
Considera o solo de sua propriedade:		Quais operações realiza no preparo do solo? R=	
( ) de muito boa qualidade, não precisa gastar com adubos/fertilizantes			
( ) tem qualidade, mas precisa gastar com adubos/fertilizantes			
( ) de péssima qualidade, pois gasta muito com adubos/fertilizantes			
( ) outro, qual? _____			
<b>Conversão e modificação da terra</b>			
Envolve atividades ligadas ao extrativismo?		de área degradada na comunidade?	
Isa da degradação? (1)			
Sim	Não	Sim	Não

(1) 1 – ação do homem/mau uso da terra; 2 – seca/aumento da temperatura; 3 – sempre foi do mesmo jeito; 4 – outra

Forma atual de uso da terra (ha)		Tipo de agricultura (1)	Relevo (2)	Erosão (3)
<input type="checkbox"/> Lavouras temporárias	<input type="checkbox"/> Lavouras permanentes			
<input type="checkbox"/> Pastagem	<input type="checkbox"/> Pousio			
<input type="checkbox"/> Preservação permanente	<input type="checkbox"/> Áreas inaproveitáveis			

(1) 1 – convencional; 2 - orgânico

(2) 1 - plano; 2 - suave ondulado; 3 - ondulado; 4 - forte ondulado; 5 - montanhoso

(3) (nível de erosão visível): 1 - nenhum; 2 - raro; 3 - moderado; 4 - comprometedor ; 5 - severo

Costuma fazer rotação de culturas?
<input type="checkbox"/> Não faz rotação
<input type="checkbox"/> Faz rotação esporadicamente
<input type="checkbox"/> Faz rotações planejadas

#### IV - DIMENSÃO ECONÔMICA

##### SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

###### O que planta?

Produtos	1-	3-	5-	7-
	2-	4-	6-	8-

Realiza atividades não agrícolas?	Sim	Não	Tem a necessidade de mão-de-obra de terceiros?	Sim	Não
-----------------------------------	-----	-----	--	-----	-----

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se sim, quais os custos com mão de obra empregada?

Quanto à mão de obra empregada:

Contratada  Familiar  Familiar/contratada

##### INSUMOS

Quais tipos de insumos agrícolas são utilizados na produção? (Pode marcar mais de uma opção)

- nenhum  
 mudas  
 sementes  
 fertilizante  
 adubos  
 outros, quais?

Com relação aos insumos agrícolas:

- Todos os insumos vêm de fora (são externos)  
 Apenas uma parte dos insumos vêm de fora  
 Não utiliza nenhum insumo que vêm de fora, todos são da propriedade

##### DIVERSIDADE E CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

O que planta no roçado? R= Por que planta essas culturas? R=	Quais culturas poderiam ser acrescentadas para melhorar a sustentabilidade da família? R=
Como é a terra do roçado? R=	A terra está igual, melhor ou pior do que há seis anos atrás? Por quê? R=
Quanto gasta por ano para produzir: No inverno? _____ No período seco? _____	É o ideal, ou poderia se gastar menos? R= Como? _____

##### ASPECTOS DE MERCADO: COMERCIALIZAÇÃO

Via de escoamento do produto: <input type="checkbox"/> Terrestre <input type="checkbox"/> Fluvial	Condições de acesso: <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> precário
Destino da produção e canais de comercialização: <input type="checkbox"/> Consumo interno <input type="checkbox"/> atravessador/intermediário <input type="checkbox"/> Supermercados/distribuidoras <input type="checkbox"/> Pequenos estabelecimentos <input type="checkbox"/> Direto ao consumidor <input type="checkbox"/> Feiras <input type="checkbox"/> Merenda escolar <input type="checkbox"/> Outro, qual?	Quem determina o preço dos produtos? <input type="checkbox"/> O produtor <input type="checkbox"/> O atravessador/intermediário <input type="checkbox"/> O consumidor final <input type="checkbox"/> A Associação <input type="checkbox"/> É negociado entre partes <input type="checkbox"/> Outro, qual?
Quantos sacos de farinha são fabricados por ano e qual a média do preço de cada saco?	

RENDA	
Com relação ao registro/controlado administrativo e financeiro da produção agrícola: <input type="checkbox"/> Não possui nenhum registro de controle das despesas e receitas <input type="checkbox"/> Existe controle incompleto das despesas e receitas <input type="checkbox"/> Existe controle e acompanhamento completo das despesas e receitas	Renda familiar*: <input type="checkbox"/> Entre 0 – 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> Entre 1 – 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> Entre 3 – 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> Maior que 5 salários mínimos *salário mínimo R\$ 1.212,00
<b>Origem da Renda</b> (Pode marcar mais de uma opção)	<b>O que lucra com as atividades agrícolas?</b>
<input type="checkbox"/> Roçado <input type="checkbox"/> Criação <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Cargo Público <input type="checkbox"/> Bolsa família <input type="checkbox"/> Outro benefício social Qual?	<input type="checkbox"/> É insuficiente para as necessidades básicas; <input type="checkbox"/> É suficiente para as necessidades básicas, porém não permite um novo investimento em outras atividades; <input type="checkbox"/> É suficiente para as necessidades básicas e permite realizar novos investimentos em outras atividades  Quanto precisaria ganhar para suprir bem as necessidades da família? R=
Contribuição das atividades na renda familiar mensal	
Atividades	valor da contribuição
Agricultura (produção vegetal)	R\$
Produção animal	R\$
Aposentadoria	R\$
Bolsa família	R\$
Atividades não agrícolas (especificar)	R\$
Outros (especificar)	R\$
<b>Tem necessidade de recorrer a empréstimo financeiro?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se houver uma emergência, quem pode lhe emprestar dinheiro? <input type="checkbox"/> crédito rural em banco <input type="checkbox"/> crédito não rural em bancos <input type="checkbox"/> pessoas físicas <input type="checkbox"/> outra entidade financeira Qual? _____	
PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES	
Você já ouviu falar em sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Já participou de curso de capacitação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, citar quais e quem ministrou: R=
Para você o que é agricultura familiar? R=	<b>Qual o nível de satisfação com a vida no campo?</b> <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Parcialmente insatisfeito <input type="checkbox"/> Nem insatisfeito e nem satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO	
Tipo de posse da terra: <input type="checkbox"/> assentado <input type="checkbox"/> proprietário <input type="checkbox"/> arrendatário <input type="checkbox"/> posseiro <input type="checkbox"/> ocupante	Tamanho da área de produção: R=

# **ANEXOS**

<b>ANEXO A – TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO - CABECEIRAS</b>
---



*Assinado*

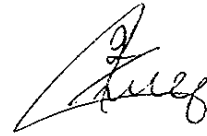
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

**MINISTÉRIO DA CULTURA**

**TITULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO/FCP/ Nº 001 /2000**

**TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO** que a **UNIÃO** e a **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES – FCP** outorgam aos **REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DE SÃO JOSÉ, SILÊNCIO, MATAR , CUECÊ, APUÍ e CASTANHADUBA, (QUILOMBO CABECEIRAS)** sociedade de fato, representada pela sua Associação.

**A UNIÃO FEDERAL**, representada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, **FRANCISCO CORREA WEFFORT**, brasileiro, casado , portador da CI N.º 046.853 SSP-SP e CPF/MF N.º 193.766.268-34, residente e domiciliado em Brasília – DF, e a **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, inscrita no CGC/MF sob o nº32.901.688/0001-77, doravante denominada **FCP**, neste ato representada por sua Presidenta **DULCE MARIA PEREIRA**, brasileira, casada, portadora da C.I. nº 365.692– SSP/DF e CPF/MF nº119.407.511-87, residente e domiciliada em Brasília – DF, doravante simplesmente denominados **OUTORGANTES**, com fundamento no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e no Art. 14, inciso IV, alínea c, da Medida Provisória Nº 1999-17, de 11 de abril de 2000, que altera a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, pelo presente **TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO**, com plena força e validade de escritura pública,



reconhecem o domínio aos **REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS COMUNIDADES DE SÃO JOSÉ, SILÊNCIO, MATA, CUECE, APUI E CASTANHADUBA, (QUILOMBO CABECEIRAS)**, sociedade de fato, adiante simplesmente denominados **OUTORGADOS**, sobre o imóvel rural denominado **QUILOMBO ÁREA DAS CABECEIRAS**, integrante da gleba Mamiá, situada no município de Óbidos, Estado do Pará, com área de 17.189,6939 hectares (dezessete mil, cento e oitenta e nove hectares, sessenta e nove ares, trinta e nove centiares), conforme planta e memorial descritivo anexos, de responsabilidade técnica do INCRA na pessoa do Sr. José Eugênio Matos de Miranda, Engenheiro Agrônomo do INCRA, CREA N.º 2235D/ 1ª Região/PA que integram este título e que neste ato são representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 08 de maio de 1999 registrada no livro de pessoas jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob o N.º 859 do livro N.º 1A-102, CNPJ N.º 03.373.401/0001-85, representada pelo seu Presidente, **JOÃO CHAVES CORRÊA**, brasileiro, casado, lavrador, RG n.º 2441558/SSP-PA e CPF n.º 195.057.362-15.

**CLAÚSULA PRIMEIRA** – O imóvel localiza-se na Gleba de Mamiá matriculada em nome da União Federal, sob o n.º 1.139, livro 2RG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Óbidos, com averbação AV-4-1139.

**CLAÚSULA SEGUNDA** – O imóvel destina-se às atividades extrativistas, agropecuárias, agroindustriais, culturais e de preservação do meio ambiente de modo a garantirem a auto sustentabilidade das comunidades remanescentes beneficiárias, objetivando a sua preservação em seus aspectos social, cultural e histórico, segundo o disposto nos Arts. 215 e 216 da Constituição Federal, tornando-se, em consequência, inalienável, devendo permanecer sob o uso e posse dos **OUTORGADOS**.

**CLAÚSULA TERCEIRA** – O imóvel acha-se livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, ou qualquer outro ônus real

O presente Título é firmado em quatro vias, ficando eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões que resultarem deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam abaixo, **OUTORGANTES E OUTORGADOS**, por seus representantes legais, juntamente com as testemunhas, o Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, **RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 964.067, expedida pela SSP/PE, CPF n.º 244.449.284-68, domiciliado em Brasília, O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará, **ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL**, brasileiro, casado, médico, RG N.º 1.432.242 – 2ª Via – SEGUP/PA e CPF N.º 02.425.872-04, e **DULCE NAZARÉ DE LIMA LEONCY**, brasileira, divorciada, economista, CRE N.º 686 e CPF N.º 082.144.332-15 e **NILSON PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado,



geólogo, RG N.º 408481 – SSP-PA e CPF N.º 028.759.002-00 e **AMILTON GONÇALVES SÁ BARRETO**, brasileiro, solteiro, Art. Educador, portador de RG N.º 01643445-51 SSP/PA e CPF/MF N.º 219.084.865-20, presentes a todo ato que, depois de lido achado conforme será registrado no Cartório de Registro de Imóveis juntamente com o memorial descritivo que integra o presente título.

Brasília, de de 2000.




**RAUL BELENS JUNGMANN PINTO**  
Ministro do Desenvolvimento Agrário



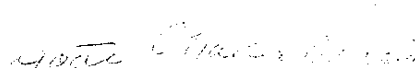
**FRANCISCO CORREA WEFFORT**  
Ministro da Cultura



**ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL**  
Governador do Estado do Pará



**DULCE MARIA PEREIRA**  
Presidenta da Fundação Cultural Palmares  
OUTORGANTE




**JOÃO CHAVES CORRÊA**  
Presidente da Associação das  
Comunidades dos Negros  
Área das Cabeceiras  
OUTORGADOS



**DULCE NAZARÉ DE LIMA LEONCY**  
Presidente do Instituto de Terras do Pará



**NILSON PINTO DE OLIVEIRA**  
Deputado Federal



**AMILTON GONÇALVES DE SÁ BARRETO**  
Representante do Centro de Estudos e  
Defesa Entidades Negras do Pará

REGISTRO DE IMOVEIS — COMARCA DE OBIDOS PA  
venotado no Protocolo A Sob Nº 5833 Pag. 70  
Registrado no Livro Nº 2- A Fls. 2207 Sob Nº R-01  
Referente à Matrícula Nº 2.207 Observações: Regis-  
tra anterior: R-1-1139, ficha 1139 do li-  
vro 2 de Registro Geral deste Tabelionato,  
do qual foi desmembrado. \* \* \* \* \*

Óbidos (PA), 10 de Maio de 2.000  
Oficial *Maria Luiza Pinto Benzes*  
*Maria Luiza Pinto Benzes*  
TABELIÃ OFICIAL  
CIS 403.401.032-02

**TABELIONATO E REGISTRO DE IMOVEIS**  
1º OFÍCIO  
Rua Marechal Rondon nº 22  
1911-547-5452  
OBIDOS-PARÁ-QUESSIC  
Titular  
MARIA LUIZA PINTO BENZES  
CPF 403.401.032-02  
Substitutos:  
WALDY DE AZEVEDO FORTES  
CPF 003.003.772-03  
WALDIR DA SILVA COSTA  
CPF 402.002.412-03  
MATERIA MARIA BENTES HENRIQUES  
CPF 186.070.332-02

## ANEXO B – TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO - PERUANA



**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**

### 01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO

<b>ESPÉCIE:</b> TÍTULO DE DOMÍNIO PLENO COLETIVO E PRO INDIVISO SOBRE TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS ALIENÁVEIS			
<b>NÚMERO DO TÍTULO:</b> SR-30/001/2018	<b>DATA:</b> 26/10/2018	<b>LOCAL DA EMISSÃO:</b> BRASÍLIA/DF	<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b> 54000.065785/2018-22

### 02 – OUTORGANTE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1.970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1.984, CNPJ nº 00375.972/2001-60, sede e jurisdição em todo o território nacional.

### 03 – ENTIDADE OUTORGADA

<b>ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE NEGROS DA ÁREA DA PERUANA – ACORNEAP</b>			
<b>CNPJ:</b> 19.744.489/0001-34	<b>DATA DA CONSTITUIÇÃO:</b> 21/01/2014	<b>LOCALIDADE:</b> Óbidos	<b>UF:</b> PA

### 04 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 68 do ADCT, Artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 27 de junho de 1989, Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2.003, Instrução Normativa/INCRA/nº 57/2009 e Portaria Interministerial 210, de 13 de Junho de 2014 (art. 7º, inciso I).

### 05 – CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL

<b>IMÓVEL:</b> Rural	<b>MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO:</b> Óbidos	<b>UF:</b> PA	<b>ÁREA DO IMÓVEL (ha):</b> 1.945,53
-------------------------	--	------------------	---

**ÁREA POR EXTENSO:** Mil novecentos e quarenta e cinco hectares e cinquenta e três ares

**CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL:** Conforme planta e memorial descritivo, que integram o presente Título e que deverão, igualmente, compor o registro do imóvel.

<b>DATA:</b> 23/09/2015	<b>RESPONSÁVEL PELA DEMARCAÇÃO:</b> Gilson Gonçalves da Silva	<b>IDENTIFICAÇÃO DO CREA:</b> 5477-TD/PA
----------------------------	--	---

### REGISTRO DO IMOBILIÁRIO (Gleba Mamiá)

<b>PROPRIETÁRIO:</b> INCRA	<b>MATRÍCULA:</b> Nº 1139 Data matricula: 27/01/1983	<b>OFÍCIO:</b> CRI da Comarca de Óbidos/PA	<b>LIVRO:</b> 02	<b>FOLHA/FICHA:</b> 01 de 13
-------------------------------	---	--	---------------------	---------------------------------

O PRESENTE TÍTULO REGE-SE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO VERSO

**Nº 017540**

**DADOS COMPLEMENTARES**

**DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

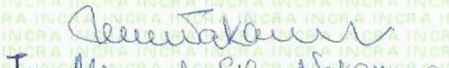
O OUTORGANTE, qualificado no quadro 02, com fundamento na legislação federal de regência, tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, reconhece como área remanescente de quilombo o imóvel descrito e concede à OUTORGADA, qualificada no quadro 03, o presente TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO E PRÓ-INDIVISO, atendidas as seguintes Condições e Cláusulas:

1. Em decorrência do presente reconhecimento, o OUTORGANTE assegura à OUTORGADA a posse e o domínio do imóvel em caráter perene, coletivo, pró-indiviso e imprescritível, ficando, vedado à OUTORGADA alienar, penhorar ou transmitir a qualquer título o domínio do imóvel, devendo o mesmo permanecer sob o uso e posse ou de seus sucessores legítimos, conforme disposto no artigo 17 do Decreto 4.887/2003, c/c artigo 23 da Instrução Normativa INCRA nº 57/2009.
2. O imóvel acima descrito destina-se às atividades necessárias da autossustentabilidade da comunidade remanescente beneficiária, objetivando a preservação dos seus aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos, segundo o disposto no artigo 68 da ADCT e nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, bem como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 27 de junho de 1989.
3. Fica A OUTORGADA obrigada a preservar o meio ambiente nos imóveis rurais, inclusive as áreas de reserva legal e preservação permanente, na forma da legislação ambiental federal e estadual vigentes.
4. O imóvel acha-se livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus real, judicial e extrajudicial.
5. O presente TÍTULO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, aceitando a OUTORGADA, expressamente, as cláusulas e condições dele constantes, eleito o foro da sede da Superintendência Regional do INCRA de localização do imóvel, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões que resultem deste.
6. Fazem parte do presente documento de propriedade, inclusive para fins de registro imobiliário, a planta e memorial descritivo do imóvel.
7. O INCRA deverá no interesse da Comunidade, ao final do processo de desintrusão de todos imóveis do território, unificar as matrículas e expedir um único Título Definitivo, sem ônus de qualquer espécie para os Quilombolas.
8. A expedição do Título e o registro cartorial serão procedidos pelo OUTORGANTE, sem ônus de nenhuma espécie para a OUTORGADA, nos termos do artigo 25 da Instrução Normativa INCRA nº 57/2009.

Brasília/DF, 26 de outubro de 2018.

  
**LEONARDO GÓES SILVA**  
 Presidente do INCRA

  
**CLEONE DE SOUZA MATOS**  
 Presidente da ACORNEAP.

  
 Testemunha  
 RG 2961384  
 CPF 659164252-87

  
 Testemunha  
 RG 2461718  
 CPF 414.104.912-34

**ANEXO C – TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO – ARIRAMBA**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ



**Livro:** 001

**Folha:** 061

**TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO** que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, outorga a **COMUNIDADE DE QUILOMBOS DE ARIRAMBA**, através da **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE ARIRAMBA - ACRQA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **07.223.070/0001-58**, área de terras localizada no município de **OBIDÓS - ESTADO DO PARÁ**.

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE** e o INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, representado pelo seu Presidente, **MAX ANDRE BRANDÃO DA COSTA**, com base no disposto dos artigos 215 e 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/ 1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 - ITERPA, **RECONHECE O DOMÍNIO** de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da Comunidade de **ARIRAMBA** no município de **ÓBIDOS**, expedindo **TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO**, gravado com **CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE**, em nome da **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE ARIRAMBA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **00.735.242/0001-23**, representada pelo senhor **GERVASIO DOS SANTOS OLIVEIRA**, portador do R.G. Nº 5573614– SSP/PA e CPF Nº 519.089.992-68, seu representante legal. Os beneficiários diretos de referido título constam da Homologação de Sentença proferida pelo Ilmo. Presidente do ITERPA, nos autos de Regularização Fundiário Não Onerosa Por Reconhecimento de Domínio Coletivo, em que figura como Interessado referida Associação, publicado no DOE. nº 33.615 do dia 11/05/2018, a seguir relacionados: **COMUNIDADE ARIRAMBA**: Mauro Soares Pereira, Gerlene Oliveira Pereira, Elda Tiane Oliveira dos Santos, Rui dos Santos, Antônio Cornélio Paixão da Silva, Maria de Fátima Barbosa, Mariano dos Santos Oliveira, Maria Darlene de Souza Oliveira, Joaquim de Souza Oliveira, Osilenir de Souza Martins, Daiane de Souza Oliveira, Leandro Francelino de Araújo, Glaucilene de Souza Oliveira, Renan Felipe de Oliveira Gomes, Andrea de Souza Oliveira, Joaquim dos Santos Oliveira, Domingos Leandro Nogueira Xavier, Elisandra Noronha Xavier, Ernades dos Santos Oliveira, Joselia Nunes de Oliveira, Josielson Santos da Costa, Ana Maria Lobato de Souza, Geliade Nunes de Oliveira, Rosenilda Rafael da Silva, Natanael de Souza Oliveira, Tainara Batista de Oliveira, João Batista Corrêa de Sousa, Jozimar Lira da Silva, Gilza Nunes de Oliveira, Elenai Oliveira da Silva, Wallace Tavares da Silva, Eliene de Souza Tavares, Janderson Santos de Souza, Mayke de Sousa Gomes, Cassiana de Souza Oliveira, Oleilson Costa de Sousa, Gideane Nunes de Oliveira, Tiene Batista de Oliveira, Jerdeão Riker Borges, Tiele Batista de Oliveira, Jefferson Carvalho dos Santos, Iranete Nunes de Oliveira, Gervásio dos Santos Oliveira, Gease Nunes de Oliveira, Erica Paula Goldino dos Santos, Silas Guedes de Oliveira, Marilene de Andrade Figueira, Dorivani Farias Oliveira, Eder de Souza Oliveira, Samara Nunes de Oliveira, Rodrigo André da Silva Almeida, Elda Oliveira Pereira, Quennedis Viana de Oliveira, Caliane dos Santos Oliveira, Eliazildo Portilho Pinheiro, Charles Joaquim dos Santos Oliveira, Ivaldila Guedes Oliveira, Inez Nunes de Oliveira, Pedro Pantoja da Silva, Antônia Soares Lopes, Gider Nunes de Oliveira, Elias dos Santos Oliveira, Cleidiana Souza Oliveira, Ester de Souza Oliveira, Arivaldo da Conceição Oliveira, Jemina de Souza Oliveira dos Santos.

A área de terras objeto deste reconhecimento, foi apurada na demarcação administrativa através do processo nº 2005/315528, está localizada na margem direita do Rio Ariramba, município de Óbidos, com área líquida dez 10.454,5619ha (dez mil, quatrocentos e cinquenta e quatro hectares, cinquenta e seis ares e dezenove centiares), perímetro de 77.506,41m, na forma de um polígono IRREGULAR de cento e setenta (170) lados, inserta na Gleba Ariramba, arrecadada e matriculada em nome do Estado do Pará registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Óbidos, sob o nº 3.817, Lv. 2/I e Fl.28.


Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do marco D18-M-0992, de coordenadas N 9.884.072,11m e E 616.941,78m; Picada; deste, segue confrontando com FLORESTA ESTADUAL DO TROMBETAS, com os seguintes azimutes e distâncias: 130°35'07" e 19.687,07 m até o vértice D18-M-0991, de coordenadas N 9.871.264,12m e E 631.892,90m; deste, segue confrontando com M/D DO RIO ARIRAMBA, com uma distância de 33.047,58 metros até o vértice D18-M-0994, de coordenadas N 9.868.747,66m e E

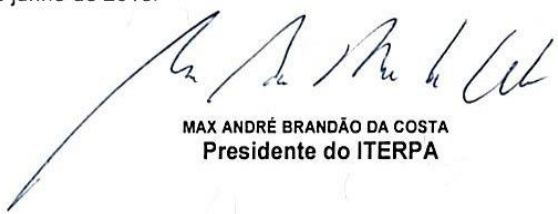
*h w*

614.555,14m; segue confrontando com M/E DO IGARAPÉ GRANDE, e distância de 2.651,09 metros: até o vértice D18-M-1000, de coordenadas N 9.870.035,40m e E 614.289,23m; Picada; deste, segue confrontando com PROJETO DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA EREPECURÚ, com os seguintes azimutes e distâncias: 73°21'23" e 767,34 m até o vértice D18-M-0995, de coordenadas N 9.870.255,18m e E 615.024,42m; 2°02'18" e 3.226,14 m até o vértice D18-M-0996, de coordenadas N 9.873.479,28m e E 615.139,16m; 101°37'36" e 1.135,28 m até o vértice D18-M-0997, de coordenadas N 9.873.250,48m e E 616.251,15m; 19°32'20" e 620,13 m até o vértice D18-M-0998, de coordenadas N 9.873.834,90m e E 616.458,55m; 26°39'08" e 49,96 m até o vértice D18-M-0999, de coordenadas N 9.873.879,55m e E 616.480,96m; segue confrontando com M/E DO IGARAPÉ SANTANA, com uma distância de 8.281,52 metros até o vértice D18-P-0498, de coordenadas N 9.875.867,29m e E 615.619,54m; M/E DO IGARAPÉ SANTANA, com uma distância de 8.223,59 metros até o vértice D18-M-0992, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir dos vértices geodésicos D18M-0990 E D18-M-0993, de coordenadas N 9.868.366,288 m e E 631.053,746 m e N 9.870.266,00m e E 617.070,40 m, respectivamente e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 57°00', fuso -21, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

A boa forma vai arquivada no Livro de Títulos de Reconhecimento de Domínio de Quilombos – ITERPA, ressaltando-se que o presente reconhecimento de domínio constitui-se em regularização fundiária de interesse social, na forma do § 15, do Art. 213 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Belém, Pará, 18 de junho de 2018.

  
SIMÃO JATENE  
Governador do Estado

  
MAX ANDRÉ BRANDÃO DA COSTA  
Presidente do ITERPA

Representante da Comunidade

Testemunhas:

1 .....

2 .....

## ANEXO D – PORTARIA N. 28, DE 12 DE MARÇO DE 2013



16

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 49, quarta-feira, 13 de março de 2013

## Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

## DELIBERAÇÃO Nº 41, DE 12 DE MARÇO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008, Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011 e pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

11-0332 - Orfãos do Eldorado  
Processo: 01580.029794/2011-33  
Proponente: Matizar Produções Artísticas Ltda.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 04.939.205/0001-98  
Valor total do orçamento aprovado: R\$ 5.097.480,00  
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R\$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 30.164-7  
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 2.942.606,00

Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 30.170-1  
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 842.606,00 para R\$ 0,00

Prazo de captação: até 31/12/2015.  
12-0327 - Meio Irmão  
Processo: 01580.023668/2012-56  
Proponente: Oka Comunicação Ltda.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 03.117.764/0001-50

Valor total aprovado: R\$ 1.930.209,00  
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 300.000,00 para R\$ 600.000,00

Banco: 001- agência: 7003-3 conta corrente: 5.536-0  
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 300.000,00 para R\$ 600.000,00

Banco: 001- agência: 7003-3 conta corrente: 5.537-9  
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

10-0354 - Sem Pena  
Processo: 01580.033532/2010-92  
Proponente: Heco Produções Ltda.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 00.205.194/0001-61

Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 976.532,41 para R\$ 964.009,07

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: R\$ 500.000,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ R\$ 392.705,78 para R\$ 200.808,62

Banco: 001- agência: 3326-X conta corrente: 19.591-X  
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

06-0367 - Muitos Homens Num Só  
Processo: 01580.042119/2006-32  
Proponente: Tambellini Filmes e Produções Audiovisuais Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 29.269.719/0001-04  
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

09-0021 - Ritos de Passagem  
Processo: 01580.002603/2009-71  
Proponente: Liberato Produções Culturais Ltda. ME

Cidade/UF: Salvador / BA  
CNPJ: 14.372.650/0001-72  
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

07-0514 - Cores  
Processo: 01580.047516/2007-81  
Proponente: Kinoofera Filmes e Produções Artísticas Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 08.465.974/0001-52  
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

08-0448 - Paulo Moura - Alma Brasileira  
Processo: 01580.043968/2008-75  
Proponente: Cinefilmes Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 30.713.390/0001-08  
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos e autorizar a substituição do título de "A Era dos Campeões - Capítulo 2" para "A Era dos Campeões - O Filme" do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

07-0077 - A Era dos Campeões - O Filme  
Processo: 01580.008885/2007-59  
Proponente: Hangar Filmes - Produções Artísticas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 86.774.361/0001-00  
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

## FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

## PORTARIA Nº 28, DE 12 DE MARÇO DE 2013

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fls. 29, resolve:

Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 14 e CERTIFICAR que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

COMUNIDADE DE CURIAÚ, localizada no município de MACAPÁ/AP, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.766. fl.183 - processo nº 01420.0004127/1997-33;

COMUNIDADE DE EIRA DOS COQUEIROS, localizada no município de CODOBA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.767, fl.184 - processo nº 01420.000056/1998-19;

COMUNIDADE DE MARIANO DOS CAMPOS, localizada no município de SERRANO DO MARANHÃO/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014, Registro nº 1.768, fl. 185 - processo nº 01420.014902/2011-14;

COMUNIDADE DE PENTEADO, localizada no município de VARGEM GRANDE/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.769. fl.186 - processo nº 01420.000509/2012-16;

COMUNIDADE DE CABEZEIRAS (SÃO JOSÉ, SILÊNCIO, MATA, CUECE, APIJI E CASTANHADUBA), localizada no município de OBIDOS/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.770. fl.187 - processo nº 54106.001523/1998-57;

COMUNIDADE DE ABUI, localizada no município de ORIXIMINA/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.771. fl.188 - processo nº 01420.008337/2011-48;

COMUNIDADE DE PARANÁ DO ABUI, localizada no município de ORIXIMINA/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.772, fl.189 processo nº 01420.008340/2011-61;

COMUNIDADE DE CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, localizada no município de PARATI/RJ, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.775. fl.190 - processo nº 01420.000434/1997-83;

COMUNIDADE DE IVAPORUNDUVA, localizada no município de ELDORADO/SP, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.774. fl.191 processo nº 01420.000404/1995-13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO  
À CULTURA

## PORTARIA Nº 121, DE 11 DE MARÇO DE 2013 (\*)

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 13527 - O Universo da Música Erudita

Brasil Música e Artes - BM&amp;A

CNPJ/CPF: 04.723.989/0001-12

SP - São Paulo

Valor Complementar em R\$: 100.000,00

(\*) Republicada por ter saído no DOU Nº 48 de 12-3-2013, Seção 1, pag. 10, com incorreção no original.